

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
ÁREA: ESTADO, PROCESSOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÃO DE INTERESESSES

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS

ESTADO E CLASSES DOMINANTES NO BRASIL (1930-1964).

CAMPINAS-SP
JULHO DE 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**F225e Farias, Francisco Pereira de
Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964) / Francisco
Pereira de Farias. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Armando Boito Junior.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Hegemonia. 2. Classes sociais – Brasil, 1930-1964.
3. Estado. 4. Propriedade fundiária. I. Boito Junior, Armando.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: State and dominant class in Brazil (1930-1964)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

- Hegemony**
- Social classes – Brazil, 1930-1964**
- State**
- Landowners**

Área de Concentração: Estado, processos políticos e organização de interesses

Titulação: Doutor em Ciência Política

**Banca examinadora: Armando Boito Junior, José Marcos Nayme Novelli,
Sérgio Soares Braga, Valeriano Mendes Ferreira Costa,
Wagner Tadeu Iglecias**

Data da defesa: 26-07-2010

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS

ESTADO E CLASSES DOMINANTES NO BRASIL (1930-1964).

Tese de doutorado apresentada ao Programa Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Armando Boito Junior

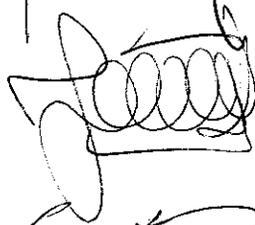
Este exemplar corresponde à redação Final da Dissertação/Tese defendida e aprovada pela Comissão julgadora em

BANCA EXAMINADORA:

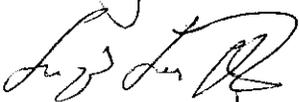
Prof. Dr. ARMANDO BOITO JUNIOR
Orientador – IFCH / UNICAMP



Prof. Dr. JOSÉ MARCOS NAYME NOVELLI
UFSCAR



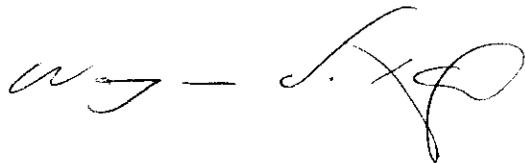
Prof. Dr. SÉRGIO SOARES BRAGA
UFPR



Prof. Dr. VALERIANO MENDES FERREIRA COSTA
IFCH/UNICAMP



Prof. Dr. WAGNER TADEU IGLECIAS
USP



CAMPINAS-SP
JULHO DE 2010

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer o apoio do orientador, Armando Boito Junior. Contribuíram com observações ao projeto, Décio Saes, Luciano Martorano, Sérgio Braga, Valeriano Costa.

Pude contar com a solidariedade de Emília, Edilsom, Luziano, Flávio, Andréa, Romualdo, Onice, Rosângela, Ivone, Socorro, Ferraro, Antônio Francisco, Carlinhos, Benedito, Raimundo Jr, Gorete, Caio.

A CAPES concedeu-me uma bolsa de estudos.

RESUMO

A pesquisa procura mostrar que, no Brasil de 1930-64, tem-se uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, cuja especificidade é dada pelo caráter independente (relativo aos interesses das frações de classe dominante) da política de desenvolvimento, embora tal política faça concessões aos interesses opostos (burguesia industrial, capital mercantil, fazendeiros). A burguesia industrial revelava uma incapacidade de exercer a hegemonia política, embora não mais tivesse uma posição subordinada no bloco de classes dominantes brasileiras, conseguindo implementar alguns enclaves de políticas afinadas com as suas reivindicações. O capital mercantil teve os seus interesses restringidos pela política econômica inaugurada com a “revolução de 1930”, sinal de que esse capital já não detinha mais a hegemonia no interior do bloco no poder. Isso, porém, não significava ao capital mercantil uma posição rendida frente à indústria. A grande propriedade fundiária pré-capitalista possuía uma condição subordinada no interior do bloco no poder, sendo derrotadas reivindicações estratégicas dos seus setores mais importantes. A metodologia da pesquisa consiste principalmente na consulta a trabalhos monográficos sobre a economia e a política no Brasil de 1930-64, nos quais se procura perceber a relação dos interesses das frações de classe dominante com as políticas do Estado. Trata-se de um trabalho que, baseado prevalentemente em dados secundários, privilegia a análise interpretativa, inspirando-se em obras clássicas de sociologia histórica.

ABSTRACT

The research aims to show that, in Brazil, from 1930-64, there was a crisis of hegemony within the power bloc, the specificity of which is given by the independent character (relative to the interests of dominant class fractions) of development policy, although such a policy makes concessions to opposing interests (industrial bourgeoisie, merchant capital, farmers). The industrial bourgeoisie revealed an inability to exercise political hegemony, but no longer had a subordinate position in the bloc of the Brazilian ruling classes. Some of its enclaves succeeded in implementing policies according to their demands. The merchant capital had its economic interests constrained by the political “modus faciendi” inaugurated with the “1930 revolution”, a sign that the merchant capital had no longer hegemony within the power bloc. This, however, did not mean that the merchant capital were completely weakened in contrast with the industrial power. The large pre-capitalist landowners had a subordinate status within the bloc in power, and had many of the claims of its most important strategic sectors defeated. The research methodology is based primarily on examinations of monographs on economics and politics in Brazil from 1930-64, in which it is attempted to understand the relationship of the interests of fractions of the dominant class with government policies. This is a study which, based predominantly on secondary data as it is, focuses on interpretive analysis, seeking inspiration in classic works of historical sociology.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I : INTRODUÇÃO	11
1. O objeto	11
2. A teoria: a questão das frações da classe dominante	15
3. As hipóteses de trabalho	35
4. A metodologia	36
CAPÍTULO II: A BURGUESIA INDUSTRIAL.....	39
1. Uma fração politicamente não-hegemônica em ascensão.....	39
2. A postura de burguesia interna	53
3. Os conflitos regionais	63
4. A luta ideológica	67
5. A ascensão da burguesia industrial	70
CAPÍTULO III: O CAPITAL MERCANTIL	75
1. Fração politicamente não-hegemônica em declínio	75
2. A postura de burguesia “compradora”	82
3. Os conflitos regionais	92
4. A luta ideológica	105
5. As tentativas de reconquista da hegemonia política	106
6. O declínio econômico	112
CAPÍTULO IV: A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	115
1. Uma fração pré-capitalista e subordinada no interior do bloco no poder	115
2. O serviço político-eleitoral em troca da preservação do latifúndio senhorial	132
3. A defesa da ordem social: participação no golpe de 1964	151
CONCLUSÃO	157
BIBLIOGRAFIA	161

CAPÍTULO I : INTRODUÇÃO

1. O objeto

O objeto deste estudo são os conflitos entre as classes e frações de classe dominantes pelo controle dos benefícios das políticas do Estado brasileiro no período da industrialização (1930 a 1964). Em outras palavras, estamos interessados em averiguar como se resolve, nesse quadro histórico nacional, o problema da hegemonia política. Esclareçamos que não buscamos analisar a totalidade do processo histórico de configuração da hegemonia política. O nosso objetivo se limita a dois aspectos desse processo histórico, que podem ser indicados pelas indagações seguintes: haveria uma força hegemônica ou estaríamos diante de um período prolongado de crise de hegemonia política? Qual a especificidade da política do Estado nesse contexto histórico? Por um lado, a análise procura identificar *quem* deteria ou não a hegemonia política, não sendo nossa meta mostrar *como* ela se constrói.¹ Por outro lado, visa a análise caracterizar o perfil do conjunto da política de desenvolvimento ligada a essa configuração hegemônica ou, em outros termos, trata-se de indagarmos se se estabilizou ou não um modelo global de política.²

Dentre os autores que trataram o tema da configuração do poder político no Brasil da fase da transição industrial podemos distinguir duas correntes interpretativas principais. De um lado, estão aqueles, como Francisco de Oliveira e Jacob Gorender, que sustentam a tese da hegemonia política da burguesia industrial a partir da “revolução de 1930”. De outro lado, encontram-se os autores, a exemplo de Francisco Weffort e Florestan Fernandes, que argumentam existir uma crise de hegemonia no Estado e no conjunto da sociedade brasileira de 1930-1964. Uma posição particular no tratamento desse tema é a de Luciano Martins, que propõe haver um equilíbrio de forças não ao nível das classes dominantes (burguesia cafeeira, burguesia industrial), mas no âmbito das “elites” políticas (oligarquias, tenentes, militares, técnicos da burocracia estatal). Passaremos a indicar,

¹ Nosso trabalho se distingue do tipo de ênfase dada por Sérgio Braga, em *As relações entre o executivo e o legislativo e a elaboração da política econômica da primeira experiência de democracia presidencialista pluripartidária brasileira (1946-1964)*. Tese de doutorado, IE-Unicamp, 2008. Como o título da tese sugere, o autor procura reconstruir *como* se dá o implemento de uma hegemonia política.

² Estamos de acordo com S. Braga, que afirma “que definir esse sistema hegemônico implica dentre outras coisas caracterizar com precisão o modelo de desenvolvimento capitalista implementado no país” (Braga, op. cit., p. 20).

resumidamente, os principais argumentos desses autores, sem pretender exaurir o campo da discussão.

F. de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*,³ toma posição a favor da tese da hegemonia industrial. Referindo-se às políticas governamentais após 1930, afirma que “seu sentido mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição hegemônica”.⁴ Alguns instrumentos da ação estatal são apontados na direção de privilegiar a empresa industrial: a legislação trabalhista (destaque para o salário-mínimo), a intervenção “planificada” (fixação de preços, gasto fiscal, subsídios), os investimentos na produção (a exemplo de Volta Redonda e Petrobrás). Quanto às condições para a conquista da hegemonia, Oliveira argumenta que a legislação do trabalho significou um pacto de classes no qual a burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais. Assim, a explicação das altas taxas de crescimento industrial registradas no pós-1930 remete antes ao novo papel do Estado que ao mecanismo econômico automático de substituição de importações.

Para J. Gorender, em *A burguesia brasileira*,⁵ o movimento político-militar de 1930 significou uma virada na política do Estado a favor das forças do mercado interno, abrindo caminho para a predominância dos interesses industriais. Como afirma o autor, “apesar da hostilidade ou desconfiança mútua nos primeiros anos do pós-30, a tendência, que acabou prevalecendo, foi a aproximação entre os industriais e o Governo Vargas”⁶, que tomou medidas favoráveis à industrialização, às quais os industriais opunham resistências devido a uma visão economicista e corporativa de seus interesses de classe, como no caso da legislação trabalhista. Vargas e seus ministros perceberam que se as leis, como a jornada de oito horas, o salário mínimo, a regulação do trabalho de mulheres e outras podiam conflitar com os interesses imediatos da burguesia industrial, na realidade correspondiam aos objetivos gerais e de longo prazo dessa fração dominante.

³ F. de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, São Paulo, 2003.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 65.

⁵ J. Gorender, *A burguesia brasileira*. Editora brasiliense, São Paulo, 8ª. edição, 1990.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 66.

Em outra posição interpretativa, encontra-se o trabalho de F. Weffort, *O populismo na política brasileira*,⁷ no qual o autor diagnostica uma situação de ausência de hegemonia política na nova composição de poder do Estado após-1930. Para ele, “o novo Governo terá, portanto, que mover-se sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios. De nenhum dos grupos participantes (...) se poderia dizer que teria assegurado para si as funções de hegemonia política”. Acrescenta-se a isso um papel específico para o “Estado de compromisso” que se instaura: “nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das razões de sua força pessoal”.⁸ Esse ponto particular sobre a função de ponderação equilibrada dos interesses no “Estado de compromisso” mereceu várias críticas, sendo que variam as respostas alternativas: ora trata-se de uma política pendular (satisfazendo aos interesses opostos)⁹, ora caracteriza-se como uma política independente (não contemplando prioritariamente a nenhum dos interesses dos grupos dominantes)¹⁰.

Para F. Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*,¹¹ a incapacidade hegemônica da burguesia industrial no processo da transição capitalista brasileira advém da dupla articulação a que se submete: de um lado, está atrelada, via geração de divisas, ao setor agrário-exportador e, de outro, encontra-se vinculada aos empréstimos estrangeiros e à difusão tecnológica do capitalismo dos países centrais. Aos fatores econômicos acrescentam-se as motivações políticas dessa fração burguesa: a) a suposição de que a inserção no capitalismo internacional (impulso externo) tornaria possível resolver os problemas econômicos herdados do período “neocolonial” que surgiram e foram agravados com o capitalismo “competitivo”; b) a consideração de que a restrição do poder econômico da “iniciativa privada interna” e do Estado seria transitória, pois a integração com o capitalismo internacional diluiria por si mesma tanto as desvantagens do desenvolvimento capitalista dependente quanto as da influência estrangeira.¹²

⁷ F. Weffort; *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3ª. edição, 1986.

⁸ Idem, ibidem, p. 69.

⁹ Cf., por exemplo, S. Draibe, *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1985, p. 24-43.

¹⁰ Cf. D. Saes, “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”. *Estudos avançados*, 15 (42), 2001, p. 397-98.

¹¹ F. Fernandes; *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1975.

¹² José Meireles, em « Notes sur le rôle de l’Etat dans le developpement du capitalisme industriel au Brésil », *Critiques de l’économie politique*, n° 16/17, 1974, apresenta uma tentativa de conciliar as duas linhas

Adotando um enfoque distinto, L. Martins, em *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*,¹³ afirma que a passagem do Estado oligárquico (1889-1930) para o corporativo (1930-1945) e depois para o populista (1946-1964) não se dá através de um conflito de classes dominantes, mas pelo conflito das “elites políticas”. Nesse sentido, o autor não considera o equilíbrio de forças que possibilita maior margem de autonomia ao Estado como sendo entre a burguesia cafeeira em declínio, mas ainda forte, e a burguesia industrial ascendente, mas o que se constitui entre as elites políticas coligadas (oligarquias, tenentes, militares, técnicos civis da burocracia estatal). A “revolução de 1930” representou um alargamento do círculo das elites pela ação da fração modernizante da oligarquia e pela iniciativa dos tenentes. Mas essa mudança se faz com a preservação da estrutura agrária no campo, daí o seu traço de “modernização conservadora”. Alguns argumentos são destacados pelo autor para sustentar a tese do conflito ao nível das elites políticas e não das classes dominantes. Primeiro, o de que a contestação do Estado oligárquico não provém dos setores industriais emergentes e não resulta de uma contradição ao nível da produção. Segundo, a burguesia cafeeira paulista consegue do novo governo federal a proposição de uma política de valorização do café em um momento de fraqueza política de São Paulo. Terceiro, poder-se-ia esperar que, no conflito entre os chefes oligárquicos e os tenentes (que pensavam em termos de nação e, conseqüentemente, de unificação do mercado), o setor agrário apoiaria aqueles e o setor industrial se aliaria a esses; mas acontece de a agricultura e a indústria paulistas se unirem aos chefes oligárquicos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais para fazer a “revolução de 1932” contra o governo dos tenentes. Quarto, os militares consideravam a burguesia brasileira como incapaz de transformar o Brasil em uma “nação moderna”, uma vez que essa classe não queria abdicar de certos privilégios em benefício da nação. Enfim, o autor, ao lançar mão da problemática da autonomia das elites políticas, tende a dar um tratamento independente entre a questão da preponderância econômica e a da hegemonia política.

interpretativas. Depois de argumentar a favor da ocorrência de uma « revolução passiva », que significaria o papel objetivo do Estado pró-indústria, Meireles caracteriza uma « posição de equilíbrio » entre a burguesia industrial e a fração agroexportadora.

¹³ L. Martins, *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Éditions Anthropos, Paris, 1976.

De qualquer forma, o que constitui a unidade do período em estudo (1930-1964) é uma determinada configuração da hegemonia política. A proposição da presente análise constitui uma tentativa de precisar e nuançar algumas características e consequências desse tema, resultado que pode ser alcançado, em parte, pela utilização de uma problemática teórica específica: as lutas das frações da classe dominante.

2. A teoria: a questão das frações da classe dominante

Dois aspectos se apresentam na questão do fracionamento da classe dominante: i) a existência de vários sistemas de frações (múltiplas dimensões de fracionamento: as funções do capital, a origem espacial, a escala de operações, etc.) e ii) as aglutinações em cada sistema de frações sucedendo-se no tempo ou apresentando-se cruzadas numa mesma conjuntura. Essa forma de tratar a questão já contém uma implicação particular: a ruptura com uma visão essencialista, ou seja, como algo dado uma vez para sempre, da fração de classe. Isso porque tem-se várias possibilidades na arena política: a constituição, a emergência, a desapareição, o cruzamento de diferentes fracionamentos.¹⁴

A existência das frações da classe dominante

O ponto inicial consiste em mostrar, no plano conceitual, a existência das frações da classe dominante. Nicos Poulantzas, em *Pouvoir politique et classes sociales*¹⁵, buscou equacionar a questão, partindo da problemática das classes e frações de classe como um efeito das estruturas (econômica, política) da totalidade social (modo de produção). Poulantzas introduz a noção de “efeitos pertinentes” para indicar a presença específica da classe ou fração de classe ao nível das práticas. Nesse sentido, afirma ele que

“digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem *o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações*” (...); *uma classe não pode ser considerada como classe distinta e autônoma – como força social – no seio de uma formação social, senão quando a sua relação com as relações de produção, a sua existência econômica, se reflete sobre os outros níveis por uma presença específica*”.¹⁶

¹⁴ Uma indicação desta visão dinâmica do conceito de fração de classe se encontra em Décio Saes, “Prefácio”, in Paulo Costa, *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

¹⁵ Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Petite collection, vv. 1 e 2, Paris : François Maspero, 1972. Ver vol. 1, part 1, chap. 2 : politique et classes sociales.

¹⁶ N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 61 e p. 78 (grifos do autor).

Poulantzas diferencia as frações de classe dominante no plano econômico em burguesias industrial, comercial e financeira. Mas não aprofunda o que seriam as suas presenças políticas específicas (“efeitos pertinentes”). O leitor pode notar que ele não tece detalhes a respeito de como a esfera jurídico-política produz os efeitos sobre o agrupamento de fração.

Um encaminhamento para a questão, proposto por Décio Saes¹⁷, consiste em sustentar que o fator de preponderância política de uma fração sobre as demais no seio da classe dominante é o impacto da política econômica do Estado. O resultado da intervenção do Estado concretiza os conflitos potenciais de frações, enraizados na esfera econômica. As frações se aglutinam para defender ou rejeitar certas medidas. Em outras palavras, os grupos diferenciados na esfera econômica não se concretizariam, de imediato, no plano político; eles teriam um caráter apenas potencial. Outros grupos, diferenciados por outros critérios, é que se concretizariam. A política do Estado seria o fator de aglutinação de um sistema de fracionamento ou outro, ou ainda dos vários sistemas combinados.

Tal encaminhamento – fazer intervir a política do Estado para a aglutinação de frações diferenciadas na esfera econômica – distingue-se do que seria um enfoque rígido da problemática poulantziana. O procedimento rígido seria o de mostrar como a estrutura jurídico-política, diferentemente da política do Estado, produz efeitos no agrupamento. Como se sabe, há o efeito individualizador da estrutura jurídico-política, o que significa haver um grupo que se caracteriza pelo comportamento igualitário-burguês, que procura igualizar a margem de lucro obtida pelos outros setores. Trata-se de um comportamento de cidadania: um grupo não admite receber um tratamento desigualitário no que respeita à rentabilidade de seu capital, instaurando-se o conflito.

Esse segundo enfoque parece produzir a fração de classe como detentora de uma existência mais permanente, já que à prática econômica se ligaria uma forma de presença política específica. Poulantzas tenta contornar um resultado rígido do conceito de fração de classe, introduzindo a distinção entre a fração “pura” e a fração “autônoma”, em que a primeira seria a fração sem “efeitos pertinentes” (presença política específica) e a segunda, aquela com “efeitos pertinentes”. Mas, a rigor, a primeira possibilidade (a fração *tout court*)

¹⁷ Cf. Décio Saes, “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, in *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

não deveria existir em seu enfoque, já que a fração de classe significa o efeito combinado, no nível das práticas, das estruturas econômica e jurídico-política.

Pode ocorrer de formarem-se os grupos multifuncionais, ou seja, os conglomerados econômicos que atuam em mais de uma esfera do capital (indústria, banco, comércio). No entanto, esse fenômeno não anula a existência das frações, uma vez que tais conglomerados tendem a sofrer o recorte dos interesses setoriais, em razão do impacto das políticas do Estado no seio deles. Em São Paulo, no período da República Velha, o grande capital cafeeiro era dividido por conflitos entre as suas várias dimensões (agrária, comercial, industrial), sendo que a política econômica do Estado paulista favorecia o capital mercantil. Assim, diante de certas políticas, a família Prado – possuidora de fazendas de café, casa exportadora e indústrias urbanas – podia perder como fazendeiros ou industriais, mas ganhava como comerciantes.¹⁸

Nesse sentido, a existência do grupo multifuncional não implica necessariamente a defesa de uma política “generalista”, isto é, independente dos interesses das frações da classe dominante.¹⁹ É possível, como indicado, que uma dimensão prevaleça politicamente no interior do grupo multifuncional, o que o leva a se solidarizar com uma política “particularista” em relação aos interesses de classe. O caso em que a formação do grupo multifuncional coincidiria com uma política “independente” - capaz de ajustar ou harmonizar os interesses específicos (industriais, comerciais, agrários) que o compõem - tende a ser excepcional, pois pressuporia um equilíbrio político desses interesses dentro da classe dominante, o que é difícil, dado que as medidas governamentais acabam tendo um impacto diferenciado junto às frações dominantes.

Os diferentes sistemas de fracionamento

Poulantzas, em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*²⁰, refere-se a vários sistemas de fracionamento – burguesia industrial, comercial, financeira; burguesia compradora, interna, nacional; burguesia monopolista, não-monopolista -, mas não faz uma

¹⁸ Cf. Renato Perissinotto; *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

¹⁹ Isso é o contrário do que afirmam Maurice Zeitlin e Richard Ratcliff, em *Landlords & capitalists: the dominant class of Chile*. Princeton: Princeton University Press, 1988, cap. 5, item “The ‘coalesced bourgeoisie’”, p. 206-14.

²⁰ Cf. N. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris : Editions du Seuil, 1974, chap. : Les bourgeoisies.

reflexão de como se deve operar esses diferentes sistemas de fracionamento na observação de uma conjuntura dada.²¹ Como indicou Saes²², é preciso se ter em conta que numa conjuntura específica há a articulação dos efeitos de diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante. Isso porque as várias dimensões da política econômica – monetária, cambial, industrial – e a rapidez na sucessão de medidas dispõem os agentes se enfrentando em diversas frentes de fracionamento: ora burguesia industrial versus comercial, ora comerciantes exportadores contra importadores, ora comércio atacadista versus varejista.

À sucessão dos sistemas de frações capitalistas pode relacionar-se uma polivalência dos grupos de intervenção política, com um mesmo grupo político representando os interesses em mais de um dos sistemas de clivagens. No Brasil da República Velha, por exemplo, o Partido Republicano Paulista defendia o capital mercantil (exportador-importador), em oposição aos fazendeiros do café, embora, ao mesmo tempo, expressasse os interesses do bloco agromercantil paulista em face dos do bloco agromercantil periférico.²³

Passaremos a comentar alguns dos sistemas de fracionamento da classe dominante capitalista.

Toda sociedade capitalista mantém a clivagem entre uma burguesia industrial e uma burguesia comercial (em sentido amplo, envolvendo os bancos, ou seja, o comércio de dinheiro).²⁴ A segmentação do processo social da produção em dois momentos básicos, a produção e a circulação, como analisou Marx, é um dado do desenvolvimento histórico das coletividades humanas. Numa sociedade pouco desenvolvida economicamente, todos praticam as mesmas atividades: não existe uma especialização dos homens distribuídos nas esferas da produção e da circulação. Já nas sociedades mais complexas, ou seja, as sociedades divididas em classes antagônicas, as esferas do processo social de produção

²¹ Em *A crise das ditaduras* (2ª. ed., Rio: Paz e Terra, 1978), Poulantzas faz, na prática, uma articulação entre o sistema das burguesias compradora, interna e nacional e o fracionamento das burguesias industrial, comercial e bancária.

²² Cf. D. Saes, Prefácio, citado.

²³ Cf. R. Perissinotto, *op.cit.*.

²⁴ Não convém se voltar à discussão sobre a possibilidade de formação dos grupos empresariais multifuncionais. Como indicado, tais grupos não anulam o fenômeno das frações.

coincidem com a separação real dessas instâncias. As funções diferenciadas engendram a possibilidade de agrupamentos de agentes distintos.²⁵

A categoria do lucro pressupõe a existência de um aparelho de produção sob o domínio do capital. Os meios de produção específicos ligados ao trabalho assalariado permitem que se incremente a riqueza sob a forma de capital. Por outro lado, o aparelho da produção e circulação capitalistas dá existência às formas do lucro : o lucro industrial e o comercial (incluindo o juro bancário). Em outras palavras, a segmentação do processo social de produção capitalista põe a presença de valores específicos (os lucros, os juros), orientadores das práticas econômicas diferenciadas.

A ideologia do industrialismo – que desloca a crença da fonte de riqueza da terra para a indústria – confere à burguesia industrial uma possibilidade de presença mais ativa ou visível na cena política, comparada aos outros setores do capital ligados à esfera da circulação. Já as burguesias comercial e bancária, pelas suas inserções na esfera não-produtiva da economia, sendo vulneráveis à crítica de parasitarem os setores produtivos, tendem a uma presença mais discreta na luta política. Se a burguesia industrial sente-se mais à vontade para defender os seus interesses através dos partidos políticos, as burguesias comercial e bancária preferem as ações pela via do associativismo e do *lobby*.

Ainda sobre o critério das funções do capital, fazem-se necessárias algumas observações sobre dois pontos polêmicos: o capital financeiro e a burguesia agrária. Poulantzas, em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*,²⁶ estabelece a distinção entre o capital financeiro com dominância do capital industrial (as indústrias criam ou controlam os próprios bancos) e o capital financeiro com dominância do capital bancário (os bancos criam ou controlam as próprias indústrias). Mas ele não chega a determinar a natureza desses tipos de capital: se se trata de uma nova fração – caracterizada pela fusão entre os capitais industrial e bancário, ou se se mantém a luta de frações dentro do capital financeiro. Se se levar em conta que a idéia de tensões e conflitos se aplica melhor aos casos de controle externo (por exemplo, um banco faz empréstimos a uma indústria e, em razão disso, adquire um poder de chantagem sobre a empresa), pode-se interpretar os casos de interpenetração entre os capitais industrial e bancário como a

²⁵ Cf. Karl Marx; “Introdução à crítica da economia política”. In *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

²⁶ N. Poulantzas, op. cit., chap. : Les bourgeoisies.

formação do capital financeiro enquanto fração economicamente diferenciada, que pode se opor tanto ao simples capital industrial quanto ao simples capital bancário.

Não dispomos de uma caracterização geral dos efeitos político-ideológicos do capital financeiro. Podemos apenas indicar alguns desses elementos, aplicados à análise dos países da periferia do sistema mundial. O receituário da ideologia neoliberal (abertura do mercado, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações) contempla as dimensões monetária e produtiva do capital financeiro, tendendo a chocar-se, em algum aspecto, com o capital industrial isolado ou o capital bancário isolado. Por exemplo, a política de abertura incondicional do mercado ao capital internacional tende em bater-se com os interesses da indústria ou dos bancos nacionais. Essa política pode levar, no limite, à desaparecimento de setores da indústria nativa, convertendo-os em importadores de similares estrangeiros. O setor bancário, por sua vez, mostra-se contrário à abertura do sistema financeiro nacional aos bancos estrangeiros. (Mas as indústrias e os bancos revelam-se favoráveis a outros aspectos do programa neoliberal que não entram em choque com seus interesses.) Nos países submetidos a governos neoliberais, emerge um *autoritarismo civil*, correspondente à construção de um presidencialismo invulgarmente forte, cuja incumbência é neutralizar as reticências conservadoras – de caráter localizado – diante do programa neoliberal. No Brasil, por exemplo, na década de 1990, um instrumento fundamental de definição da política do Estado, sob governos neoliberais, foi a edição continuada de Medidas Provisórias do Executivo, e não a ação deliberativa do Congresso.²⁷

Já a penetração do capitalismo no campo traz à tona a questão da definição da propriedade fundiária capitalizada: trata-se de uma classe à parte, ainda que articulada com o capitalismo, ou de uma fração ou de um grupo multifuncional do capital? A propriedade fundiária pré-capitalista se caracteriza facilmente como uma classe dominante à parte, que coexiste com o capitalismo. A dificuldade surge com a entrada dos fatores capitalísticos (máquina, trabalho assalariado) no campo. Poulantzas não levou adiante a análise da situação de classe da burguesia agrária.

De um lado, Pierre-Philippe Rey²⁸ sustenta que a propriedade fundiária capitalizada se caracteriza como uma classe à parte ao capitalismo, embora a ele articulada. Para o

²⁷ Cf. D. Saes, *A República do capital*, citado, pp. 81-91.

²⁸ Pierre-Philippe Rey, *Las alianzas de clases*. México: Siglo Veintiuno, 1976.

autor, a renda capitalista da terra seria um efeito da persistência da relação de produção pré-capitalista, à medida que o assalariado rural guardaria uma relação de servitude implícita com o arrendatário. Esse cobraria do conjunto dos capitalistas, sob a forma de renda absoluta da terra, o direito a um tributo que teria sobre os trabalhadores, vistos como camponeses. Em suma, a propriedade fundiária capitalizada continuaria a extrair uma renda de natureza pré-capitalista.

De outro lado, pode-se interpretar a renda absoluta da terra como um lucro comercial. O conjunto dos capitalistas destina parte da mais-valia para reproduzir a função social - manter o trabalhador separado da terra - da propriedade jurídica da terra.²⁹ Nessa linha de análise, que parece a mais eficaz, o arrendatário da terra se inclui na categoria de burguesia comercial e o empresário agrário, que arrenda a terra e utiliza máquinas e trabalho assalariado, pode ser visto como um segmento da burguesia industrial. Na medida em que um mesmo agente combine esses aspectos de comerciante (de terras) e industrial (agrícola), a *burguesia agrária* se definiria, se não como uma fração, pelo menos como um grupo multifuncional dentro da classe capitalista.³⁰

No Brasil recente, com a transformação da propriedade fundiária e a formação de uma burguesia agrária, observa-se o surgimento de uma nova ideologia no campo, que insere totalmente o mundo rural ao universo capitalista, com a substituição da mentalidade coronelista (semifeudal) pelo conservadorismo burguês, o clientelismo.³¹ Dessa forma, torna-se plausível a assertiva de que a bancada ruralista que se manifesta atualmente no Congresso Nacional já não possui parentesco político-ideológico com os históricos *coronéis*.

Toda formação social capitalista também mantém uma clivagem entre capitais de origem nacional e de origem estrangeira. Sem entrar na polêmica suscitada pelas correntes que concebem o tema do declínio dos Estados nacionais, com a perda de importância da clivagem nacional/estrangeiro, tomar-se-á como premissa que a tendência à concentração e centralização do capital, conduzindo a um desenvolvimento desigual das forças produtivas capitalistas, inviabiliza a reprodução das condições econômicas para o declínio das

²⁹ Cf. José de Sousa Martins; *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1981.

³⁰ Embora de um modo diferente, a caracterização da burguesia agrária como um grupo multifuncional encontra-se em M. Zeitlin e R. Ratcliff, *op. cit.*, chap. 4: Landlords and capitalists.

³¹ Cf. Francisco Farias, *Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Piauí*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1999.

fronteiras nacionais. Tais fronteiras de um sistema de Estados nacionais são funcionais à articulação das classes dominantes com bases materiais distintas.³²

Os obstáculos à mobilidade geográfica do capital favorecem as condições econômicas para a cristalização de interesses nacionais e regionais. Os investimentos em infra-estrutura, terra e outros elementos não podem ser facilmente transferidos para outras áreas mais lucrativas, de modo que se forma uma cadeia de inter-relações entre as configurações espaciais – o sistema de Estados nacionais e suas burguesias. Mas, como mostrou Poulantzas, a oposição burguesia nacional *versus* burguesia estrangeira é insuficiente para caracterizar essa inter-relação.³³

Poulantzas decompõe a burguesia do espaço nacional, na sua relação com o capital estrangeiro, em três frações: as burguesias *compradora*, *interna* e *nacional*. Embora esse autor não seja explícito, as diferentes inserções no aparelho da economia tendem a caracterizar os tipos de relação com o capital estrangeiro.

A burguesia compradora é aquela com um papel de simples intermediária dos interesses externos no espaço nacional. Normalmente, as burguesias comercial e bancária fornecem uma base para a postura de burguesia compradora. O comércio de importação e exportação de mercadorias e o sistema bancário baseado nos capitais externos podem ser exemplos de burguesia compradora, bem como os ramos da indústria inteiramente dependentes e subordinados ao capital estrangeiro. No plano político-ideológico, essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação dela aos interesses externos.

É difícil uma burguesia industrial assumir o papel de compradora. Isso é visível no caso da indústria voltada para o mercado interno: o capital industrial nativo acaba necessariamente se chocando com os interesses do capital industrial estrangeiro que deseje penetrar esse mercado. Mesmo no caso de multinacionais que produzem para o mercado nacional, podem surgir conflitos do tipo matriz-filial. A empresa filial, como na automobilística, pode tentar produzir bens adaptados ao mercado local, mas que iriam chocar-se com os interesses da empresa matriz. Em suma, é pouco provável que o capital

³² Cf. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, citado, chap. : L'internationalisation des rapports capitalistes et l'État-nation.

³³ Cf. Idem, *ibidem*.

industrial assuma a postura de burguesia compradora, sendo-lhe mais fácil se comportar como burguesia *interna* ou como burguesia *nacional*.

A burguesia *interna* se define pelo comportamento ambíguo frente ao capital estrangeiro: ora se opõe a ele, ora o apóia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica - do capital nativo em relação ao capital externo. Esse perfil de burguesia interna se encontra, por exemplo, no caso da burguesia industrial brasileira após 1930, que possui esta dupla dependência externa: a financeira e a tecnológica.

Não está excluída a possibilidade de certos setores do comércio interno ou do sistema bancário assumirem uma postura de burguesia interna, opondo resistências à penetração de capitais estrangeiros. Num caso, podemos pensar o exemplo de empresas comerciais que atuam no setor de supermercados opondo-se à presença de grupos estrangeiros no setor. No outro caso, pode ocorrer de o sistema bancário nacional ainda não dominado pelo capital financeiro internacional opor resistências à penetração de bancos estrangeiros. Um exemplo disso foi o conflito entre bancos nacionais e estrangeiros quanto à compra de bancos estatais brasileiros, privatizados na década de 1990.

O setor bancário, dependendo de sua articulação com o restante do capital, pode apresentar maior tendência a uma postura de burguesia compradora ou a de uma burguesia interna: o capital bancário ligado ao financiamento da exportação se inclina à primeira postura, enquanto aquele mais vinculado ao financiamento da indústria voltada para o mercado interno tem propensão de se comportar de acordo com a segunda atitude. No Brasil dos anos de 1990, o capital bancário assume uma postura de burguesia interna : por um lado, tem atritos com o imperialismo (tentou opor-se à entrada de bancos estrangeiros), mas, por outro lado, vota em um candidato a presidente do país que não se opõe a uma política mais geral de liberalização. Ou seja, posiciona-se contrário à penetração de banco estrangeiro no Brasil, mas não se contrapõe à vinda de indústrias. Assim, tem esse capital brasileiro um comportamento de conflito, em alguns aspectos, e ao mesmo tempo de acomodação, em outros, sendo, pois, marcado pela ambiguidade.

Poulantzas indica que não se deve pensar a burguesia interna como voltada para o mercado interno. Do contrário, ter-se-ia o capital estrangeiro querendo penetrar naquele mercado e o capital nativo querendo simplesmente impedir a penetração do capital estrangeiro. Um problema também é a saída do capital nativo. Na Comunidade Econômica

Européia, por exemplo, os grandes grupos industriais muito provavelmente não se voltarão exclusivamente para o mercado interno. Diz Poulantzas : « o conceito de burguesia interna remete ao processo de internacionalização, e não a uma burguesia ‘fechada’ no espaço ‘nacional’ ». ³⁴ Não se deve, pois, pensar que um país que se submete ao imperialismo americano não tenha um projeto de desenvolvimento para a sua economia: ao mesmo tempo que o capital americano entra no país, o capital nativo sai para realizar ganhos fora.

Uma das formas da ambigüidade da burguesia interna é explorar os conflitos no seio do capital estrangeiro, inclinando-se em direção a um segmento para não dar força demais a outro. Como exemplo, há o caso do setor automobilístico no Brasil: o Estado e o empresariado nacional apoiaram a entrada da Volkswagen, uma empresa alemã, ao invés da Ford ou General Motors, ambas norte-americanas. Isso revela uma postura de burguesia interna, que procura impedir a entrada do capital mais forte, como era o capital norte-americano no setor.

Para caracterizar as reações da burguesia interna, é útil a distinção de Poulantzas sobre as formas de presença do capital estrangeiro dentro da formação social. Seriam, segundo ele, três situações diferentes: o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e estrangeiro, como no modelo *joint venture*). A burguesia interna pode, no caso, ser mais resistente com um e menos com outro desse tipo de capital estrangeiro.

A burguesia *nacional* é a fração autóctone da burguesia que, com base numa capacidade produtiva própria, inclina-se à oposição a um leque amplo de interesses imperialistas. Em determinadas conjunturas de luta antiimperialista e de libertação nacional, essa fração da burguesia é suscetível de adotar posições de classe que a incluem no “povo”, sendo então passível de certo tipo de aliança com as classes populares. É pouco provável para o setor importador se comportar como burguesia nacional. Já o produtor ligado ao mercado interno, preocupado com a distribuição da renda, tem bastante chance de atuar como burguesia nacional. Um exemplo de burguesia nacional se encontra na revolução da Nicarágua: a Frente dos Empresários, que integrava a Frente Sandinista, participou, de armas na mão, na derrubada do regime de Somoza.

³⁴ N. Poulantzas, *les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*, citado, p. 74.

Em termos gerais, há alguma condição econômica para as posturas de burguesia compradora, interna ou nacional. O tipo de inserção no aparelho econômico cria certas possibilidades de comportamento político-ideológico, mas isso não é rígido, porque a possibilidade suscitada pode não se concretizar: uma burguesia industrial tem condições de assumir um papel de burguesia nacional e, no entanto, não o faz.

Existem três possibilidades de se caracterizar a relação interregional, com base no modelo poulantziano de frações da classe dominante. A primeira delas é a de se conceber a dominação regional como uma relação entre as secções regionais das frações, definidas segundo os outros critérios. Assim, têm-se, além de outros, os conflitos entre a burguesia industrial do centro e a da periferia nacional ou os embates entre o capital comercial do centro e o da periferia.

Qual seria, então, a base desses conflitos? Uma fração burguesa do centro tende a atrair capital e força de trabalho da fração semelhante da periferia. Em compensação, o Estado nacional, por razão de ordem política (preservação da unidade territorial) busca transferir recursos financeiros da fração burguesa do centro para a da periferia. Pode ser também que entre as secções regionais de uma fração da burguesia não se estabeleça uma relação de polarização econômica.

A segunda possibilidade de interpretação do modelo poulantziano das frações da classe dominante aplicado à questão regional consiste em se ver a região como determinada fundamentalmente pela interconexão entre as diversas frações da burguesia presentes em cada espaço regional. Nesse caso, por exemplo, o capital comercial procura aliar-se ao capital industrial do mesmo espaço regional, em contraposição ao capital comercial de outra região, ao invés de tal capital comercial se aglutinar nacionalmente para se contrapor aos interesses da burguesia industrial. Assim, o capital açucareiro de São Paulo visou compor uma política com o capital industrial desse estado, a fim de se contrapor ao capital açucareiro de Pernambuco, induzindo a este a também buscar uma aliança com os outros capitais do mesmo estado.

A terceira linha de interpretação do modelo poulantziano das frações de classe dominante e a questão regional refere-se à afirmativa de que ambas as possibilidades anteriores podem concretizar-se. Assim, o conflito regional ora se dá entre as secções

regionais de uma mesma fração de classe dominante; ora entre o bloco de frações de um espaço regional e o de uma outra região.

Apesar de, na passagem do plano internacional para o nacional, os instrumentos de mediação política se alterarem, os mesmos processos básicos atuam tanto em um quanto no outro. Daí inferir-se dos conceitos de burguesia, com vista à análise das relações internacionais, aqueles ligados à análise das relações interregionais.

Há, assim, uma burguesia compradora de uma região periférica como a fração que exerce o papel de intermediária, na área regional, dos interesses hegemônicos nacionais. O domínio regional, nos limites da hegemonia nacional, por uma burguesia compradora – por exemplo, o capital comercial – configuraria uma situação de “semi-colonialismo interno” (atração de capitais e de mão-de-obra pela economia da área mais desenvolvida). No Brasil, após 1930, as regiões periféricas, como o Nordeste, foram captadas pelo domínio do capital comercial importador de produtos manufaturados do centro industrializado do país, particularmente São Paulo.

Já uma burguesia interna de uma região periférica é definível como a fração que, embora com uma base própria de acumulação, depende financeira e tecnologicamente do capital externo nacional e internacional. A hegemonia de uma burguesia interna na região periférica implica que a relação interregional se estabelece prevalentemente por meio do capital produtivo, caso em que a periférica entra em um processo de industrialização retardatária (“integração produtiva”).

Alguns autores³⁵ consideram que a fase de “integração produtiva” significa uma tendência à homogeneização entre as estruturas econômicas regionais. A nosso ver, postular tal tendência é contraditório ao caráter periférico e dependente da industrialização retardatária, sendo inegável, no caso da industrialização do Nordeste brasileiro, a inferioridade tecnológica do seu parque industrial. Basta assinalar que os principais investimentos em informática, microeletrônica, telecomunicações e automação se concentram em São Paulo, a isso acrescida a possibilidade de reutilização, na periferia, do maquinário que se tornou obsoleto no centro industrial.

³⁵ Cf., por exemplo, Leonardo Guimarães Neto, *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

Em termos gerais, o que se depreende dos conceitos de burguesias compradora, interna, nacional é que a explicação das desigualdades entre os países ou entre as regiões de um mesmo país deve ser buscada na articulação de fatores internos (as condições históricas do desenvolvimento das forças produtivas do país ou região) e externos (a dominação e exploração imperialista), bem como na correspondência dos elementos econômicos e políticos. Esse ponto de vista evita a falsa prevalência teórica de um conjunto de fatores sobre os outros, já que há uma interdependência das séries de elementos.

Nesse sentido, o enfoque de Celso Furtado³⁶ - que privilegia a herança histórica interna ao país ou à região como o fundamento das desigualdades nacionais ou regionais -, ou a interpretação de André Gunder Frank³⁷ - que elege a dependência imperialista como o fator explicativo do subdesenvolvimento econômico- são visões parciais e incompletas. A perspectiva mais adequada é a que interrelaciona ambas as dimensões (a interna e a externa) da relação internacional ou interregional.

Um outro critério de diferenciação da classe dominante é a sua posição no mercado: monopólio ou não-monopólio. Poulantzas³⁸ afirma que o capital monopolista resulta da reunião, sob propriedade única, de várias unidades de produção de um ou vários ramos da produção social. Mas não levanta a possibilidade de o capital já nascer enquanto monopolista, como apontou Saes para a análise do caso brasileiro.³⁹ No Brasil, não houve propriamente uma etapa concorrencial, e, só depois, a monopolista, pelo fato de a industrialização se ter feito pela via da substituição de importações (com uma tecnologia que exige uma escala ampla de produção, prevista para países desenvolvidos).

Poulantzas apresenta três fases do capitalismo monopolista: a de *transição* do capitalismo concorrencial para o monopolista; a de *consolidação* do capitalismo monopolista; e a *atual*. Na primeira, prevalecem os efeitos de conservação das relações pré-capitalistas e, nas fases seguintes, dominam os efeitos de dissolução. Entretanto, como o capital não-monopolista se relaciona com o monopolista em cada uma das fases? Poulantzas sugere duas situações: na primeira, o setor não-monopolista funciona como uma

³⁶ Cf. Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

³⁷ Cf. André Gunder Frank, *Le développement du sous-développement*. Paris : Librairie François Maspero, 1969.

³⁸ Cf. N. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, citado, chap. : Les bourgeoisies, item 2 : les contradictions actuelles de la bourgeoisie.

³⁹ Cf. D. Saes, "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80", citado.

sobrevivência que mantém relações de conflito com o monopolista; depois, o não-monopolista se integra ao monopolista (a empresa não-monopolista presta serviços à monopolista).

O leitor não encontra, na análise de Poulantzas, as razões pelas quais o capital não-monopolista pode sobreviver na fase de domínio do capital monopolista. Seria algo análogo ao que fez Eduard Bernstein, em *Socialismo evolucionário*, para mostrar por que o médio e o pequeno capital não podem desaparecer no capitalismo monopolista, pois há certos ramos ou atividades em que o capital monopolista não tem interesse em penetrar, o que dá um outro sentido à ação política desses setores, os quais não podem ser simplesmente subjugados. Isso muda a análise de que o capital não-monopolista está completamente integrado numa frente política de classe e não haveria a possibilidade de contestação, por setores do capital não-monopolista, à política do capital monopolista.

Poulantzas, em polêmica com o PCF, termina por excluir o capital não-monopolista do leque de alianças para a transição ao socialismo. Mas é pertinente o leitor indagar se, em lutas anteriores à pelo socialismo, o capital não-monopolista pode apoiar as forças políticas de esquerda. Seria o caso em que o médio capital apoiou a candidatura Lula, nos pleitos presidenciais no Brasil.

Por fim, Poulantzas diz que o capital monopolista não é uma fração burguesa, ao mesmo título das frações industrial, comercial e bancária. Ele considera que o capital monopolista apresenta conflitos mais graves, porque tem no seu seio os conflitos entre essas frações, particularmente entre a industrial e a bancária. É que, no caso do capital financeiro, as fusões acabam eliminando muitas tensões pela via dos processos de conquista e dominação.

Poulantzas afirma ainda que a distinção entre o grande e o médio capital seria um efeito da diferença entre o capital monopolista e o não-monopolista, parecendo indicar que as duas distinções sempre coincidiriam. No entanto, como apontou Saes⁴⁰, isso não ocorre sempre, uma vez que é possível se imaginar o médio capital com uma posição monopolista no mercado, dependendo do ramo em que se insere (há aquele que, para se estabelecer o monopólio, não é preciso um capital em larga escala). Além disso, a própria política econômica pode tratar diferentemente os segmentos do capital, conforme a escala de

⁴⁰ Cf. D. Saes, Prefácio, citado.

produção e não a posição de mercado, favorecendo, por exemplo, ora os atacadistas, ora os varejistas. O que importa, no caso, não é a posição de mercado, mas a escala das operações comerciais, de modo que, à luz dessa consideração, não parece acertada a tentativa de se descartar a distinção entre médio e grande capital.

Cabe, finalmente, indicarmos a relação entre os diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante. Não se trata nem de uma correspondência rígida, nem de uma independência total entre eles. Assim, uma burguesia industrial pode ter tudo para se comportar como burguesia nacional e, no entanto, tal possibilidade não se concretiza. Por sua vez, é improvável que o setor importador do comércio assumira uma postura de burguesia nacional ou de burguesia interna; ele terá mesmo uma atitude de burguesia compradora.

Bloco no poder e hegemonia

O Estado, através de suas políticas, desempenha o papel de articular os interesses das várias classes e frações de classe dominantes. Um caso típico é a que é feita pelo Estado periférico entre o capital nativo e o estrangeiro. No Brasil da República Velha, a política de valorização do café articulava os interesses dos produtores locais e do capital estrangeiro. Os empréstimos financeiros internalizavam os interesses estrangeiros no país.⁴¹

A existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Nessa direção, o bloco no poder é mais amplo que o conceito de aliança, no sentido de que diz respeito a uma mesma situação comum de segmentos que pertencem às classes dos proprietários dos meios sociais de produção. Trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz com que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais.

Na articulação do bloco no poder, há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto por uma fração ou um anel de frações da classe dominante. Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer

⁴¹ Cf. Angelita Sousa, *Estado e dependência no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2001.

os seus interesses no interior do bloco no poder.⁴² Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado.⁴³ A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.

Alguns autores⁴⁴ destacam a formulação de Poulantzas ao nível da estrutura do Estado capitalista - que indica como indiferente a presença de representantes diretos da classe dominante no aparelho do Estado, a fim de que ele cumpra o papel de reproduzir as relações de produção capitalistas -, aplicando-a para a questão da hegemonia política. Mas a presença de membros da fração politicamente hegemônica no aparelho do Estado não seria indiferente ao exercício dessa hegemonia, embora, para Poulantzas, tal presença não chegue a ser determinante - ao indicar a possibilidade de dissociação entre a fração hegemônica e a fração “detentora”, ou seja, aquela que concentra o recrutamento do pessoal da cúpula do Estado. É verdade que Poulantzas não explicita qual seria o efeito da presença ou ausência majoritária de membros da fração hegemônica no aparelho do Estado. Porém, é possível agregar ao seu esquema teórico a proposição de que tal presença/ausência pode afetar o grau de “autonomia relativa” do Estado, isto é, a disponibilidade de o aparelho de Estado conceder benefícios às classes e frações subordinadas, no sentido de obter a legitimação da ordem. A capacidade de pressão da fração hegemônica sobre o aparelho do Estado seria maior à medida que o recrutamento do pessoal da cúpula estatal se fizesse no interior dessa própria fração, diminuindo a disponibilidade dos agentes estatais, segundo a expressão de Ralph Miliband, para realizar as reformas sociais.⁴⁵ No Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a ascensão de representantes políticos da fração regional mais poderosa (São Paulo), houve a aceleração do desmonte da política regional, simbolizada com a extinção da Sudene.

Uma fração da classe dominante não preponderante no plano econômico pode conquistar a hegemonia política, que serve justamente de alavanca para uma nova

⁴² Cf. N. Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, citado, vol. 1, part 2, chap. 1, item 3 : sur le concept de l'hégémonie.

⁴³ Cf. D. Saes, “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, citado, p. 50-51.

⁴⁴ A exemplo de M. Zeitlin e R. Ratcliff, *op. cit.*, chap. 5, item: class segments and state policy.

⁴⁵ Ralph Miliband, *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979, p. 72-87.

preponderância econômica. Mas, a médio e longo prazos, a tendência é ocorrer a correspondência entre a hegemonia política e a preponderância econômica.⁴⁶ É quando uma política antecipadora da preponderância econômica se transforma numa política de adaptação a essa prevalência.

Uma hipótese de periodização das fases do capitalismo seria a seguinte: na transição, até ela se completar, domina o capital mercantil; finda a transição, dá-se a dominância do capital industrial; e, na fase imperialista, prevalece o capital financeiro.⁴⁷ Na transição para o capitalismo, a esfera da circulação tem um papel privilegiado, porque a concentração do capital monetário para revolucionar a produção, com a introdução da máquina, ocorre na esfera da circulação. Foi preciso concentrar-se capital, sob a forma monetária, nas mãos de poucos indivíduos para haver a possibilidade de se introduzir a máquina. A transição para o capitalismo se encerra quando a maior parte do setor produtivo se organiza em termos de máquinas e processo de trabalho socializado. Compreende-se, então, que o capital comercial seja preponderante na etapa de implantação do capitalismo; que, depois, na etapa de reprodução ampliada do capitalismo, na sua primeira fase, a indústria prevaleça; e, finalmente, que na fase monopolista, predomine o capital financeiro. Mas afirmar a evolução tendencial da preponderância econômica não significa dizer que quem é preponderante no plano econômico seja politicamente hegemônico, porque a hegemonia política pode alavancar a transformação da prevalência econômica.⁴⁸

Nem sempre, porém, a hegemonia política no interior do bloco no poder coincide com a hegemonia ideológica no conjunto da formação social. Por hegemonia ideológica, Poulantzas entende, seguindo a análise de Gramsci, o papel de se apresentar os interesses particulares de frações da classe dominante em “interesse geral” da nação.⁴⁹ A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico, daí que, dados os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil para os capitais bancário e

⁴⁶ Cf. D. Saes, “Estado capitalista e classe dominante”, in *Crítica Marxista*, n. 12, 2001.

⁴⁷ Essa hipótese de periodização encontra-se apontada nos trabalhos de Christian Palloix, *L'économie mondiale capitaliste et les firmes multinationales*, Paris, François Maspero, 1975; e Guy Dhoquois, *Pour l'histoire*, Paris, Éditions anthropos, 1971.

⁴⁸ Um dos pontos que precisaria ser mostrado é como o capital comercial se subordina ao capital industrial. Seria preciso mostrar o que acontece com o capital comercial que permanece autônomo; como é que ele passa de capital *merchant*, que induz a produção e controla as manufaturas, para um capital comercial que parece estar nas mãos dos industriais. Se esse capital comercial está mais fraco diante do capital industrial, muitas vezes ele continua forte diante da propriedade fundiária.

⁴⁹ Cf. N. Poulantzas, op. cit., item: sur le concept de l'hégémonie.

comercial se apresentarem como representantes do interesse geral da nação.⁵⁰ Na verdade, onde tais capitais dominam, eles preferem deixar aos setores produtivos – indústria e agricultura – o papel de representar o interesse geral, evitando assim, as frações improdutivas do capital, a crítica das camadas populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se, pois, que os bancos e o comércio preferam agir discretamente na cena política mais por *lobbies* e menos por meio de partidos. No Brasil da República Velha, quando dominava o capital mercantil, a representação ideológica ficou a cargo da agricultura, o período da chamada « vocação agrícola » da economia brasileira.

Uma conjuntura especial é aquela onde se instaura uma crise de hegemonia política, quando nenhuma das frações da classe dominante é capaz de impor sistematicamente os seus interesses às outras frações dominantes. Essa crise não se configura como uma situação de distribuição igualitária dos benefícios da política econômica, o que de resto é impossível, dados os interesses conflitantes. Em tal contexto, a política do Estado pode assumir pelo menos duas características: a independência da política estatal, na qual nenhum dos interesses específicos dos grupos dominantes encontra-se prioritariamente contemplado, embora se encontre ela dentro dos limites dos interesses comuns ao conjunto da classe dominante, caso em que se admite falar em um extremo de “autonomia relativa” do Estado; e o ziguezague da política, em que os interesses contemplados caem ora para um lado, ora para outro, no interior do bloco no poder.

Poulantzas distingue dois sentidos na expressão “bonapartismo”: um primeiro, como fenômeno histórico concreto na França; um segundo, como traço constitutivo do Estado capitalista, em que esse assume uma “autonomia relativa” diante das classes ou frações dominantes.⁵¹ Parece, no entanto, mais coerente descartar o uso da expressão “bonapartismo” referente à “autonomia relativa” (concessões às classes dominadas), presente em qualquer Estado capitalista, e reter o seu uso para a situação particular na qual vige a incapacidade hegemônica no interior do bloco no poder, como se deu no período do governo de Luís Bonaparte, na França. Nesse caso, como sugere Poulantzas, tem-se uma nova modalidade de “autonomia relativa” frente às classes e frações dominantes, que consiste no fato de a política do Estado se pautar pelo interesse global da classe dominante.

⁵⁰ Cf. D. Saes, “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, citado, p. 60-61.

⁵¹ Cf. N. Poulantzas, op. cit., part IV : l’unité du pouvoir et l’autonomie relative de l’État capitaliste.

Sendo assim, pode-se falar de um equilíbrio de forças das classes e frações dominantes por meio do qual o Estado operaria não como um árbitro, distribuindo igualitariamente os benefícios, mas como o representante, de fato, do interesse geral da classe dominante. No império de Luís Bonaparte, o capital comercial tinha a concessão de explorar o sistema de ferrovias, mas o controle das tarifas ficou a cargo do Estado, como medida preventiva de estabilidade da economia como um todo.⁵²

Marx, no *18 Brumário*⁵³, caracteriza o Estado burguês na França, após as jornadas de fevereiro de 1848, como controlado por uma coalizão das frações da burguesia. Em primeiro lugar, o alvo principal das jornadas foi a quebra da hegemonia política da “aristocracia financeira”. Como afirma Marx, “o objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira.”⁵⁴

Em segundo lugar, em substituição a essa hegemonia política, instaurou-se, entre as frações burguesas, um Estado de condomínio. Apontando para os interesses sociais que dividiam o partido da ordem, diz Marx que

“a república parlamentar era mais do que o campo neutro no qual as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e os orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado, com igualdade de direitos. Era a condição inevitável para seu domínio *em comum*, a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade”.⁵⁵

Entre as razões do golpe de Luís Bonaparte, Marx não elenca a necessidade de reconfiguração da hegemonia no interior do bloco no poder, mas o receio da burguesia de que houvesse a ascensão política das classes populares, via parlamento. Como ressalta Marx, “assim, denunciando agora como ‘socialista’ tudo o que anteriormente exaltara como

⁵² Cf. Roger Price, *The French Second Empire: an anatomy of political power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 214-20.

⁵³ Karl Marx, *O 18 Brumário*. 6^a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁵⁴ *Ibidem*, p.28.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 100.

‘liberal’, a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*.”⁵⁶

A retirada da burguesia da cena parlamentar não significa, como querem alguns intérpretes⁵⁷, que a ditadura de Luís Bonaparte leve o Estado a tornar-se totalmente autônomo em relação aos interesses da classe burguesa. Apesar de algumas formulações ambíguas de Marx (como a afirmativa de que a burguesia percebe que “a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído”⁵⁸), permanece, no conjunto da análise, a caracterização de que o Estado está submetido aos interesses coligados das frações burguesas. Nesse sentido, referindo-se à ausência de hegemonia na ditadura de Bonaparte, entende-se a assertiva de Marx de que “a França de hoje já estava contida (...) na república parlamentar”.⁵⁹ Embora o crescimento da máquina estatal e a concentração do poder no Executivo confirmem ao Estado uma aparência de completa autonomia, Marx não perde de vista que “Bonaparte considera a sua missão salvaguardar a ‘ordem burguesa’”.⁶⁰

A interpretação poulantziana do bonapartismo em Marx possibilita, enfim, retirar-se o foco de análise da configuração institucional - que freqüentemente restringe aquele conceito ao regime ditatorial e tende a opor a república parlamentar à ditadura bonapartista.⁶¹ A Segunda República na França (1848-1851) constitui, ao contrário, um exemplo de regime democrático bonapartista, ou seja, uma democracia com ausência de hegemonia no interior do bloco no poder.⁶²

⁵⁶ Ibidem, p. 71.

⁵⁷ Ver, por exemplo, César Guimarães, *Bonapartism: the authoritarian regime in Marx's political theory*. Master's Degree, University of Chicago, 1972, p. 57 e p. 69.

⁵⁸ K. Marx, op. cit., p. 71.

⁵⁹ Ibidem, p. 123.

⁶⁰ Ibidem, p. 135.

⁶¹ Esse é o caso, por exemplo, de Emir Sader, em *Estado e política em Marx* (São Paulo: Cortez, 1993, capítulo II: O bonapartismo: o Estado na política de Marx), quando afirma que: “o surgimento do bonapartismo representou o esmagamento da representação política da burguesia” (p. 111). Mas há, neste trabalho de Sader, formulações que apontam para a configuração de classes do bonapartismo: “como forma de governo, ele (bonapartismo) é fruto, em geral: 1) da incapacidade das classes no poder de assumir as funções políticas como representantes do conjunto da classe dominante; 2) da divisão e equilíbrio relativo entre os grupos dominantes” (p. 42).

⁶² O historiador Geoff Eley, em “The British Model and the German Road: Rethinking the Course of German History Before 1914” (in David Blackbourn & Geoff Eley, *The peculiarities of German history: bourgeois society and politics in nineteenth-century germany*, Oxford/New York, Oxford University Press, 1984), indica que o conceito de bonapartismo - ao qual ele agrega a noção de “autonomia do Estado” constituída a partir do equilíbrio político dos interesses sócio-econômicos dominantes, levando a burocracia estatal a buscar os

Em síntese, dadas a sucessão de políticas do Estado e as várias dimensões dessas políticas (monetária, cambial, industrial, etc.), dispondo os agentes em diversas frentes de conflitos, concebe-se uma abordagem dinâmica e flexível da problemática poulantziana das frações de classe dominante. Isso permite que se leve em conta as várias possibilidades: a emergência, a desapareição, a reaparição, o cruzamento de sistemas de fração. Assim, tem-se ora burguesia industrial *versus* comercial, ora industriais do centro econômico contra industriais da periferia do país, ora comércio atacadista *versus* varejista.

Por um lado, a política econômica ou social do Estado torna-se o fator determinante de agregação das frações de classe dominante, que o fazem para defender ou rejeitar certas medidas governamentais. A prevalência sistemática nos benefícios dessas políticas especifica a hegemonia no interior do bloco no poder, sendo a homologia estrutural e a capacidade de pressão política sobre o aparelho do Estado os elementos principais na concretização dessa hegemonia ou de sua crise (bonapartismo).

Por outro lado, os conflitos internos à classe dominante, à medida que condicionam as políticas do Estado, constituem um dos fatores determinantes da dinâmica do processo político (um outro é o conflito capital e trabalho). Dependendo da conjuntura histórica, variará o modo de articulação da competição intercapitalista com os embates entre o capital e o trabalho.

Nesse sentido, o enfoque aqui adotado se distingue de duas posturas extremas: de um lado, a perspectiva da escola regulacionista francesa, que tende a minimizar a importância dos conflitos de frações burguesas, centrando quase sempre a análise nos que se dão entre o capital e o trabalho; de outro lado, a visão do marxismo elitista anglo-saxão, cuja tendência é superestimar a competição de “elites” (frações) dominantes, descurando a relevância dos conflitos entre a classe capitalista e as classes trabalhadoras.

3. As hipóteses de trabalho

Com base na discussão do referencial teórico, podemos formular as seguintes hipóteses de trabalho: i) tem-se, no Brasil de 1930-64, uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder; ii) a especificidade da política de desenvolvimento, nessa fase do processo histórico brasileiro, é dada pelo seu caráter independente (não contemplação

propósitos de uma administração econômica geral - pode ser aplicado a diferentes formações sociais, em diferentes períodos históricos.

prioritária a nenhum dos interesses das frações dominantes), embora tal política faça concessões aos interesses opostos.

A caracterização da política estatal procura articular as possibilidades que na literatura tendem a aparecer como excludentes: tanto o seu traço de independência frente aos interesses específicos no bloco de classes dominantes, quanto seu caráter de ziguezague na satisfação a alguns destes interesses. Assim, podemos aproveitar os elementos da análise, por exemplo, de Octávio Ianni⁶³ de que nos governos “populistas” surgiram elementos típicos do *bonapartismo*, tal como o “equilíbrio” das classes sociais e frações de classe que participam da coalizão de poder; como também incorporar, por exemplo, a descrição de Thomas Skidmore⁶⁴ de existência de uma política *mista* no governo Vargas, o qual tomava medidas que se aproximavam ora do setor agro-exportador, ora do setor industrial.

A nossa análise da política do Estado no Brasil de 1930 a 1964 enquanto uma política com um máximo de “autonomia relativa” não é original. Ela se encontra proposta nos trabalhos de Décio Saes, “Industrialização, populismo e classe média no Brasil”,⁶⁵ e Armando Boito Jr, *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*.⁶⁶ A nossa contribuição consiste em tentar acrescentar novos detalhes a essa linha de argumento.

4. A metodologia

A pesquisa consiste principalmente na consulta a trabalhos monográficos sobre a economia e a política no Brasil de 1930-64, nos quais se procura perceber a relação dos interesses das classes e frações de classe dominantes (burguesia industrial, capital mercantil, propriedade fundiária pré-capitalista) com as políticas do Estado. Trata-se, portanto, de um trabalho que, baseado prevalentemente em dados secundários, privilegia a análise interpretativa, inspirando-se em obras clássicas de sociologia histórica como *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, e *As origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Júnior. A ênfase no conflito de classes e frações de

⁶³ O. Ianni, *A formação do Estado populista na América Latina*. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1975. Cap. VI: “Pacto populista e bonapartismo”.

⁶⁴ T. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4ª. edição, 1975. Cap.: “A era Vargas (1930-1945)”.

⁶⁵ D. Saes, « Industrialização, populismo e classe média no Brasil », in *Classe média e sistema político no Brasil*. T. A. Queiroz editor, São Paulo, 1984.

⁶⁶ A. Boito Jr., *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. Brasiliense, São Paulo, 1982.

classe não implica se negar a relação de interdependência entre o econômico e o político na explicação da realidade histórica em períodos de estabilidade social.

O trabalho tem uma organização prevista em quatro capítulos. O capítulo primeiro constitui-se desta parte introdutória (o objeto, a teoria, as hipóteses de trabalho e a metodologia). O capítulo segundo trata da burguesia industrial, procurando mostrar que, embora não fosse uma fração politicamente hegemônica, já não possuía uma posição subordinada no interior do bloco no poder. O capítulo terceiro é dedicado à análise do capital mercantil, indicando que, tendo essa fração perdida a hegemonia política em 1930, mantém uma posição de “equilíbrio” com a emergente fração industrial. O capítulo quarto se refere à propriedade fundiária pré-capitalista, apontando para o seu caráter subordinado no seio do bloco no poder, o que, ao contrário do que se costuma supor, expressa-se no fenômeno do coronelismo.

CAPÍTULO II: A BURGUESIA INDUSTRIAL

A avaliação do lugar da burguesia industrial na configuração da hegemonia política (controle dos benefícios das políticas estatais) leva em conta que uma fração hegemônica no bloco de classes dominantes impede que o Estado implemente uma política sacrificadora dos interesses econômicos dela. Se, em dado contexto histórico, o Estado executa políticas que penalizam os interesses da indústria e se essa política assume um perfil de independência (não atendimento aos interesses específicos das frações das classes dominantes), então não se pode afirmar que a burguesia industrial detenha uma capacidade política hegemônica, mas, sim, que estamos diante de um quadro de crise de hegemonia. Procuraremos mostrar que esse é o caso brasileiro no período de 1930-64.

1. Uma fração politicamente não-hegemônica em ascensão

Uma das principais características do novo Estado surgido com a “revolução de 1930” foi o intervencionismo econômico. Não apenas novas agências de controle da atividade econômica foram criadas, mas também o Estado passou a investir, através das empresas estatais, no aparelho produtivo. Uma das razões desse componente intervencionista era a de acelerar a industrialização. No entanto, para implementar a política intervencionista, a burocracia do Estado teve que vencer resistências no interior da própria burguesia industrial, como mostram os exemplos da siderurgia, petróleo e energia elétrica. A liderança dos industriais – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI) – defendia a participação dos capitais privados (nacional e estrangeiro) nesses setores, contrária à solução estatizante adotada.

Referindo-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Luciano Martins assim descreveu a postura de independência assumida pelo pessoal estatal: “no lugar de se transformar em instrumento dos empresários industriais dentro do aparelho de Estado, ou de se constituir em seu agente ideológico, a nova burocracia vai tender a utilizar os seus recursos políticos em benefício de seus próprios interesses e valores”.⁶⁷ A aliança, no seio do Estado, de militares e técnicos nacionalistas procurava subordinar a política de industrialização aos objetivos da segurança nacional e da independência econômica. Além do interesse militar de lançar as bases da indústria bélica nacional, havia a intenção dos

⁶⁷ Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Éditions Anthropos, Paris, 1976, p. 198.

técnicos civis do Estado de economizar divisas gastas com a importação do aço. Para o general Góes Monteiro, a burguesia industrial “não queria abdicar certos privilégios em benefício da nação”.⁶⁸ Cabe a ressalva, porém, de que a segurança nacional e a independência econômica não são objetivos em choque com os interesses gerais da burguesia – a preservação do Estado capitalista e a defesa da acumulação de capital.

Em 1935, os Estados-Maiores do Exército e da Marinha revelam-se decididamente contrários à proposta da Itabira Iron, concessionária de minério de ferro, e defendem a tese de que, por razões de “segurança nacional”, o Estado devia encarregar-se diretamente da empresa siderúrgica. Em 1938, é organizada no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) uma subcomissão para equacionar uma política mais definida, apontando para a “solução estatal” do problema siderúrgico, a qual propunha: 1) estatização da indústria do aço como instrumento mais eficaz de defesa econômica; 2) condenação absoluta da política de concessões (Itabira); 3) monopólio estatal de exportação de ferro e manganês; 4) controle estatal da produção de ferro e aço das indústrias privadas já existentes; 5) construção do complexo siderúrgico por meio de recursos obtidos com a venda do minério. Ao apresentar a proposta à sessão plenária do CFCE, em março de 1939, a subcomissão exclui qualquer projeto de empresários nacionais. “Trava-se então um intenso debate, com críticas veementes à solução estatal por parte dos representantes do Ministério do Trabalho, da Confederação das Indústrias e das Associações Comerciais.”⁶⁹

A produção de ferro e aço no país cresceu a taxas elevadas durante a década de 30, especialmente a partir de 1938, quando a usina Monlevade, da Belgo-Mineira, entrou em operação. A desvalorização cambial e as restrições às importações protegeram a produção interna. Os três maiores produtores (liderados pela Belgo-Mineira) dominavam o mercado (juntos, em 1939, produziam 62% do total de ferro-gusa, 96% do de lingotes de aço e 80% do de aço laminado). Essa concentração da capacidade de produção facilitou a formação de um truste do aço para estabelecer preços e regular a concorrência, cujo objetivo era proteger a indústria siderúrgica à base de carvão vegetal, então menos eficiente, o que contribuía para o atraso do desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. Ao fim dos

⁶⁸ L. Martins, op. cit., p. 110.

⁶⁹ Ítalo Tronca, “O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)”. In Fausto, B. (org.), *O Brasil republicano*. V. 3, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 3ª. edição, 2004, p. 354.

anos 30, a produção interna só conseguia satisfazer uma pequena parcela da demanda crescente de ferro e aço.⁷⁰

Em 9 de abril de 1941, foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional. As Caixas Econômicas e os Institutos de Previdência forneceram cerca de metade do capital inicial de 25 milhões de dólares. Guinle, presidente da CSN, esforçou-se bastante para interessar o capital privado brasileiro em particular, com sucesso apenas relativo. O Tesouro do Brasil adquiriu todas as ações ordinárias não subscritas pelo público. Quando, mais tarde, o capital nacional foi aumentado, o setor privado fez somente pequenas contribuições e o controle do governo cresceu ainda mais, de sorte que “para todos os efeitos práticos, a CSN tornou-se uma companhia de propriedade e direção governamental.”⁷¹ A Usina começou a produzir em 1946, contribuindo para baixar a participação da metalurgia na pauta de importações.

Com relação ao petróleo, um documento dos industriais assim se expressava: “aconselham (as classes produtoras) o amparo à iniciativa particular, bem como se admita a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização deste objetivo”.⁷² O monopólio estatal do petróleo, através da Petrobrás, chocava-se com a iniciativa de alguns empresários nacionais na exploração petrolífera e com o interesse de grupos multinacionais de controlarem a atividade de refino do petróleo no mercado brasileiro. As razões da estatização do setor são análogas à da siderurgia: o aspecto militar (autonomia de combustíveis) e o de política econômica (poupança de divisas com a importação do petróleo). Assim, a burocracia do Estado impôs uma solução (o monopólio estatal) que não satisfazia plenamente aos interesses da burguesia industrial privada, que preferia a empresa mista.

No programa do tenentismo já aparecia com destaque a questão das riquezas do subsolo brasileiro, e muitos tenentes teriam uma posição relevante no governo provisório, como no caso de Juarez Távora, que se tornou ministro da Agricultura em 1933. Em 1934, o governo promulgou o Código de Minas, que consagrou a separação da propriedade do solo em relação à propriedade do subsolo, reservando esta à própria União.⁷³ Em 1938, o decreto-lei 395 declarou o suprimento nacional de petróleo de utilidade pública,

⁷⁰ Cf. Wilson Suzigan, *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo, 1986. Cap. 4, item 4.2.2: “A indústria siderúrgica”, p. 256-78.

⁷¹ Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1970, p. 103.

⁷² Gabriel Cohn, *Petróleo e nacionalismo*. Difel, São Paulo, 1968, p. 76.

⁷³ Cf. Gerson Moura, *A campanha do petróleo*. Brasiliense, São Paulo, 1986.

nacionalizou a indústria de refinação e criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), para controlar a indústria petrolífera. As finalidades do CNP eram estimular uma indústria nacional de refinação, capaz de suprir as necessidades do país, e levar adiante a procura sistemática por petróleo, que, se encontrado, seria utilizado também sob controle nacional. Em julho de 1939, foi criado um imposto único federal sobre derivados de petróleo em substituição à massa de impostos estaduais e municipais. Dois objetivos foram promovidos: a disciplinação dos preços e a integração nacional.⁷⁴

O exército começara a preocupar-se com o petróleo por motivos de segurança, temendo uma possível tomada da futura indústria por estrangeiros, e não julgava o capital privado nacional suficiente para criar essa indústria sem empréstimos externos, com a conseqüente perda de controle desse recurso. Por essa razão, a maioria dos militares era favorável à tese do monopólio estatal, defendida pelo general Horta Barbosa, para quem “não é possível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional”.⁷⁵

Os empresários brasileiros recusaram-se a ver na iniciativa da Petrobrás algo meritório, mesmo à luz de seu próprio desinteresse em investimentos pesados como os exigidos pela indústria petrolífera.⁷⁶ Enquanto o projeto da Petrobrás era submetido à apreciação das Comissões do Congresso Nacional, chegavam lá as mais diversas mensagens de entidades das “classes produtoras”, com apoio ao grupo liderado por Assis Chateaubriand, Othon Mäder, Plínio Pompeu e Alencastro Guimarães, dirigidas especialmente ao senador Othon Mäder, que representava o papel do mais “legítimo e incansável” defensor dos grupos conservadores. Em 18 de fevereiro de 1953, Othon Mäder redigira a emenda nº 19 ao artigo 2º do projeto da empresa, segundo a qual o monopólio deveria também ser exercido “por meio de concessão, quando a lei autorizar, a empresas constituídas nos termos da legislação brasileira, com sede no Brasil”⁷⁷, com a justificativa de que “se o tempo e a experiência virem que a forma monopolística estatal não resolve satisfatoriamente o problema do petróleo nas proporções em que o Brasil necessita, fácil

⁷⁴ Cf. Peter Seaborn Smith, *Petróleo e a política no Brasil moderno*. Artenova, Rio de Janeiro, 1978.

⁷⁵ Ilmar Marinho Jr, *Petróleo: soberania e desenvolvimento*. Edições Bloch, Rio de Janeiro, 1970, p. 396.

⁷⁶ Cf. Getúlio Carvalho, *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Forense-universitária, Rio de Janeiro, 1977.

⁷⁷ Mário Victor, *A batalha do petróleo brasileiro*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p. 378.

será abrir a válvula das concessões a empresas particulares”.⁷⁸ É evidente que a emenda Othon Mäder era a negação mais flagrante do monopólio estatal e atendia aos desejos da iniciativa privada, impotente de realizar providência pela exploração do petróleo, mas favorável à participação de capitais estrangeiros.⁷⁹

No setor de energia elétrica, o marco decisivo do novo posicionamento intervencionista do Estado foi a promulgação, em 1934, do Código de Águas, que conferia integralmente o poder concedente ao Governo Federal na exploração das quedas d’água. Não só as concessionárias estrangeiras, mas também as empresas nacionais de energia elétrica e os representantes da indústria no país marcaram posição por uma reformulação total dos princípios do referido Código, visando a derrocada do princípio do chamado custo histórico, que regulamentava o preço da tarifa de energia elétrica. Para o governo, era importante monitorar a tarifa, a fim de manter o controle da inflação.

As posições assumidas pelo governo federal nos assuntos pertinentes aos serviços de eletricidade preocuparam as empresas estrangeiras em operação no país. O presidente da Electric Bond and Share em Nova York, logo após as declarações de Vargas sobre a questão siderúrgica, afirmou que um dos maiores entraves ao desenvolvimento industrial brasileiro era “a atitude de certos brasileiros que esperavam que o governo tome a iniciativa de negócios reservados à iniciativa particular”.⁸⁰ Criticando a intervenção estatal, avaliou que “nas democracias é fato conhecido que os governos não se acham aparelhados para levar a efeito negócios de qualquer natureza com a eficiência dos particulares”.⁸¹

Em 1933, quando iniciados os trabalhos da Assembleia Constituinte, não eram desprezíveis os segmentos que pregavam a ordenação institucional do aproveitamento das riquezas naturais. As disposições referentes ao aproveitamento das jazidas e quedas d’água foram definidas pelo então ministro da Agricultura, Juarez Távora, membro nato da Assembléia, que defendeu a abolição do direito de acessão, com a incorporação das riquezas do subsolo e das quedas d’água ao patrimônio da União, em caráter de imprescritibilidade e inalienabilidade, e sustentou a tese da competência exclusiva da União na outorga de autorizações e concessões para a exploração de jazidas minerais e de energia

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 378.

⁷⁹ Cf. Idem, ibidem, p. 378.

⁸⁰ José Luiz Lima, *Políticas de governo e desenvolvimento no setor de energia elétrica : do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, 1995, p. 21.

⁸¹ Idem, ibidem, p. 21.

hidráulica. Pelo menos um representante classista dos empregadores opôs reservas às teses do ministro da Agricultura. Tratava-se de Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, que abordou a questão das minas e quedas d'águas na Comissão Constitucional, postulando a nacionalização das riquezas naturais, cuja transferência à União e aos estados deveria limitar-se às jazidas essenciais à defesa econômica ou militar do país. Concluía o representante da indústria: “que mal há em que continue o regime de acessão, se pelas limitações da lei não poderá o proprietário, uma vez que se negue a fazê-lo, impedir que o poder público promova a exploração das minas por meio de concessões a terceiros?”⁸²

Na Constituição de 1934, a transferência do poder concedente à União foi contundente: o artigo 119 submetia à autorização federal a exploração ou aproveitamento industrial das riquezas do subsolo e das quedas d'água, estabelecendo que as concessões só poderiam ser conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, e previa, como diretriz, a nacionalização progressiva dos recursos naturais essenciais à “defesa econômica ou militar do país”. Pelo artigo 137, a fiscalização e a revisão das tarifas competiam ao Executivo federal, segundo o princípio de que os lucros das concessionárias não deveriam exceder a “justa” remuneração do capital. Por sua vez, o Código de Águas apoiou-se na nova Constituição.⁸³

Na ótica das empresas concessionárias estrangeiras e dos adversários da intervenção estatal no setor de energia elétrica, a raiz da queda dos investimentos no setor situava-se na política tarifária implantada pelo Código de Águas, que definia a avaliação do capital empregado pelo custo histórico do investimento. O argumento utilizado era que a desvalorização contínua da moeda corroía a base sobre a qual incidia a taxa de remuneração do capital e isso estreitava as condições de autofinanciamento das empresas.⁸⁴

Coube ao CFCE, em 1943, a incumbência de organizar a Comissão Técnica Especial do Plano Nacional de Eletrificação, que se destinava a elaborar uma estratégia de suprimento de eletricidade para o período do pós-guerra. No final dos anos 40, o setor de energia elétrica passa a não atender o ritmo de crescimento da demanda, configurando uma crise presente até a década de 1960. “A determinação das causas da crise gerou um intenso

⁸² Idem, *ibidem*, p. 23.

⁸³ Idem, *ibidem*.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

debate, colocando frente a frente duas correntes de opinião: para os ‘privatistas’ a causa central estava na política tarifária, que por seguir os critérios do Código de Águas não permitia o acúmulo de recursos necessários. Os ‘nacionalistas’ advogaram a intervenção estatal como única forma para solucionar a crise”.⁸⁵

O projeto de constituição de uma empresa estatal nacional no setor elétrico, a Eletrobrás, foi aprovado em abril de 1954. No entanto, devido a inúmeras pressões políticas das concessionárias estrangeiras e de alguns governos estaduais que tinham criado empresas de eletricidade, a empresa só recebeu a autorização de instalar-se em abril de 1961. A estatização reforçava o controle tarifário e evitava a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras do setor.⁸⁶

Outra característica do novo Estado após 1930 foi a centralização política, tendo como seus principais instrumentos o sistema de interventorias, pelo qual o governo central controlava os governos estaduais, e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que detinha até função legislativa. O impulso da tendência centralizadora no Estado partia do grupo dos tenentes, empenhado no combate ao regionalismo não apenas das oligarquias agrárias dos vários estados, mas também do núcleo industrial situado em São Paulo. A ideologia militarista dos tenentes os predisponha à visão centralizadora do processo político, cujo exemplo foi a tentativa deles de criar um partido nacionalista, a União Cívica Nacional, em contraposição aos partidos regionais. Já os setores oligárquicos dissidentes insistiam na manutenção das prerrogativas de autonomia estadual e limitação dos poderes da União.

O processo de centralização do Estado brasileiro no pós-1930 se relaciona mais profundamente à crescente articulação das frações das classes dominantes, no que se refere às segmentações regionais. Particularmente, inaugura-se, a partir da mudança política dos anos 30, a fase de articulação comercial, via expansão do mercado nacional, entre a fração industrial da região-polo e a fração agromercantil da periferia. A essa maior interdependência econômica entre as burguesias das regiões devia corresponder os mecanismos políticos centralizadores. O desenvolvimento do mercado interno aparece no discurso de Vargas como um fator da nacionalidade: “desde o momento que o mercado

⁸⁵ N. J. Castro, *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1964)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1985, p. 91.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

nacional verá assegurada a sua unidade, verá aumentar a sua capacidade de absorção, a federação política se encontrará fortificada. A expansão econômica levará ao equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país”.⁸⁷

Entre 1930 e 1937, a fração industrial paulista defenderá a bandeira da descentralização política, aliando-se nesse objetivo às oligarquias agrárias e mercantis. Nessa conjuntura, seriam acentuados os laços da indústria com o setor cafeeiro, sendo postas em segundo plano as divergências acumuladas ao longo da luta protecionista. Com efeito, após a vitória da “revolução”, os industriais paulistas manteriam uma posição ambígua em relação ao novo governo, divididos entre a insatisfação e a desconfiança provocadas pela perda da autonomia local e o gradual alívio despertado pela forma moderada pela qual o governo ia enfrentando a questão trabalhista. Predominaram, porém, os fatores de descontentamento, o que determinaria o apoio da burguesia industrial paulista à “revolução constitucionalista” de 1932, que tentou derrubar o governo central.

Na Constituinte de 1934, a bancada classista dos empregadores, composta de 17 deputados, tinha a presença dominante dos representantes do setor industrial. A preocupação central expressa nos discursos e emendas dessa bancada, durante os trabalhos da Constituinte, está voltada para a questão do novo papel do Estado (em termos da política social e da promoção do crescimento econômico do país). Esse ponto envolvia o debate político que marcaria a Constituinte: o problema do federalismo *versus* centralização. A bancada paulista dos empregadores assume a posição de separar intervencionismo e centralização. Nesse sentido, é quase no seu todo contrária à transferência dos recursos dos impostos de exportação da órbita dos estados para a da União, proposta no anteprojeto da Constituição. Argumentam os paulistas que esses impostos são a principal fonte de recursos dos estados e sua supressão um sinônimo de “penúria de autonomia”, que abalaria o lineamento da Federação. Essa reação da bancada paulista dos empregadores acabou derrotada.⁸⁸

A percepção pela liderança industrial da correlação entre a centralização política e a estruturação do mercado interno contribuirá para uma mudança de posição política.

⁸⁷ Márcia B. M. D’Alessio, *Problématique nationale et populisme dans le Brésil de Getúlio Vargas*. Thèse de doctorat, Univ. de Paris I, Paris, 1979, p. 86.

⁸⁸ Cf. Ângela Maria de Castro Gomes (org.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980. Cap. V: “A representação de classe na constituinte de 1934”.

Gradualmente, certas reformas políticas seriam vistas como importantes passos na abertura do caminho à expansão industrial, tal como a abolição dos impostos interestaduais. A partir da implantação da ditadura do Estado Novo em 1937, aliás bem recebida pela liderança industrial, esta se converte ao processo de centralização política. Dessa forma, a burocracia do Estado conseguiu sufocar a tendência regionalista da burguesia industrial paulista, impondo um sacrifício ao seu interesse político (a descentralização administrativa), ainda que a centralização política tenha trazido a essa fração vantagens econômicas (expansão do mercado interno).⁸⁹

Na polêmica questão da política trabalhista estão, de um lado, autores como Francisco de Oliveira e Luiz Werneck Vianna, que sustentam uma correlação entre a legislação do trabalho implantada no pós-1930 e a hegemonia industrial. Oliveira argumenta que a legislação trabalhista, com destaque para o salário mínimo, teve por efeito privilegiar a empresa industrial, contestando a posição de que os níveis do salário mínimo seriam “níveis institucionais”, isto é, acima daquilo que se obteria com a pura barganha entre trabalhadores e capitalistas no mercado. Para o autor, seria uma hipótese nunca provada que os níveis salariais superavam o custo de reprodução da força de trabalho, já que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, ou seja, de reprodução. Além disso, diz que se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre” era provável que subisse para algumas categorias operárias especializadas, mas a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas elas, com o que antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. Considera ainda que se fosse verdade que os níveis do salário mínimo estivessem “por cima” dos níveis de pura barganha num “mercado livre”, o que aumentaria

⁸⁹ Uma tese não explicitada por Simon Schwartzman, em *Bases do autoritarismo brasileiro* (Campus, Rio de Janeiro, 3^a. ed., 1988), é de que a centralização política após 1930 atende aos desígnios próprios do Estado e não a interesses de classes sociais. Primeiro, afirma que os líderes da “revolução de 1930” não eram representantes nem da “burguesia”, nem das “classes médias em ascensão”, apoiando-se na análise de Boris Fausto sobre aquele movimento. Segundo, aponta que o governo não poderia ignorar os recursos econômicos existentes em São Paulo, o que proporcionou uma certa aproximação entre governo e setores industriais; mas a iniciativa e o comando da situação teriam permanecido sempre sob a direção estatal.

De fato, não havia uma hegemonia política da burguesia industrial no governo de Vargas. Isso não implica, porém, que o movimento de 1930 não tivesse um caráter burguês. Pode-se, por um lado, argumentar que os tenentes estavam comprometidos com a formação de uma *burguesia nacional* no país. Por outro lado, a subordinação dos interesses econômicos das frações burguesas ao Estado se fazia para preservar o interesse político geral da classe capitalista.

demasiadamente a parte da remuneração do trabalho na distribuição funcional da renda, o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular.⁹⁰

Vianna, por sua vez, procura sustentar que, pelos seus resultados, a “revolução de 1930” foi uma “revolução burguesa”. O Estado, mesmo ocupado pelos membros da oligarquia agrária, implementou uma política de industrialização que atendia aos interesses da burguesia industrial, a exemplo da legislação social. Para o autor, tomar o salário mínimo como parâmetro para as reivindicações salariais implicava aviltar o salário do trabalhador qualificado, daí que esse salário se transformaria num instrumento efetivo para a acumulação industrial. Reconhece, contudo, que para os trabalhadores não-qualificados os efeitos foram diversos e traduziam-se numa melhora real desses trabalhadores, que conforme os dados do censo salarial de 1939 viviam em grande parte sob uma remuneração aquém do mínimo fixado pela lei. Fortalecia-se, assim, o “mercado interno” da força de trabalho.⁹¹

De outro lado, temos autores como Robert Rowland e Maria Hermínia de Almeida, que vêem uma relação entre o “Estado de compromisso” e a adoção das leis trabalhistas. Segundo Rowland, a legislação trabalhista teve, como fim principal, estabelecer o controle político do Estado sobre a classe operária, de modo que a adoção do mínimo não teve como impacto principal a acumulação industrial, mas um papel redistributivo (conforme dados do autor, em 1940, o salário mínimo no Distrito Federal foi estabelecido em 240\$000 e, consoante os cálculos do governo utilizados na preparação da lei, os salários médios no DF eram de 241\$300, na capital, e de 204\$800, no interior). A instituição do salário mínimo teria implicado um nivelamento para cima dos salários inferiores à média, tanto que, aponta o autor, o industrial Simonsen, em discurso de fevereiro de 1941, admitiu que: “não se pode negar que o salário mínimo veio corrigir compressões e erros de distribuição existentes em alguns setores da produção brasileira”.⁹² Conclui Rowland:

“não acredito que o governo tenha introduzido o salário mínimo para, deliberadamente, efetuar a desqualificação relativa da força de trabalho e instaurar um novo modo de acumulação. Parece muito mais provável que, ao nível consciente, a medida tenha sido inspirada pelo desejo de fortalecer o mercado interno e pela exigência, na conjuntura

⁹⁰ Cf. F. Oliveira, op. cit., p.36-40.

⁹¹ Cf. Luiz W. Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª. ed., 1978, p. 235-40.

⁹² Robert Rowland, “Classe operária e Estado de compromisso”. *Estudos Cebrap*, n.8, 1974, p. 31.

político-econômica do início da década de quarenta, de aumentar o controle político exercido pelo Estado sobre a classe operária”.⁹³

Para Almeida, sob a sucessão de decretos de majoração do salário mínimo, a partir de 1939, estavam razões políticas, que induziam o governo a buscar uma aproximação maior com os trabalhadores urbanos e, em especial, o operariado. Segundo dados da autora, os salários mínimos industriais pagos, a partir de novembro de 1943, nas capitais dos estados, superaram a remuneração média dos trabalhadores da indústria, ao longo do mesmo ano, exceção feita ao Distrito Federal. Assim, na capital São Paulo, o salário mínimo era de 390,00 cruzeiros, enquanto o salário médio no estado estava em 354,00. Enfatiza a autora que, do ponto de vista político, a relação entre o Estado e a fração burguesa industrial não autoriza que se veja na política do salário mínimo uma determinação governamental de promover e garantir condições privilegiadas à acumulação da indústria privada.⁹⁴

Os industriais resistiram à decretação do salário mínimo. Para a Confederação Industrial do Brasil, embora constituísse ele um “ideal perfeitamente compreensível”, não havia condições para a sua aplicação no Brasil: “somos um país de grande extensão territorial, com a sua economia ainda em princípio de organização, motivo pelo qual este longo passo que se vai dar no caminho das instituições sociais não pode deixar de constituir justificado receio pela inexecutabilidade de tão avançada e complexa instituição”.⁹⁵ Embora criadas em 1936, as Comissões de Salário Mínimo só passam a funcionar a partir de abril de 1938. Finalmente, a 1º de maio de 1940 é publicado o decreto-lei que institui o salário mínimo no país. Num contexto em que a política social assume menos o aspecto de privilegiar a rentabilidade do capital que de organizar o “mercado de trabalho”, pode-se conceber a vigência de um “Estado de compromisso” exprimindo a relação entre as frações dominantes, enquanto um esforço de generalização dos seus interesses.

Um ponto em que a burguesia industrial fez valer o seu ponto de vista no interior do Estado, embora de modo gradual, foi a política protecionista. Altas tarifas alfandegárias, que dificultassem ao máximo a concorrência estrangeira, eram vitais para o

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁹⁴ Cf. Maria H. T. de Almeida, *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1978.

⁹⁵ Relatório de 1936, citado em Marisa S. Leme, *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Vozes, Petrópolis, 1978, p. 151.

desenvolvimento industrial, daí que a reforma tarifária de 1934 sofreu críticas, por não ser ampla, mas proteger ramos da indústria caso a caso, além de também não se acompanhar de organismos governamentais capazes de viabilizá-la. Somente a reforma tarifária de 1957 foi recebida como uma vitória da indústria, pois em muitos casos as tarifas elevaram-se a 60, 80 e 150%. Foi criado ainda o Conselho de Política Aduaneira, tido como um órgão eficiente de controle da política tarifária, que contava com a participação de representantes da indústria.⁹⁶

Outro ponto de influência da burguesia industrial diz respeito à política cambial. O controle de câmbio, combinado ao regime de licença prévia para importações, teve um efeito de proteção à indústria, com a FIESP e a CNI participando da sua formulação e implementação. Apesar de o governo Dutra ter iniciado em 1946 uma política cambial de orientação liberal, mantendo suspenso o controle das importações e liberando as operações cambiais, dois anos depois, uma séria crise cambial e os protestos dos industriais fizeram-no reorientar a sua política na direção do controle cambial. Em 1953, através da Instrução 70 da Sumoc, o governo Vargas instituiu o sistema de taxas múltiplas de câmbio, tendo a FIESP recebido essa Instrução a princípio com reservas, mas depois reconheceu nela benefícios à indústria.⁹⁷

Em suma, a burguesia industrial – ao lhe ser impostas as soluções estatizantes nos setores de siderurgia, petróleo e energia elétrica, ao ver sufocadas as suas inclinações regionalistas e ao ter que limitar suas ambições na exploração da força de trabalho – revelava uma incapacidade de exercer a hegemonia política, embora não mais tivesse uma posição subordinada no bloco de classes dominantes brasileiras, conseguindo implementar alguns enclaves de políticas afinadas com as suas reivindicações, a exemplos das medidas aduaneira e cambial. Na prática, a fração industrial não se identificava integralmente com o governo, tendo se afastado dele em momentos de crise política, como ocorreu em 1932, 1945 e 1954.

Podem ser destacadas algumas razões que explicam a relativa fragilidade política da fração industrial no contexto histórico brasileiro, após as transformações advindas com a

⁹⁶ Cf. Maria A. Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Paz e Terra, São Paulo, 2000. Cap. 3: As associações industriais e a política tarifária (1844-1934) e cap. 4: Corporativismo industrial e política tarifária (1935-1957).

⁹⁷ Cf. Idem, *ibidem*. Cap. 6: A política cambial como instrumento de proteção à indústria: o regime de licença prévia para importações e o sistema de câmbio múltiplo (1948-1954).

“revolução de 1930”. A primeira diz respeito à “articulação” (Florestan Fernandes) ou à “relação funcional” (Fernando H. Cardoso) entre, de um lado, os interesses industriais e, de outro, os da agroexportação.⁹⁸ A indústria, carente da importação de maquinário, dado o desenvolvimento tardio do parque industrial brasileiro, tem de recorrer à capacidade dos agroexportadores para gerar as divisas do país. A segunda razão se vincula à vigência a ideologia da harmonia entre a atividade industrial e as agroexportadoras.⁹⁹ A maioria dos industriais não percebe um conflito que oponha os seus interesses aos dos setores agromercantis, sendo a participação desses últimos no esquema de poder altamente valorizada. A terceira se refere a uma visão “imediatista e restrita” pela burguesia industrial dos seus interesses.¹⁰⁰ Os industriais, perseguindo os objetivos de lucratividade no curto prazo, puseram-se contra a implantação da legislação trabalhista criada no primeiro governo de Vargas. Eles tendiam, também, a dirigir suas demandas ao Estado de forma segmentada (indústria têxtil, indústria da carne, etc) e não a partir de um enfoque global dos problemas.

Cabe apontarmos o argumento de que o aparecimento, no seio da classe dominante, de um grupo exercendo múltiplas atividades econômicas (indústria, comércio, agropecuária) tornaria inapropriadas as oposições de frações de classe e a dominação política de um setor sobre os demais. Esse parece ser o ponto de vista de Caio Prado Jr.¹⁰¹, para quem, nos níveis mais elevados das categorias sócioeconômicas no Brasil, seria comum os mesmos indivíduos participarem, simultaneamente, de atividades industriais, comerciais e agropecuárias. Nesse caso, seria imprópria, por exemplo, a oposição de uma “burguesia progressista” aos “latifundiários retrógrados”.

Sem negarmos o fato de que tenha se formado esse grupo multifuncional no interior das classes dominantes brasileiras, isso não foi suficiente para anular os conflitos de frações, quer porque o grupo multifuncional, como indica Prado Jr., envolvia um número restrito de membros das classes superiores e outro grande número continuava com atividades especializadas, quer porque no interior mesmo do grupo multifuncional

⁹⁸ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1995. Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. Difel, São Paulo, 2ª. edição, 1972.

⁹⁹ Luciano Martins, *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1968.

¹⁰⁰ Eli Diniz, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

¹⁰¹ Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 7ª. edição, 1987.

persistiram as linhas de conflitos interfrações. Assim, por exemplo, o grupo Matarazzo, que atuava nos vários setores econômicos (indústria, comércio, agricultura), continuou se definindo como um empreendimento essencialmente industrial.¹⁰² Em síntese, o surgimento da multifuncionalidade no seio da burguesia brasileira não constituía, por si mesmo, um obstáculo intransponível a partir do qual a fração industrial não lograria conquistar a hegemonia política.

o papel adquirido pela burocracia do Estado, convertendo-se em força social capaz de orientar o conteúdo de várias políticas (intervencionismo econômico, centralização política, legislação trabalhista) e satisfazendo de modo secundário aos interesses específicos (protecionismo da indústria), exprime uma situação de crise de hegemonia política no interior do bloco no poder. Nesse sentido, aplica-se a definição poulantziana de uma política *bonapartista*, que mantém uma independência em face dos interesses de frações dominantes, orientando-se pelo interesse global da classe dominante.¹⁰³

Este traço essencial do bonapartismo – a crise de hegemonia política – aproxima o caso brasileiro de outros, como os governos de Luís Bonaparte, na França, Bismarck, na Alemanha, e Meiji, no Japão. O debate sobre a natureza do Segundo Império francês continua a ser informado pela contribuição de Karl Marx, que, em sua análise, afirma que o Estado aparentemente adquiriu autonomia, mas na realidade continua a favorecer os interesses conjuntos das frações burguesas coligadas.¹⁰⁴ Da mesma forma, aplica-se ao

¹⁰² Cf. Fernando Motta, *Empresários e hegemonia política*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 99-102.

¹⁰³ O economista José Luis Fiori, em *Instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira* (Tese de Professor Titular, UFRJ, 1988), considera que a tentativa de implementar-se uma política bonapartista (projeto “prussiano/nacionalista”) na fase da industrialização brasileira fracassara por dois motivos principais: a resistência política do empresariado e a escassez dos recursos fiscais. Segundo o autor, o empresariado sempre resistiu ao Estado e olhou com desconfiança o nacionalismo. Outro problema do projeto “prussiano” era o financiamento dos investimentos: como houve demora na criação de um banco de investimentos, recorreu-se à criação de empresas públicas e aos empréstimos externos.

Porém, pode-se objetar, em primeiro lugar, que é normal que as frações dominantes oponham resistências à política bonapartista, uma vez que interesses estratégicos seus são sufocados. Em segundo lugar, dado que o capital privado nativo não queira ou não tenha condições de alavancar o financiamento da indústria pesada, é compreensível que o Estado adote a solução estatizante, mesmo com a colaboração do capital estrangeiro. O problema para a política nacionalista será o disciplinamento desse capital.

¹⁰⁴ Cf. Roger Price, *The french second empire*. Cambridge University Press, Cambridge, 2001, p. 2-3. Um observador francês notou: “a ditadura do senhor Getúlio Vargas se assemelha muito mais à ditadura de Napoleão III que a toda outra forma atual de governo” (René Courtin, *Le problème de la civilisation économique au Brésil*. Librairie de Médecis, Paris, 1941, p.157). No entanto, enquanto o bonapartismo típico (Napoleão III) se apoiava no campesinato (pequenos proprietários), adquirindo um perfil mais conservador, o bonapartismo populista (Vargas) se assentava nos trabalhadores urbanos, assumindo um caráter mais progressista.

Império alemão de Bismarck a noção de que a “autonomia relativa” é constituída “a partir do equilíbrio político dos interesses sócio-econômicos dominantes”.¹⁰⁵ Por sua vez, os historiadores japoneses explicam o sucesso dos líderes do governo Meiji “não como a emergência de uma classe social, que eles poderiam representar, mas como uma incompleta revolução: (...) uma burguesia (industrial) emergente, ainda não suficientemente forte para assumir o poder. (...) Os propósitos das reformas do governo Meiji, argumenta-se, era manter o estado de equilíbrio e conseqüentemente os ganhos daqueles que se beneficiam com o mesmo.”¹⁰⁶

2. A postura de burguesia interna

A classe dominante, em sua relação com o capital estrangeiro, pode ser dividida em três frações distintas: a burguesia compradora, a burguesia nacional e a burguesia interna.¹⁰⁷ A cada uma dessas frações podemos associar, respectivamente, um tipo de política: “entreguista”, nacionalista e seletiva.

Procuraremos mostrar que a burguesia industrial brasileira – que em face do capital estrangeiro assume uma postura de burguesia interna – não se sentia contemplada nas políticas nacionalistas promovidas pela própria burocracia do Estado, nem foi capaz de neutralizar os enclaves de políticas “entreguistas” patrocinadas pelo capital mercantil, embora tenha tido força para implementar o enclave de uma política protecionista seletiva.¹⁰⁸

Uma demonstração de que a burguesia industrial brasileira comporta-se como uma burguesia interna, e não como uma burguesia nacional, encontra-se no trabalho de Márcia Boschi, *Burguesia industrial no Governo Dutra (1946-1950)*.¹⁰⁹ Segundo a autora, a burguesia industrial, especialmente o seu núcleo paulista, revelava uma postura de burguesia interna porque não se envolvia numa luta anti-imperialista e não buscava formar alianças com o “povo”, vendo-se menos motivada a atender as reivindicações da classe trabalhadora. Em relação ao petróleo, por exemplo, a FIESP era favorável à abertura desse

¹⁰⁵ D. Blackbourn and G. Eley, *op. cit.*, p. 129.

¹⁰⁶ W. G. Beasley, *The rise of modern Japan*. St. Martin's Press, New York, 1990.

¹⁰⁷ Cf., neste trabalho, o capítulo 1, item 2: “A teoria: a questão das frações da classe dominante”.

¹⁰⁸ A elaboração do nosso argumento baseia-se na caracterização da burguesia industrial brasileira feita por Armando Boito Jr., em *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, citado.

¹⁰⁹ M. Boschi, *Burguesia industrial no Governo Dutra (1946-1950)*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.

ramo de atividade para o capital privado nacional e estrangeiro e contrária aos nacionalistas, que defendiam o monopólio estatal do setor petrolífero. Da mesma forma, a liderança industrial colocava-se contra os nacionalistas no setor de energia elétrica, postulando uma legislação que tornasse o setor atraente aos capitais particulares, nacionais e estrangeiros.

Quanto à relação dos industriais com as classes trabalhadoras, eles não tinham uma perspectiva de buscar uma aliança em torno de um projeto de desenvolvimento de liberação nacional, sendo totalmente a favor do fechamento do Partido Comunista Brasileiro, em 1947. O senador e industrial Roberto Simonsen, em discurso no Senado, declarou: “na verdade, Sr. Presidente, admitir o Partido Comunista no Brasil, gozando de todas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição (...), é concorrer para o destino suicida da nossa democracia”.¹¹⁰ Com relação à reivindicação de aumento salarial, os empresários industriais preferiram desenvolver uma política patronal de assistência ao trabalhador no nível da empresa. Eles aplaudiram o decreto-lei, assinado por Dutra em março de 1946, que praticamente proibiu o direito de greve.

Outro elemento que atesta o caráter de burguesia interna à fração dos industriais é a diferença de seu projeto de industrialização com o sustentado pelos setores nacionalistas da burocracia do Estado. O projeto da burguesia industrial queria o desenvolvimento da indústria brasileira sem o cumprimento das regras previstas na CLT – reivindicava a livre negociação entre patrão e empregado - e concordava plenamente com a iniciativa do Estado em assumir a frente nos investimentos para a formação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da economia nacional. Não se importava, porém, com a procedência dos recursos a ser empregados nas obras que resultariam no desenvolvimento das indústrias nacionais e não tinha a preocupação em promover um desenvolvimento econômico que resultasse na independência nacional, muito menos que ocorresse a incorporação, mesmo que parcial, das classes trabalhadoras.

Já o projeto da burocracia estatal nacionalista propunha promover a industrialização do país de forma a não criar uma dependência às corporações estrangeiras privadas, para não colocarem em risco a construção da independência nacional, e defender o desenvolvimento industrial com a obediência das regras contidas na CLT (que

¹¹⁰ Cf. M. Boschi, *op. cit.*, p. 115.

regulamentavam a relação patrão-empregado e asseguravam vários benefícios ao trabalhador). O Estado devia assumir o papel do principal investidor na criação da infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento da indústria nacional (por tratar-se de uma área em que a remuneração dos capitais só se faria em longo prazo, esse setor era pouco atraente para os investimentos particulares), e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro deveria levar à construção da independência econômica do país e à afirmação da identidade nacional.¹¹¹ Segundo M. Boschi, “a não percepção ou consideração da existência desses diferentes projetos de industrialização fez com que vários teóricos exigissem da burguesia brasileira uma postura política que não condizia com o seu projeto”.¹¹²

A autora faz a crítica de vários trabalhos¹¹³ que, embora reconhecendo a inadequação da burguesia industrial brasileira ao modelo de uma burguesia nacional, mantêm a expectativa de que ela venha adquirir um perfil nacionalista e democrático, o que os leva a descrevê-la como “desarticulada politicamente” (F. H. Cardoso, L. Martins, F. Fernandes) ou “imatura ideologicamente” (E. Diniz, R. Boschi). De algum modo, os autores acabam introduzindo em suas análises a perspectiva de que essa burguesia se converta no agente de uma “revolução nacional e democrática”. Referindo-se, por exemplo, a Florestan Fernandes, diz M. Boschi que “uma das características marcantes na obra de Florestan é o fato de ele reivindicar reiteradamente que a burguesia brasileira se una à classe trabalhadora e promova a revolução democrática no país”.¹¹⁴

Podemos acrescentar a objeção de alguns autores, como Luis C. Bresser Pereira,¹¹⁵ que redefinem o conceito de burguesia nacional e sustentam que houve no Brasil de 1930-1964 uma “revolução nacional” cujo agente foi a “burguesia nacional”. O que Bresser

¹¹¹ Cf. M. Boschi, *op. cit.*, p. 30-31.

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 32.

¹¹³ Os trabalhos revistos são os seguintes: Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. *Op. cit.*; Luciano Martins, *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. *Op. cit.*; Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*. *Op. cit.*; Eli Diniz, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. *Op. cit.*; Renato Raul Boschi, *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

¹¹⁴ M. Boschi, *op. cit.*, p. 46. Em nossa leitura do livro de Florestan Fernandes, vemos que há uma ambiguidade, pois ora parece que a “burguesia dependente” pode vir a se transformar em burguesia nacional, ora isso é improvável. Referindo-se à alternativa de um capitalismo autônomo, Fernando H. Cardoso reconheceu que essa questão não está resolvida em seus escritos, como o de outros autores. (Cf. F. H. Cardoso, *As idéias e seu lugar*. Vozes, Petrópolis, 2^a. edição, 1995, p. 19-20.)

¹¹⁵ Cf. Luis C. Bresser Pereira, *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 8^a. edição, 1979. Cap. IV: Desenvolvimento político.

Pereira entende por burguesia nacional praticamente torna-se sinônimo de industrialização, ou seja, de avanço da burguesia industrial. A burguesia nacional não precisa ser anti-imperialista; no máximo deve encontrar o apoio no meio das classes trabalhadoras para as suas propostas industrializantes. No caso brasileiro, o apoio dos trabalhadores à política de industrialização se daria através do PTB, sendo a aliança PSD-PTB a expressão do pacto político entre a burguesia industrial (PSD) e as classes trabalhadoras (PTB).

O conceito de burguesia nacional de Bresser Pereira torna-se amplo e inespecífico: toda burguesia industrial, em processo de industrialização, adquire um caráter nacional, no sentido de atuar dentro do território, independentemente de a origem do capital ser nativa ou estrangeira, ou de a postura política conciliar com o imperialismo ou ser anti-imperialista. Isso resulta numa analogia entre burguesias com características muito diversas: por exemplo, a burguesia brasileira (concilia com o imperialismo) e a nicaraguense (antiimperialista). O perfil nacional também se aplica à burguesia industrial no sentido de que a expansão do emprego nas indústrias atua como um fator de reforço dos laços da comunidade nacional, amortecendo a luta de classes. Ora, um problema que especifica o conceito de nacionalismo é a busca de uma “independência nacional” ou “soberania do Estado” no cenário internacional.¹¹⁶

Já a afirmativa de uma aliança política da burguesia industrial brasileira com as classes trabalhadoras por meio da coligação PSD-PTB é polêmica pelos motivos seguintes. Primeiro, o partido mais forte junto à classe operária era o PCB, e não o PTB: um estudo sobre as eleições de 1947 e 1948 em São Paulo mostrou que o voto dos trabalhadores da indústria tendeu mais para o PCB que para o PTB¹¹⁷ (o PTB paulista, envolvendo-se nas disputas políticas nos sindicatos e nas greves de trabalhadores, não obteve uma posição hegemônica no movimento sindical, sob forte influência dos militantes comunistas).¹¹⁸ Segundo, o fraco desempenho do PTB paulista em termos eleitorais e sindicais se explica como uma opção da liderança nacional do partido que, através de intervenções diretas no diretório estadual, procurou evitar a ascensão de lideranças mais autênticas ligadas ao movimento sindical, o que poderia alterar o perfil de confiabilidade do partido (a direção do

¹¹⁶ Para uma discussão de diferentes significados do nacionalismo, ver Lúcio Flávio de Almeida, *Ideologia nacional e nacionalismo*. Educ, São Paulo, 1995.

¹¹⁷ Cf. Aziz Simão, “O voto operário em São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 1, 1956.

¹¹⁸ Cf. Maria Victória Benevides, *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 19.

PTB paulista, centrada em Ivete Vargas, jogava um papel de amortecer as greves) e com isso ameaçar a aliança nacional PSD-PTB.¹¹⁹ Terceiro, a liderança de esquerda e nacionalista de Leonel Brizola só ganhou espaço no PTB na crise do governo Goulart (1961-1964), embora, como se saiba, a ascensão de Brizola no partido tenha sido um dos fatores que determinou a ruptura da aliança governista do PSD com o PTB.¹²⁰

Se a burguesia industrial brasileira assumiu uma postura de burguesia interna, e não de burguesia nacional, não se pode afirmar que tenha orientado predominantemente a política do Estado no cenário internacional. Por um lado, a burocracia do Estado implementou determinadas políticas nacionalistas com relação a alguns setores da atividade econômica (siderurgia, petróleo, mineração, energia elétrica), a despeito da divergência da liderança dos industriais. Por outro lado, a oposição dos industriais não foi suficiente para impedir certas políticas “entreguistas” (comércio exterior, Instrução 113 da Sumoc), influenciadas pela perspectiva do capital mercantil. A política externa brasileira, como notou um analista, referindo-se ao Estado Novo (1937-1945), “oscilou entre o desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro”.¹²¹

As análises da siderurgia, do petróleo, da mineração e da energia elétrica dão fundamento para se falar numa dimensão de “nacionalismo desenvolvimentista” na era Vargas (1930-1964).¹²² Com a criação da CSN, os antigos argumentos nacionalistas se concretizaram e a usina era uma prova tangível do compromisso do Exército com o desenvolvimento econômico. Segundo L. Martins, tudo se passa “como se os ‘quadros técnicos’ se atribuíssem a tarefa de promover um projeto de ‘capitalismo nacional’ por cima dos capitalistas propriamente ditos”.¹²³ A resistência desses ao projeto de Volta Redonda (CSN) se exprime na recusa de participar da empresa, mesmo simbolicamente, como acionistas. O fato de que a CSN contou com a ajuda financeira e técnica dos EUA,

¹¹⁹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 153-155.

¹²⁰ Cf. Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 317.

¹²¹ Francisco Luiz Corsi, *Estado novo: política externa e projeto nacional*. Editora Unesp, São Paulo, 2000, p.282.

¹²² Valeriano Costa, em *Política de desenvolvimento econômico e crise institucional no segundo governo Vargas: 1951-1954* (Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996), analisará a política de capital estrangeiro, a petrobrás e a eletrobrás para contestar o caráter nacionalista do governo Vargas. A tendência do autor é reduzir o nacionalismo de Vargas a um gesto retórico. A nosso ver, não se trata de enfatizar que haviam vozes conciliadoras com o capital estrangeiro dentro do governo, mas sim de verificar que objetivamente aquelas políticas impuseram restrições aos interesses do capital externo no país.

¹²³ L. Martins, *op. cit.*, p. 245.

movidos por considerações de ordem militar e política, especialmente o estacionamento de tropas americanas em pontos estratégicos brasileiros em caso de guerra, não retirou do governo brasileiro o controle da política siderúrgica. Aliás, o presidente Vargas destacou o caráter nacionalista da criação da CSN: “o que representam as instalações da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, aos nossos olhos deslumbrados pelas grandiosas perspectivas de um futuro próximo, é bem o marco definitivo da emancipação econômica do País. (...) O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento”.¹²⁴ Em 1961, havia 47% de capital do setor público na siderurgia contra 36% do capital privado nacional e 17% do estrangeiro.¹²⁵

No caso da exploração do petróleo, a burocracia do Estado se inclinou para a solução estatal-nacionalista, excluindo o capital estrangeiro, enquanto a burguesia industrial adotou uma postura contrária, reivindicando a presença da iniciativa privada, nacional e estrangeira, na atividade petrolífera. Em 1943, setores da indústria e do comércio recomendavam, no I Congresso Brasileiro de Economia, que o governo fizesse uma revisão do Código de Minas, de modo a permitir que o capital estrangeiro colaborasse nas empresas de mineração. Em 1945, na Conferência das Classes Produtoras do Brasil, na qual resultou a “Carta Econômica de Teresópolis”, o documento encarecia a necessidade de estimular a prospecção e perfuração para descoberta do petróleo e aconselhava “possibilitar a entrada de capitais estrangeiros na área da exploração do petróleo”.¹²⁶

A constituição de 1946, nos termos do artigo 153 do anteprojeto, agradou às grandes companhias petrolíferas. Para a embaixada americana, “esta Constituição dá uma oportunidade, pela primeira vez em dez anos, à participação do capital estrangeiro na mineração no Brasil”.¹²⁷ O artigo, aprovado, admitia a concessão da exploração do petróleo a sociedades “organizadas no país”, formulação ampla o suficiente para incluir empresas de capital estrangeiro. Em 1948, o projeto conhecido como Estatuto do Petróleo visava adaptar

¹²⁴ Cf. Octávio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 5ª. edição, 1991, p. 73-4.

¹²⁵ Fábio A. Campos, *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de mestrado, Campinas, 2003, p. 27.

¹²⁶ Cf. G. Cohn, *op. cit.*, p. 76.

¹²⁷ Cf. G. Moura, *op. cit.*, p. 48.

a legislação do petróleo ao referido artigo constitucional, mas, como avaliou um analista, estava fadado a nascer morto, pois os EUA estavam envolvidos na recuperação europeia e as companhias petrolíferas não se dispunham a ser generosas com a América Latina quando havia campos mais promissores em outras partes do mundo. O Plano SALTE foi um retorno à solução nacionalista, voltando a atividade petrolífera à iniciativa e controle do governo, embora ainda permitisse que o capital privado (nacional e estrangeiro) tivesse participação importante no refino.¹²⁸

Apesar de um contexto internacional desfavorável (os EUA adotaram a ideologia do liberalismo econômico a partir da Conferência de Breton Woods, em 1942) e de uma pressão contrária das frações dominantes no país, a nacionalização do petróleo obteve êxitos graças à aliança dos setores burocrático e militar no aparelho de Estado e à pressão da mobilização popular, via campanha “o petróleo é nosso”.¹²⁹ Ao reverso do que ocorrera com a CSN, a criação da Petrobrás não foi do agrado dos norte-americanos: o novo governo Eisinger não escondeu a oposição à lei que criou a empresa estatal, e os interesses privados norte-americanos a condenavam abertamente, atribuindo-lhe a origem à inspiração comunista.¹³⁰

As preocupações de Getúlio Vargas de defender as riquezas do subsolo brasileiro e amparar, de um modo geral, a burguesia nativa desagradavam às empresas norte-americanas. O Código de Minas (1934) fixava a exigência de que as sociedades organizadas no Brasil para explorar as jazidas de ferro fossem integradas por brasileiros. A Constituição de 1937 determinava, de forma peremptória, que as autorizações de lavra somente poderiam ser outorgadas a brasileiros ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros. Ademais, com o intuito de libertar-se do mercado único dos EUA, que impunha ao Brasil preços cada vez mais baixos ao minério de ferro, Vargas não só vendeu maiores quantidades à Alemanha e Inglaterra, mas também desobedeceu às cláusulas econômicas do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que ele próprio subscrevera. Vendeu ainda, em 1953, à Polônia e Tcheco-Eslováquia, 70.000 toneladas a Cr\$ 333,00, quando os EUA

¹²⁸ Cf. P. Smith, *op. cit.*

¹²⁹ Cf. G. Moura, *op. cit.*

¹³⁰ Cf. G. Carvalho, *op. cit.*

pagavam-nos Cr\$ 307,00, e em 1954 ampliou as vendas ao campo “socialista” para 256.371 toneladas.¹³¹

No setor elétrico, opondo-se aos interesses solidários às empresas concessionárias estrangeiras, posicionavam-se as correntes favoráveis à regulamentação e à efetiva aplicação do Código de Águas, que expressavam, em geral, interesses situados tanto na cúpula do governo federal quanto nas entidades que representavam o poder concedente em questões de contrato e prestação de serviços pelas empresas concessionárias, a exemplo da Divisão de Águas e da Inspeção de Serviços Públicos. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do primeiro governo Vargas, assinalara que “as medidas consubstanciadas no Código de Águas nada têm de violentas (...). São medidas velhas em outros países, reconhecido que foi neles, há muitos anos, o direito que cabe ao poder público de regulamentar os negócios privados afetados de um interesse público”.¹³²

A solução tarifária defendida pelo capital privado estrangeiro como meio mais eficaz para a superação da crise no setor, caso fosse acatada pelo Estado, colocaria o preço da eletricidade em um nível que traria sérios óbices ao crescimento de setores com maior demanda de energia elétrica. Frente a isso, a solução estava no capital estatal, daí que “os seus objetivos não eram norteados pela maximização do lucro, mas sim definidos a partir de uma clara política econômica: a ampliação da oferta de eletricidade, indispensável ao avanço do processo de industrialização”.¹³³ A redefinição da posição das empresas privadas estrangeiras no setor envolveu uma intensa negociação política que resultou na configuração de um acordo explícito, gestado ao longo de vários anos, que celebrou uma divisão de funções intra-setoriais: a geração e transmissão tendiam a ficar sob responsabilidade do Estado e a distribuição caberia às empresas de capital estrangeiro.

O presidente Getúlio Vargas tentou desenvolver um sofisticado arcabouço institucional para domar o capital internacional e manter o desenvolvimento “autônomo” da economia. Foi uma medida nessa direção o Decreto 30.363 (03/01/1952), modificado pela Lei 1.807 (07/01/1952), que controlava as remessas de lucro para fora do país. Uma inflexão no controle do capital estrangeiro foi a Instrução 113 da SUMOC (17/01/1955),

¹³¹ Cf. Osny Duarte Pereira, *Ferro e independência: um desafio à dignidade nacional*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 65.

¹³² J. L. Lima, op. cit., p. 26.

¹³³ N. J. Castro, op. cit., p. 137.

adotada no governo Café Filho. Mas a direção nacionalista será retomada nos governos seguintes, culminando, no governo Goulart, com a Lei 4.131 (03/07/1962), conhecida como a Lei de Remessa de Lucros.¹³⁴

Considerando-se as posições expressas em conferências das “classes produtoras”, observou um analista que “a definição dos empresários do papel do capital estrangeiro oscilava de uma percepção apurada da necessidade de atração de tais investimentos até uma delimitação mais específica das áreas prioritárias de investimento estrangeiro sob o controle estatal”.¹³⁵ Na I CONCLAP (Teresópolis, 1945), aparece uma sugestão referente a um “modelo de investimento misto”, em que o capital estrangeiro seria introduzido no país em associação com o Estado e o capital nacional privado. O cerne do documento de Teresópolis era a recomendação de “facilidades e estímulo ao fluxo do capital estrangeiro destinado a objetivos econômicos e sociais, assegurando as garantias necessárias de tratamento igualitário, salvo nos casos em que os interesses fundamentais do país estejam em jogo” (Carta de Teresópolis, 1945, p.9).¹³⁶

Na II CONCLAP (Araxá, 1949), as posições dos industriais quanto ao capital estrangeiro tornaram-se mais específicas, em termos de medidas concretas. A principal preocupação era a de sugerir formas pelas quais o capital estrangeiro pudesse ser atraído e integrado à economia do país. Uma das recomendações básicas dessa Conferência foi a de que “os impostos sobre os lucros remetidos para o exterior não deveriam ser aplicados aos lucros das companhias estrangeiras reinvestindo no país” (II CONCLAP: Recomendações, 1949, p. 97).¹³⁷ O II Encontro Geral da Indústria (Porto Alegre, 1955) acrescentaria um novo elemento ao conjunto de medidas, qual seja, a proposta de absorção de técnicos e equipamentos estrangeiros, “desde que não seja em área em que a indústria nacional esteja atendendo satisfatoriamente o mercado” (Carta de Princípios da Indústria, 1955, p.33).¹³⁸ No III Encontro Geral da Indústria, em 1957, os industriais apontariam as vantagens recíprocas de países investidores e receptores e especificavam onde e como os investimentos deveriam ser aplicados. “Foram sugeridos uma série de controles sobre o capital estrangeiro, tais como a proibição das empresas estrangeiras de importarem

¹³⁴ Cf. Fábio A. Campos, op. cit..

¹³⁵ Renato Boschi, op. cit., p. 84.

¹³⁶ Cf. Idem, ibidem, p. 84.

¹³⁷ Cf. Idem, ibidem, p. 84-5.

¹³⁸ Cf. Idem, ibidem, p. 86.

equipamentos a taxas de câmbio mais baixas, bem como de terem acesso às agências de crédito estatais. Esta última limitação aplicava-se a todas as firmas que tivessem 50% ou mais de capital estrangeiro.”¹³⁹

A retórica nacionalista de dirigentes dos industriais em torno da luta protecionista (políticas aduaneira e cambial), afirmando que defender os produtos nacionais é “ajudar na libertação econômica do Brasil”, não devia ser confundida com a sua prática política. O apelo dos industriais aos sentimentos nacionalistas das classes populares não indicava uma adesão ao projeto de desenvolvimento econômico dos nacionalistas, mas “resultava antes de uma estratégia política que visava, através da conquista do apoio da opinião pública, fortalecer a sua capacidade de pressão sobre o aparelho de Estado”.¹⁴⁰ Como alerta Maurice Duverger, “o poder leva em conta a opinião pública, em todos os regimes (...). Assim, agindo-se sobre o público, pode-se indiretamente agir sobre o poder”.¹⁴¹

Consideremos, agora, os casos de políticas “entreguistas”. Tendo em vista o princípio da defesa da indústria nacional contra a concorrência estrangeira, a liderança industrial advogava a prioridade para esse princípio na condução da política de comércio exterior. Daí a oposição dos industriais ao Tratado de Comércio com os EUA, firmado pelo governo brasileiro em 1935, o qual suspendia barreiras aduaneiras aos produtos manufaturados americanos em troca de benefícios à penetração de produtos agrícolas brasileiros no mercado dos EUA. A votação desse Tratado no Congresso Nacional levou ao confronto entre, de um lado, as pressões dos industriais contra a sua aprovação, sob o argumento da necessidade de proteção da indústria nacional e, de outro lado, as demandas do comércio exportador/importador a seu favor, orientadas por uma diretriz liberal. Finalmente, o Tratado foi aprovado nos termos que convinham ao comércio e aos produtores rurais.¹⁴²

A liderança industrial, através de Roberto Simonsen, tentou influenciar a política comercial de modo mais sistemático por meio da proposta de se criar um Instituto Nacional de Exportação, com representantes dos principais estados exportadores. O objetivo era diversificar a pauta de exportações, incluindo os produtos manufaturados. Mas a proposta

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 86.

¹⁴⁰ M. Boschi, *op. cit.*, p. 102.

¹⁴¹ Cf. M. Boschi, *op. cit.*, p. 102.

¹⁴² Cf. Eli Diniz, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, cap. IV, item 2: “A campanha contra o livre comércio”.

foi rejeitada, porque os principais grupos da agroexportação opuseram-se à criação de tal Instituto, alegando que em pouco tempo ele passaria a controlar todo o comércio, estabelecendo cotas rígidas de exportação em benefício mais dos industriais que dos agricultores. Os representantes da agroexportação reclamavam mesmo era a restauração do “mercado livre internacional”.¹⁴³

Outra medida benéfica à interiorização dos interesses do capital estrangeiro no país foi a Instrução 113 da Sumoc, baixada em 1955, que autorizava a emissão de licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial para a compra em moeda estrangeira. A FIESP e a CNI reagiram contra essa decisão, por conceder privilégio ao capital estrangeiro. A FIESP chegou a promover uma campanha de tom nacionalista contra a Instrução. O seu presidente declarou: “o nacionalismo que entendemos não é inimigo do estrangeiro, mas também não se filia a qualquer forma de entreguismo”.¹⁴⁴ Na VIII Convenção de Industriais do Interior de São Paulo continuava dizendo ele que “uma política excessivamente liberal com relação ao capital estrangeiro pode afetar os interesses da indústria nacional se não forem garantidas condições de concorrência igual”.¹⁴⁵ Apesar disso, a Instrução 113 não foi suspensa e só perdeu seu efeito no início da década de 60, devido à queda dos investimentos sem cobertura cambial.

Assim, embora a burguesia interna tenha visto contemplada pelo Estado uma política protecionista de caráter seletivo (não atingia todos os ramos da indústria, mas aqueles em que o capital nacional sentia-se em condições de dominar), esta fração de classe não teve força suficiente para se contrapor à orientação nacionalista do padrão de política externa estatal, nem pôde impedir os enclaves de políticas “entreguistas”.

3. Os conflitos regionais

O que caracteriza as relações centro-periferia no Brasil de 1930-1964, fase da industrialização capitalista do país, é sobretudo a atração, pelo centro industrial de São Paulo, de capitais e força de trabalho provenientes da periferia nacional agromercantil. As transferências de recursos financeiros da burguesia do centro econômico para a da periferia,

¹⁴³ Cf. John Wirth, *A política do desenvolvimento na era Vargas*. FGV, Rio de Janeiro, 1973, parte I: Comércio.

¹⁴⁴ Cf. Maria A. Leopoldi, *op. cit.*, p.268.

¹⁴⁵ Cf. Renato Boschi, *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro, 1979, p. 88.

via política governamental (preceito constitucional de 1934), foram insuficientes para compensar o movimento polarizador de capitais na região mais desenvolvida, pelo menos até à criação da Sudene, em 1959. O resultado foi o agravamento das desigualdades regionais de 1930 a 1960, diagnóstico amplamente registrado a partir da elaboração do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), escrito por Celso Furtado e que deu subsídios ao projeto de instituição da autarquia.

A “revolução de 1930” abriu novas condições institucionais para o fortalecimento do mercado nacional de mercadorias. Aspecto importante entre as medidas tomadas pelo novo governo foi a abolição dos impostos interestaduais, o que facilitou as trocas de bens manufaturados da região-polo por produtos primários das áreas periféricas nacionais, numa transferência de capital para a região-polo, via mecanismo da troca desigual. Por sua vez, a expansão de empregos industriais na região mais desenvolvida passou a atrair mão de obra das regiões periféricas, principalmente de Minas Gerais e dos estados do Nordeste, com maior desemprego nas atividades agrícolas.

No caso do Nordeste, a política de transferências de recursos federais, seguindo uma linha de determinação política (manter a unidade territorial nacional), foi insuficiente para alterar o quadro de atraso no desenvolvimento econômico. A análise da atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), principais instrumentos dessa política, evidencia que a ação governamental estava comprometida com a preservação, na região, da estrutura agrária tradicional. O bloco algodoeiro-pecuário, via Dnocs, e o agromercantil do açúcar, por meio do IAA, terão as atividades beneficiadas até com recursos a fundo perdido, postergando a tendência à estagnação desses setores e bloqueando a diversificação da atividade econômica. Somente com a Sudene, que incorporou uma política de industrialização regional, tem-se uma medida mais eficaz. A oposição do capital mercantil nordestino, através de sua bancada no Congresso Nacional, ao projeto de implantação dessa agência regional indicava que havia algo mais em jogo: uma mudança do padrão centro-periferia que implicava uma alteração da hegemonia no nível regional, passando ao primeiro plano os interesses da burguesia industrial (têxtil, siderúrgica, agroindustrial) interna à região, em substituição aos mercantis.

Outra fonte de conflitos que alimenta a questão regional no país diz respeito aos efeitos negativos da industrialização de São Paulo sobre a indústria da periferia nacional, em particular do Nordeste, que se traduzem num maior poder de competição dos bens industriais tradicionais lá fabricados sobre os seus similares de produção nordestina (tecidos, sapatos, vestuário, alimentos, mobiliário, etc). O resultado visível é o de uma retração das unidades nordestinas concorrentes, até com a liquidação de empresas. É que, incapacitadas de disputar o mercado em razão de seu atraso tecnológico relativo, as indústrias do Nordeste não se expandem nem se renovam, o que acarreta novas perdas de competitividade e situações de verdadeiro desemprego de recursos. Como consequência, há um fluxo de capitais da região periférica para a mais desenvolvida, tendo sido uma das condições viabilizadoras desse processo a melhoria das vias e do sistema nacional de transportes, que quebrava uma das barreiras protetoras da produção industrial do Nordeste.¹⁴⁶

Assim, um dos cerne da questão regional no Brasil após 1930 eram as queixas da burguesia industrial do Nordeste com os dados que indicavam a polarização econômica pela indústria de São Paulo. A região perde posição no total da indústria brasileira, passando de 10,9% para 6,9% entre os anos de 1939 e 1959, enquanto São Paulo incrementa a sua posição, indo de 40,7% para 55,5%, no mesmo período.¹⁴⁷

Como mostrou o estudo de Iná Castro,¹⁴⁸ os discursos dos representantes parlamentares do Nordeste no Congresso Nacional, entre 1946 e 1985, revelam que as reclamações pela perda de recursos da região para outras são abordadas mais pelos industriais (16,7%) que pelos produtores agropecuários (8,3%). Fica, pois, claro que as disparidades regionais, para a liderança das classes dominantes nordestinas, são causadas pelas perdas impostas ao Nordeste em benefício de outras regiões do país e a atividade econômica mais prejudicada é a industrial.

Indaguemos como se dá a relação centro-periferia do ponto de vista da configuração da hegemonia política no bloco nacional no poder. Em outras palavras, a classe ou fração

¹⁴⁶ Cf. Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*. Graal, Rio de Janeiro, 5ª. edição, 1989, p. 57-58.

¹⁴⁷ Cf. Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. IE-Unicamp, Campinas, 2ª. Edição, 1998, p. 98.

¹⁴⁸ Cf. Iná Elias de Castro, *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1992, p. 177.

de classe mais poderosa do centro econômico detinha ou não o controle político do Estado nacional brasileiro? Essa questão é suscitada pela afirmativa de alguns analistas¹⁴⁹ de que São Paulo teria um papel político inferior ao seu peso econômico no Estado federativo, a partir de 1930.

É freqüente que os que esposam a tese da dissociação dos poderes econômico e político o fazem principalmente pela análise da composição da cúpula do aparelho do Estado (Executivo e Legislativo), concluindo pela exclusão de lideranças políticas de origem na região mais desenvolvida. Em nosso enfoque, a possibilidade de a fração economicamente preponderante no seio da classe dominante não deter simultaneamente a hegemonia política se liga a dois contextos excepcionais: um quadro de instauração de uma nova hegemonia política, que busca alcançar rapidamente a nova preponderância econômica, ou uma conjuntura de crise de hegemonia, quando há o condomínio político de interesses numa situação de deslocamento gradual de posições econômicas. Em qualquer desses casos, a tendência a médio e longo prazo é o restabelecimento da simultaneidade das dominâncias econômica e política por uma mesma fração da classe dominante, de sorte que o alcance da tese da chamada dissociação dos poderes (econômico e político) se limita a algumas conjunturas específicas.

Essa excepcionalidade ocorre no Brasil de 1930 a 1964: o bloco de frações economicamente mais poderoso – o paulista – não detém, simultaneamente, o controle da política do Estado nacional. O modo para justificar essa afirmativa não pode ser a análise da composição social da cúpula do aparelho do Estado federal, pois, como mostrou N. Poulantzas, em sua polêmica com o enfoque da teoria das elites, uma classe ou fração de classe dominante não precisa ocupar diretamente o aparelho estatal para ter os seus interesses como predominantes.¹⁵⁰ Desse ponto de vista, o critério de análise do conteúdo social do poder do Estado é a observação dos resultados concretos das políticas estatais.

O bloco de frações economicamente mais poderoso – a burguesia de São Paulo – não detinha o controle da política do Estado no período de 1930 a 1964, porque a análise das políticas econômicas dos governos desses anos não permite concluir que fosse sistematicamente beneficiado pelos seus resultados. Wilson Cano foi quem mais contestou

¹⁴⁹ Cf., por exemplo, Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional*. Difel, São Paulo, 1975.

¹⁵⁰ Cf. N. Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, citado.

a tese de um imperialismo de São Paulo, mostrando, através do exame detalhado dos instrumentos de política econômica (crédito, taxa cambial, receita fiscal), a inexistência de elementos para se afirmar que a indústria paulista crescesse à custa de uma atitude governamental orientada para penalizar os capitais das regiões periféricas.¹⁵¹ Há, nessa mesma direção, a análise de Antônio de Castro, que argumenta ter sido possível no pós-1930, com o apoio da política governamental, o desenvolvimento de indústrias na periferia brasileira complementares à do polo de São Paulo, como a de Blumenau, em Santa Catarina.¹⁵²

Como conciliarmos essa contestação da tese do imperialismo de São Paulo com a assertiva anterior sobre a atração de recursos (capital e força de trabalho) das economias periféricas para o centro econômico nacional? A saída é indicarmos que, embora atuem certos mecanismos (via mercado) de imperialismo econômico, não se configurou, no Brasil entre 1930 e 1964, uma situação de imperialismo político (via políticas do Estado) na relação das burguesias do centro e da periferia. Assim, existem indícios que reafirmam a tese da crise de hegemonia política nesse período não apenas do ponto de vista do fracionamento funcional (indústria, comércio) da classe dominante, como geralmente trata a bibliografia, mas também no que diz respeito ao seu seccionamento regional (centro-periferia).

4. A luta ideológica

Um indicador da hegemonia política é o predomínio da ideologia econômica de determinado grupo social na orientação das políticas estatais. Como observou Miriam Limoeiro, “a ideologia que empolga o aparelho estatal numa sociedade capitalista num determinado momento é expressão (...) do estabelecimento da relação de domínio das suas frações dominantes”.¹⁵³

No Brasil de 1930-1964, eram três as principais correntes de pensamento econômico que influenciavam as políticas do Estado: a neoliberal, a desenvolvimentista privada e a

¹⁵¹ Cf. W. Cano, *op. cit.*, p. 27-39.

¹⁵² Cf. Antônio B. de Castro, “A industrialização descentralizada no Brasil”. In *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Forense, Rio de Janeiro, 1969.

¹⁵³ Miriam L. Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento: JK e JQ*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª. edição, 1978, p. 89.

desenvolvimentista estatal-nacionalista. Enumeramos no quadro a seguir as principais características de cada uma delas.

QUADRO I: PRINCIPAIS IDEOLOGIAS ECONÔMICAS NO PERÍODO 1945-1964

	NEOLIBERAL	DESENVOLVIMENTISTA PRIVADA	DESENVOLVIMENTISTA ESTATAL-NACIONALISTA
Principais núcleos	FGV, ACESP, CNC, CNE	CNI, FIESP	BNDE, Assessoria econômica de Vargas, CEPAL, ISEB
Principais economistas	Eugênio Gudim, Octávio de Bulhões	R. Simonsen, J. P. de A. Magalhães	Celso Furtado, Rômulo de Almeida
Projeto econômico básico	Vocação agrária do país	Industrialização com proteção ao capital nacional industrial	Industrialização planejada e apoiada no Estado
Apoio financeiro interno a investimento	Estruturação do sistema financeiro	Incentivo à reinversão dos lucros	Tributação
Capital estrangeiro	Favorável ao estímulo	Favorável, mas com controles	Favorável com controles e fora dos serviços públicos e mineração
Empresa estatal	Enfaticamente contrária	Moderadamente favorável	Enfaticamente favorável
Planejamento	Entre contrária e tolerante a ensaios de planejamento parcial	Favorável	Enfaticamente favorável ao planejamento geral e ao regional
Protecionismo	A favor de fortes reduções de tarifas	Enfaticamente favorável	Favorável
Salário, lucro e distribuição de renda	Argumento neoclássico da produtividade marginal	Defesa do lucro (argumento do reinvestimento)	Concentração de renda como obstrução do crescimento
Reforma agrária	Contrária	Por uma reforma limitada	Favorável

Fonte: Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Contraponto, Rio de Janeiro, 5ª. edição, 2004, cap. 8: Quadro síntese das correntes do pensamento econômico atuantes no período 1945-64; e Luiz C. Bresser Pereira, *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985, cap. 1: Seis interpretações sobre o Brasil.

Observando-se os núcleos de apoio das correntes do pensamento econômico, podemos dizer que o capital mercantil, a burguesia industrial e setores da burocracia do Estado possuíam projetos econômicos distintos. A corrente neoliberal se liga à Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACESP) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e sustenta o velho projeto da vocação agrária do país, com base nas vantagens comparativas. A corrente desenvolvimentista privada tem apoio na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e advoga um projeto de industrialização com política protecionista. Setores da burocracia do Estado, situados em algumas agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dão base para a corrente desenvolvimentista estatal-nacionalista e a seu projeto econômico de industrialização apoiada na empresa estatal.

Observou um analista que, após a Segunda Guerra Mundial, houve no país a prevalência de uma ideologia econômica amplamente consensual, cujos traços seriam os seguintes: a) salientava a importância de reestruturar a economia agrícola tradicional; b) via a industrialização como a saída dessa situação; c) atribuía uma relevância crucial ao desenvolvimento de “indústrias básicas”; d) enfatizava a substituição de importações; e) fazia considerações nacionalistas. “Por causa dos efeitos integradores dessa ideologia, mesmo os grupos funcionais e regionais que não eram diretamente beneficiados com as políticas de alocação e que podiam ter interesses conflitantes aceitavam a legitimidade das decisões governamentais”.¹⁵⁴

Segundo outro analista, as influências intelectuais do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) eram tipicamente cepalinas. O presidente, no estilo da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), denunciava a deterioração dos termos de troca, entendendo que a industrialização mudaria o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho.¹⁵⁵ A postura em face do capital estrangeiro era nacionalista: afirmava JK que existem “determinadas áreas de investimentos que, por motivos políticos e de segurança

¹⁵⁴ Nathaniel H. Leff, *Política econômica e desenvolvimento no Brasil*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1977, p. 127.

¹⁵⁵ Cf. Lúcio Flávio de Almeida, *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006, p. 199.

nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme dispõe a Constituição e as nossas leis”.¹⁵⁶

Outra dimensão da luta ideológica diz respeito à capacidade das frações das classes dominantes de apresentarem os seus interesses como expressão do (aparente) interesse geral da nação. Os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do “interesse nacional”, podendo-se dizer que, entre a “revolução de 1930” e o golpe civil-militar de 1964, a burguesia industrial adquiriu a hegemonia ideológica, sem ainda conquistar a hegemonia política.¹⁵⁷ A preponderância ideológica se traduzia, por exemplo, no fato de que nenhuma das forças políticas tinha a postura de ser contra a industrialização.

5. A ascensão da burguesia industrial

Desde a década de 1930, a indústria passou a ter melhores taxas de crescimento que a agricultura. Assim, entre 1930-40, esta expandiu-se a uma taxa média anual de 2.4%, e aquela a 7.5%; entre 1940-50, os índices ficaram, respectivamente, em 3.1 e 9.0%; e entre 1950-60, em 4.4 e 9.1%. Como afirma um analista, “a industrialização é precisamente esse deslocamento do eixo dinâmico da economia, em que a indústria assume um peso cada vez maior no aparelho produtivo, às expensas das atividades primárias”.¹⁵⁸

Na avaliação de um historiador econômico, no final dos anos 30 o Brasil estava perto da autosuficiência em bens de consumo, supria uma grande proporção (mais de 80%) de bens intermediários e garantia cerca de 50% dos bens de capital.¹⁵⁹ Entre 1920-50, o número de estabelecimentos industriais passou de 13.569 para 89.086, e o de empregados, de 293.673 para 1.256.807.¹⁶⁰ A estrutura da indústria de 1919 era dominada por indústrias leves (tecidos, vestuário, produtos alimentares, fumo e bebidas constituíam cerca de 70%

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 199.

¹⁵⁷ A possibilidade de a burguesia industrial deter a hegemonia ideológica, mas faltar-lhe a hegemonia política, foi sugerida por Luiz C. Bresser Pereira, no prefácio ao livro de Fernando Motta, *Empresários e hegemonia política*, citado, p. 10.

¹⁵⁸ Regis Bonelli, *Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil*. SENAI-DN, Rio de Janeiro, 1996, p. 19.

¹⁵⁹ Cf. Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Editora da FGV, Rio de Janeiro, 5ª. ed., 1983, p. 298.

¹⁶⁰ Cf. Omar Mont’Alegre, *Capital e capitalismo no Brasil*. Ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1972, p. 402.

da produção). Em 1939, esse grupo de indústrias havia declinado para 58%, tendo a metalurgia, mecânica e material elétrico notável progresso.¹⁶¹

Como explicar esse desenvolvimento industrial entre 1930-64? Existem pelo menos duas interpretações: a “teoria dos choques adversos” e a política econômica do governo em prol da industrialização. De um lado, L. Martins, no ensaio “A revolução de 1930 e seu significado político”, argumenta que o crescimento industrial no pós-1930 se dá mais pelos mecanismos “automáticos” do mercado que pelos efeitos das decisões do Estado, pois os efeitos da crise de 1929 se manifestam mais no plano econômico do que no político. Para ele, as condições de rentabilidade que se abriam à produção voltada para o mercado interno eram suficientemente amplas para permitir que o setor industrial buscasse na sua própria massa de lucros (sem ter que recorrer ao Estado) os fundos indispensáveis à sua expansão, sem mencionar que o bloqueio das importações, por efeito da crise, substituíra com vantagem a luta (política) pela elevação de tarifas aduaneiras que caracterizara até então a relação entre o setor industrial e as decisões de poder estatal. Conclui o autor que “a expansão industrial ocorre nesta fase (1930-50) independentemente de medidas de poder deliberadamente voltadas para sua promoção, ou seja, não é em virtude de qualquer aumento de seu poder político obtido através da Revolução de 30”.¹⁶²

De outro lado, Antônio C. de Oliveira, em *Estado, empresariado e industrialização (1930-1945)*, defende que “é na política econômica que se há de buscar a explicação para a minimização relativa da crise e para a criação das condições que abriram caminho ao extraordinário desenvolvimento de 1933 a 1939, assinalando o início da etapa de industrialização restringida”.¹⁶³ Para o autor, a política antidepressiva tem que ser vista como um conjunto de medidas que, direta ou indiretamente, atinge todos os setores: desvalorizações cambiais, sustentação dos preços externos, mobilizações de crédito e emissão, sustentação e estímulo de setores diversos (café, algodão, açúcar, bancos), proteção à indústria. Mais especificamente, “as prioridades cambiais e a proteção advindas das desvalorizações, a política das tarifas aduaneiras e de isenções, os empréstimos bancários e o crédito especializado antes mencionados, o decreto sobre indústrias em

¹⁶¹ Cf. W. Baer, op. cit., p. 298.

¹⁶² L. Martins, “A revolução de 30 e seu significado político”, in Vários autores, *A revolução de 30: seminário internacional*. Edunb, Brasília, 1983, p.684.

¹⁶³ A. C. de Oliveira, *Estado, empresariado e industrialização (1930-1945)*. Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, Campinas, 1976, p. 48.

superprodução, o reforço contínuo para manter a capacidade para importar, a queda dos salários reais formaram um complexo de decisões sem as quais é impossível compreender a pujança e os rumos do crescimento industrial ocorrido”.¹⁶⁴

Uma interpretação que leve em conta os elementos de ambas explicações (mercado, Estado) poderia considerar a hipótese de dinâmicas distintas para os segmentos da indústria. Assim, a indústria de consumo teve um crescimento predominantemente “espontâneo” (efeito da crise externa), enquanto a de bens de capital foi impactada principalmente pela nova política (intervencionista) do Estado, determinada pela “Revolução de 30”. Na década de 30, consolidou-se a indústria brasileira de cimento, influenciada pela ajuda governamental, tendo a desvalorização do mil-réis alterado os preços relativos em favor da produção interna. Já nas de 40 e 50 a produção siderúrgica desenvolveu-se em grande escala, principalmente através de investimentos ou financiamentos diretos do governo federal.¹⁶⁵

Nesse sentido, pode-se compreender a política de valorização do café do pós-30 como, ao mesmo tempo, promotora e inibidora da industrialização. É que se a proteção do preço do café manteve a renda interna para a substituição de importações de produtos de consumo,¹⁶⁶ o programa valorizador cafeeiro desviou recursos que poderiam ser utilizados no investimento da indústria pesada.¹⁶⁷

O crescimento econômico de burguesia industrial fez-se paralelamente ao seu fortalecimento na organização político-ideológica. Na segunda metade dos anos 50, a sua liderança estava engajada na formação do complexo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com o objetivo de “subjugar o bloco histórico-populista” e “obter efetivo comando político do aparelho do Estado”.¹⁶⁸ Em 1963, o IPES havia crescido dos 80 membros iniciais para 500 associados, sendo que os seus principais órgãos de tomada de decisão compreendiam 27 dos 36 líderes da FIESP. Ações ideológicas, políticas e militares intentavam levar os interesses industriais e

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 77.

¹⁶⁵ Cf. W. Suzigan, *op. cit.*, cap.4.

¹⁶⁶ Cf. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 8ª. ed., 1968. Capítulos XXX e XXXI.

¹⁶⁷ Carlos M. Pelaez, *História da industrialização brasileira*. APEC editora, Rio de Janeiro, 1972. Capítulos I e II.

¹⁶⁸ René Armand Dreifuss, *1964 : a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Vozes, Petrópolis, 1981, p. 208.

bancários ao governo político, via golpe civil-militar. Através de doutrinação específica, os líderes ipesianos tencionavam moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolvê-los na ação como uma “classe para si”, enquanto consolidava o comando das frações industriais e bancárias dentro da classe dominante. Com efeito, o complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG (Escola Superior de Guerra) “organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder”, alijando, a partir de abril de 1964, as forças econômicas tradicionais (agroexportação).¹⁶⁹

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.397.

CAPITULO III : O CAPITAL MERCANTIL

1. Fração não hegemônica politicamente e em declínio

Consideremos o núcleo do capital mercantil no país: os exportadores de café. O plantio excessivo, aliado a colheitas excepcionais, leva a uma superprodução e acúmulo de estoques: em 1931-32, produção de 28.333.000 e entregas de 15.589.000, com superávit de 12.744.000. Outro fator fundamental para a crise é o preço: em 1929, 67 fr a saca; em 1930, 46 fr, em 1931, 45 fr, em 1932, 40 fr, em 1933, 35 fr. O resultado prático é a baixa do valor das exportações, apesar da constância de volume enviado ao estrangeiro, sendo exportadas, em 1929, 14.281 mil sacas no valor de 67.307 mil libras, e, em 1933, 15.459 mil sacas para 26.168 mil libras.

A “revolução de 1930” encontra uma situação caótica e um pânico nos meios cafeeiros. Em fins de 1930, o governo decide comprar o café disponível. A Sociedade Rural Brasileira reivindica medidas mais amplas: propaganda para o incentivo do consumo do café, créditos, proibição de plantio de novos cafezais no Brasil e no estrangeiro, não exportação de café de tipo inferior, redução de tarifas alfandegárias, diminuição das taxas sobre o café, compra dos estoques. O decreto de 11 de fevereiro de 1931 concretiza a última medida: o governo federal compra 17.500 mil sacas retidas até junho de 1930, com exceção das adquiridas pelo estado de São Paulo. O referido decreto permite ao governo federal cobrar taxa sobre o pé de café e o direito de retenção para si de 20% do café exportado.¹⁷⁰

Em abril de 1931, o setor cafeeiro enfrentou sua crise mais séria, dada a estimativa de excesso de produção para a safra de 31/32. São Paulo declarou uma situação de emergência e propôs novo acordo com os estados produtores de café, convênio assinado em 24 de abril de 1931, cuja cláusula principal foi o estabelecimento de um imposto de 10 xelins, pago em moeda estrangeira, incidente sobre cada saca de café exportada do Brasil. O imposto seria arrecadado durante quatro anos e não se empregaria para fins fiscais usuais do governo, mas para compra e eventual destruição de estoques cafeeiros, com vista a igualar a demanda à oferta do mercado.

¹⁷⁰ Cf. Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*. Difel, São Paulo, 3ª. edição, 1982.

Em maio de 1931, o governo federal criou o Conselho Nacional do Café (CNC), concentrando nele importantes poderes. Com efeito, o CNC administraria as vendas do café dos estoques; dirigiria o programa federal de sustentação, providenciando a compra do café; empregaria a taxa de 10 xelins por saca, proposta pelo convênio dos estados cafeeiros; assumiria o controle dos regulamentos de transporte. Em 7 de dezembro de 1931, há um aumento de 10 para 15 xelins sobre cada saca exportada. Outra medida tomada vai ser a queima de parte dos estoques.

Depois dessas ações, uma onda de críticas contra o CNC levantou-se no país, pois os exportadores de café temiam que o Conselho vendesse o produto estocado para o exterior, eliminando as firmas exportadoras. Com o tempo, aumentou sensivelmente a importância do CNC na orientação da política cafeeira. No princípio, fora um instrumento dos estados cafeeiros. Numa segunda fase, a sua principal função foi manter um vínculo constante entre São Paulo e o governo federal na formulação das políticas cafeeiras. No fim de 1932, o Conselho já estava sugerindo diretrizes ao governo federal, com a compra e destruição dos estoques sendo financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. Entre maio de 1931 e abril de 1932 as receitas do CNC foram de 447,8 mil contos de taxas de exportação, enquanto o crédito do Banco do Brasil somou 292,8 mil contos.¹⁷¹

O presidente Washington Luis instituíra, antes de ser deposto, o controle cambial, medida que Getúlio Vargas logo “revogou” em benefício de uma política cambial retoricamente liberal, mas na prática restritiva, em razão das frequentes moratórias declaradas, no primeiro semestre de 1931, às expensas de credores estrangeiros. O interesse de produtores e exportadores de café na relativa liberalização do câmbio tornar-se-ia mais evidente após a iniciativa do Governo Provisório de restabelecer, em setembro de 1931, o controle cambial, o que deteriorou seriamente suas relações com o setor cafeeiro, porque, mediante o monopólio cambial, procurou evitar uma depreciação excessiva.¹⁷²

Em 10/2/1933, o CNC foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que absorveu a maior parte das responsabilidades daquele durante o período de

¹⁷¹ Cf. Carlos M. Pelaez, “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906-1945: teoria, política e mediação”. In C. M. Pelaez (org.), *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. IBC, Rio de Janeiro, 1973.

¹⁷² Cf. Vitor Acserald, *Política econômica e interesses cafeeiros numa etapa de transição (Brasil: 1930-1937)*. Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

aguda crise para o setor cafeeiro. O excesso de produção na safra de 1933/34 tornava prementes soluções novas e mais radicais para lidar com o problema do café, de modo que, com o DNC, os estados cafeeiros perderam definitivamente o controle das políticas do setor. Anteriormente, eram os estados que nomeavam os representantes da Diretoria do CNC, mas agora, pela constituição do DNC, a direção será exercida por três diretores livremente nomeados pelo governo federal, cumprindo-lhes agir sob a superintendência do Ministério da Fazenda. Foi criado um Conselho Consultivo, formado por um representante das associações da lavoura de cada estado cafeeiro e um comerciante da praça do Rio de Janeiro, outro de Santos e outro de Vitória, com o Conselho se reunindo somente quando convocado pelo Departamento. A centralização das políticas cafeeiras “veio afastar a solução da crise cafeeira dos interesses de classes”.¹⁷³

O presidente do DNC resumiu as operações de sustentação do café efetuadas durante o Governo Provisório até junho de 1934. A soma do café recolhido no período fora de 48,5 milhões de sacas e as despesas totais de 2,7 milhões de contos. Havia-se contraído empréstimos de aproximadamente 600 mil contos com o Banco do Brasil e de 330 mil contos com o Tesouro Nacional, para um crédito de 990 mil contos. Até 1/7/1934, a arrecadação da taxa unitária sobre as exportações montara a 1,7 milhão de contos. Assim, o grosso do programa de sustentação do café fora financiado pelos novos impostos.

Pouco antes do golpe de Estado, em outubro de 1937, é preparado o plano do que foi chamado de “política agressiva” do café. Em vez de preços, o que interessa é o “equilíbrio estatístico”, isto é, a venda de maior quantidade do produto, pouco importando o valor. E como o que interessa é a ampliação do mercado e a diminuição dos estoques, em novembro e dezembro de 1937 alguns decretos se destinam a incentivar a exportação (a taxa ouro de 12 xelins é cobrada em mil-réis, 12\$000) e, para a diminuição dos estoques governamentais, permite-se a adição de 1% de impurezas em cada saco importado. O resultado é imediato do ponto de vista de vendas, pois a média de 13.800.000 sacos dos anos anteriores é suplantada e, em 1938 e 1939, exportam-se 17.203.000 e 16.654.000 sacos. A guerra diminui e estanca o processo, que em termos de preços alcança um valor

¹⁷³ C. M. Pelaez, op. cit., p. 226.

mínimo: a média de 13,80 dólares entre 1932 e 1937 abaixa, respectivamente, para 7,57 e 8,01 dólares por saco.¹⁷⁴

A “política agressiva” do café é combatida pela Sociedade Rural Brasileira e outras associações onde têm voz os exportadores, exigindo-se do governo continuidade de medidas de valorizações dos preços. Uma “Comissão de Lavradores” manda Memorial ao Presidente da República, contrário à política de baixa de preços e contra a “cota de sacrifício” (instituída em 1932 e consistindo na arrecadação de uma porcentagem sobre o café exportado, que poderá ser armazenada ou queimada). Na resposta do DNC se acentua a necessidade da “cota de sacrifício”, suas finalidades e a razão da alta de preços beneficiar os concorrentes estrangeiros.¹⁷⁵

Em 1941, a disponibilidade total de café no Brasil era de 20,2 milhões de sacas, e as exportações previstas não deveriam exceder os 11 milhões. O excesso de produção elevar-se-ia a 9,2 milhões de sacas. O congresso dos estados produtores determinou que a quota do DNC não ultrapassaria os 25%, para o DNC insuficientes. O governo federal a elevou para 35%, em 1/7/1941, indicando claramente que “a última palavra com respeito às políticas cafeeiras ficava com o DNC”.¹⁷⁶

O VII Congresso da Lavoura, em janeiro de 1945, conclui que “passados 14 anos, verifica-se que nenhum dos outros países foi eliminado como concorrente; que o Brasil não aumentou a venda de seus cafés”.¹⁷⁷ Depois de outras críticas, os cafeicultores voltam a afirmar a tese de defesa de preços e pretendem a extinção do DNC, considerando que, “atingido o equilíbrio estatístico, não se justifica mais”.¹⁷⁸ Os conflitos se aguçam e o que se exige são aumentos e benefícios, vistos pelo governo como impossíveis de serem concedidos.

O governo Getúlio Vargas inovou em matéria de valorização do café não apenas por destruir parte dos estoques, mas sobretudo por criar, a partir de 1931, uma política de sacrifício que implicou a aceitação de menores lucros no setor exportador cafeeiro.

¹⁷⁴ Cf. E. Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 5ª. edição, 1988, p. 26-7.

¹⁷⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 27-9.

¹⁷⁶ Carlos M. Pelaez, “O acordo interamericano de café e o café brasileiro durante a II Guerra Mundial”. In C. M. Pelaez (org.), *op. cit.*, p. 279.

¹⁷⁷ E. Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*, citado, p. 35.

¹⁷⁸ E. Carone, *A Terceira República (1937-1945)*. Difel, São Paulo, 1976, p. 267.

A reforma cambial de 1953 substituiu o regime de uma taxa fixa de câmbio por um sistema de taxas múltiplas de câmbio variáveis no tempo, com diferentes conversões aplicáveis a distintas exportações e importações, as quais estão classificadas em certo número de “categorias”. Com a adoção dessas taxas diferenciais, o café (além de outros poucos produtos primários tradicionais) seria agora explicitamente taxado como forma de aumentar a receita do governo, nisto constituindo-se o “confisco cambial” que os representantes dos interesses cafeeiros combateram desde o início. De fato, o confisco cambial era uma reclamação do setor do café desde antes de 1953, porque estava embutido na diferença entre as taxas livre e oficial de câmbio entre 1946 e 1952. Anteriormente a esse período, os cafeicultores recebiam cerca de 90% dos preços de exportação, porém a partir de então e até meados da década de 1960 passaram a auferir um valor mais próximo a 50% daquele valor.¹⁷⁹

Somou-se à reforma cambial de 1953 a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), uma autarquia governamental com uma estrutura administrativa similar àquela proposta ao governo federal pelas associações de cafeicultores e pelos governos dos estados produtores de café. O IBC substituiria o “ditatorial” DNC e teria a incumbência de conduzir a política do café brasileiro. Uma Junta Administrativa, onde os delegados dos cafeicultores tinham uma grande maioria de votos, decidiria sobre os rumos desta política e uma Diretoria com cinco membros, dos quais pelo menos três seriam cafeicultores, executaria as decisões da Junta, sendo um desses diretores escolhido pelo presidente da República como presidente do IBC. Porém, as principais decisões políticas eram de fato tomadas em outros escalões do ramo executivo do governo – no Ministério da Fazenda, no Banco do Brasil, na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) -, pois controlavam o orçamento do governo (inclusive o do IBC), e também a sua taxa de câmbio e as suas políticas de crédito. O IBC transformou-se, de fato, numa agência executiva para as decisões tomadas nos outros escalões.¹⁸⁰

Um memorial da Associação Comercial de Santos, em janeiro de 1955, reclamava que “sem embargo de se reconhecer a imperiosa necessidade (sobretudo levando-se em conta o caso dos cafés paulistas, que foram clamorosamente preteridos nas liberações desta

¹⁷⁹ Cf. Edmar Bacha, *150 anos de café*. Salamandra Editorial, 1992.

¹⁸⁰ Cf. Edmar Bacha, “A política cafeeira do Brasil, 1952/67”. In *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2^a. edição, 1978.

safrá) de ser mantido o preço mínimo interno, o represamento de estoques no país, pelas compras e retiradas pelo IBC, a continuarem estas em ascensão, virá tornar extremamente delicado o problema do café, a começar pela safra futura, pois que esse estoque, de uma forma ou de outra, será um contingente a acrescentar ao volume das próximas colheitas, vindo, em última instância, a recair em cheio sobre a lavoura (...) o peso dos desacertos praticados na execução da política cambial e cafeeira do país”.¹⁸¹ O documento propõe, entre outras medidas, “a instituição da ‘cambial aberta’, isto é, garantindo ao exportador o direito de refração (no mesmo mercado e taxa negociados e mais despesas) em face de qualquer modificação cambial ou de moeda, dentro de 90 dias da data do embarque”.¹⁸² Essa iniciativa, argumenta-se, traria, para facilitar a colocação dos cafés brasileiros nos mercados externos, as seguintes vantagens: ao mesmo tempo em que eliminaria o fator desconfiança em relação ao nosso câmbio, atrairia a preferência dos compradores para os negócios de cafés brasileiros, que passariam a oferecer a vantagem da “garantia cambial”, não existente nos contratos dos cafés de outras procedências.¹⁸³

J. M. Whitaker, banqueiro paulista que sucedeu Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda do governo Café Filho (1954-56), tornou-se um crítico intransigente do sistema de taxas múltiplas de câmbio, sendo seu propósito principal eliminar o confisco cambial, considerado por ele como um imposto “anticonstitucional, injusto e expropriatório”. Ele queria recuperar a parcela do Brasil nos mercados mundiais do café, a qual se havia reduzido de 50% para 40% entre o final da década de 40 e meados da década de 50. Whitaker acreditava que a queda dos preços beneficiaria o país, em consequência da eliminação dos produtores menos eficientes, e buscava a substituição do sistema de taxas múltiplas por uma taxa unificada de câmbio livremente determinada, com a eliminação imediata do confisco cambial sobre o café e outros produtos primários. O presidente Café Filho, contudo, não ousou promover tão radical mudança no regime cambial no final de seu período, e Whitaker renunciou ao governo em outubro de 1955.¹⁸⁴

Em 1961, as taxas cambiais são unificadas, passando a participação do governo nas exportações de café a manifestar-se na forma de uma “quota de contribuição”, fixada como

¹⁸¹ E. Carone, *A Quarta República (1945-1964)*. Difel, São Paulo, 1980, p. 338.

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 338.

¹⁸³ Cf. Idem, *ibidem*, p. 339.

¹⁸⁴ Cf. E. Bacha, *150 anos de café*, citado.

uma proporção do valor em dólares do café exportado. Assim, a partir de 1962 o lucro cambial é dado pelo valor em cruzeiros do recolhimento da cota de contribuição. Em 1955, 1958 a 1960, 1962 e 1965, as despesas da conta café superam as receitas; já em 1956, 1961, 1963, 1964 e 1966, anos de safras cafeeiras menores, ocorrem superávits significativos nessa conta.¹⁸⁵

Em síntese, o capital mercantil - representado pelo seu segmento mais importante, os exportadores de café - teve os seus interesses econômicos restringidos pela política econômica inaugurada a partir da “revolução de 1930”, à medida que os custos do programa de sustentação do produto passaram a recair, em grande parte, no próprio setor exportador, sinal de que esse capital já não detinha a hegemonia no interior do bloco no poder. Mas isso não significa que o capital mercantil tivesse uma posição rendida diante dos interesses da indústria. Considerando o perfil de algumas medidas de política econômica (monetária, fiscal, creditícia) com relação aos interesses desse capital, cabe indagarmos qual o papel dessas políticas para a estabilização monetária e a contenção do desenvolvimento industrial.

Na política monetária, o Banco do Brasil atacaria a inflação, que supostamente estava prejudicando o país, não fazendo mais emissões de moeda. Em relação à política fiscal, o início da administração de Vargas fez do “equilíbrio orçamentário” a diretriz dos altos funcionários do governo e a solução de todos os males. Durante toda a década de 1930, o orçamento brasileiro foi planejado para conseguir o equilíbrio. Quanto à política de crédito, a industrialização precisava de um banco de desenvolvimento, que só surgiu após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido, antes disso, em 1937, criada no interior do Banco do Brasil a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CCAI). A indústria não teve um melhor desempenho dentro dessa instituição. Primeiro, porque estava previsto que a CCAI não poderia conceder empréstimos para a aquisição de bens necessários ao início da instalação de uma fábrica, o que evitava o financiamento de novos investimentos. Segundo, porque, com relação à indústria, apenas 40% das melhorias e aquisições podiam ser financiadas

¹⁸⁵ Cf. E. Bacha, “O papel do café na economia brasileira: do pós-guerra a meados dos anos 60”. In *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*, citado, p. 54.

através de empréstimos da CCAI. O resultado foi que, em 1945, a maior parte das operações consistia em assistência financeira à agricultura.¹⁸⁶

Alguns autores¹⁸⁷ procuram objetar que a política econômica dos governos de Vargas (1930-45; 1951-54) tivesse elementos de “ortodoxia”, mesmo nas questões de curto prazo (inflação, crédito, balanço de pagamento). Pedro C. Fonseca, por exemplo, baseia-se nos discursos de Getúlio para mostrar que se afastava do ponto de vista “ortodoxo” da inflação (oposição entre combate à inflação e crescimento econômico), pois pregava a necessidade de incrementar a produção como política não só compatível, mas apropriada ao combate inflacionário. Dessa forma, Vargas ter-se-ia oposto às restrições do crédito e ao encolhimento da oferta monetária.¹⁸⁸ No entanto, o autor não fornece evidências sobre os resultados dessas declarações de intenções.

Enfim, os enclaves de políticas “ortodoxas” durante os governos de Vargas se explicam pela força que o capital agromercantil ainda tinha para influenciar as diretrizes da política econômica, uma vez que era o principal beneficiado com os resultados de uma orientação neoliberal.

2. A postura de burguesia “compradora”¹⁸⁹

O capital mercantil (exportador/importador) mantém uma postura de burguesia compradora, ou seja, dado o seu enfeudamento no capital estrangeiro, aquela fração tende ao alinhamento com as diretrizes do capital internacional. Entre 1950-60, das dez maiores firmas exportadoras de café, as seis primeiras eram estrangeiras: American Coffee, Anderson Clayton & Cia Ltda, H. La Domus Com. Exp. S.A., Leon Israel Agr. e Exp. Ltda, Hard Rand Exp. Imp. Ltda e Casa Exp. Naumann Gepp S. A..¹⁹⁰

¹⁸⁶ Cf. Carlos Manuel Pelaez, “As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945”. *Revista brasileira de economia*, 25 (3), 1971.

¹⁸⁷ Ver Pedro Cezar Dutra Fonseca, *Vargas: o capitalismo em construção*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989; e Marcelo de Paiva Abreu, “Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”. In M. de P. Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.

¹⁸⁸ Cf. Pedro C. D. Fonseca, *op. cit.*, cap. 6: Segundo governo Vargas: a hegemonia burguesa industrial e a crise do populismo.

¹⁸⁹ A elaboração desse item baseia-se na caracterização pioneira de Armando Boito Jr sobre o capital mercantil brasileiro como burguesia compradora. Ver A. Boito Jr, *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, citado.

¹⁹⁰ Dados retirados em José Ribeiro Araújo Filho, *Santos: o porto do café*. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1969.

Sobre o tratado comercial de 1935 com os EUA, que desonerava os produtos industriais americanos importados em troca da isenção dos produtos primários brasileiros, em especial o café naquele mercado, o contra-ataque em sua defesa na imprensa foi liderado por Valentim Bouças, homem ligado aos negócios de exportação, alto funcionário do Ministério da Fazenda e *persona grata* da embaixada americana. A polarização política desse momento colocou num mesmo lado (antitratado) os interesses industriais, as posições nacionalistas e a oposição parlamentar – uma arregimentação de forças que alarmou os mentores do acordo e exigiu grande esforço de recuperação.

Os mentores do tratado e seus defensores pensavam o interesse nacional em termos de um amplo intercâmbio com o exterior. Embora admitissem a importância da industrialização, privilegiavam o equilíbrio financeiro e a atividade exportadora que gerasse divisas necessárias às importações. Num país com economia efetivamente sustentada pelo café e outros produtos de exportação, entendiam que não se podia abandonar seus interesses em nome de uma industrialização hipotética, que se deveria estabelecer a partir de sua própria competência e não do protecionismo estatal exacerbado.¹⁹¹ Valentim Bouças publicou uma série de artigos, no jornal *Correio da Manhã*, na qual argumentava que as únicas indústrias que poderiam sofrer com a competição americana eram as “manufaturas parasíticas enquistadas em nosso sistema econômico” e, por conseguinte, dependentes de elevadas barreiras protecionistas.¹⁹²

Os opositores do tratado identificavam o progresso industrial ao interesse nacional. Segundo eles, o desenvolvimento da nação dependia do seu poderio industrial, cabendo ao Estado amparar de todas as maneiras possíveis o seu desenvolvimento, sendo exemplo disso os Estados Unidos, que adotaram uma política fortemente protecionista no século XIX e puderam enfrentar as demais potências industriais. Desse ponto de vista, se a industrialização de um país agrícola dependia do papel protetor do Estado, então o tratado comercial Brasil-Estados Unidos de 1935 contrariava o interesse nacional, privilegiando o liberalismo clássico, num momento em que o país deveria incentivar sua indústria, competir

¹⁹¹ Cf. Gerson Moura, *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.

¹⁹² Cf. Stanley Hilton, *O Brasil e as grandes potências: aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

no mercado internacional e criar seu mercado interno.¹⁹³ Um documento da Federação das Indústrias de São Paulo afirmava que “em toda a atual tarifa não há um só caso de proteção excessiva” e alegava que o acordo prejudicaria produtores domésticos importantes que concorriam com as importações. Roberto Simonsen, no CFCE, denunciou o acordo, afirmando que o tratamento de nação mais favorecida significava “progressiva submissão da menos desenvolvida à mais poderosa”.¹⁹⁴

Bouças rebateu a postura adotada pelos industriais, afirmando: “uma indústria que esteve salvaguardada pelas mais altas barreiras ao comércio; protegida durante trinta anos por quotas em ouro; defendida por direitos internos proibitivos e apoiada pelas mais baixas taxas de câmbio conhecidas na história do país, e que, a despeito de todas essas medidas protetoras, não se considera ainda suficientemente forte para enfrentar a competição estrangeira, então tal indústria só pode ser classificada como falida, e conseqüentemente deveria desaparecer”.¹⁹⁵

O tratado foi afinal aprovado, após a intervenção enérgica do poder executivo brasileiro, em resposta à interveniência igualmente enérgica do governo norte-americano, que acenou com a perda de vantagens usufruídas pelos produtos do Brasil no seu mercado interno, enquanto aquele usou o seu poder de persuasão e pressão sobre as lideranças políticas e mesmo sobre a liderança do empresariado industrial.¹⁹⁶ Entre 1935 e 1937 houve uma grande expansão de importações não essenciais, como efeito do acordo de 1935, que de fato resultou na redução de tarifas para muitos produtos importados menos essenciais. O surto de importações, incluindo as não essenciais, era, em parte, efeito da pressão dos EUA pela expansão do mercado para seus produtos no Brasil.¹⁹⁷

A Comissão Mista Brasileiro-Americana, também conhecida por Missão Abbink, foi constituída em 1948. Ela se compôs de economistas, técnicos, empresários e membros dos governos dos dois países, sob a presidência de John Abbink e Octavio Gouvêa de Bulhões. Os estudos realizados por essa Comissão orientaram-se no sentido de conhecer os principais “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, dentre os quais se

¹⁹³ Cf. Gerson Moura, op. cit..

¹⁹⁴ Marcelo de Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999, p. 222.

¹⁹⁵ Idem, ibidem, p. 222-23.

¹⁹⁶ Cf. G. Moura, op. cit..

¹⁹⁷ Cf. M. de P. Abreu, op. cit..

destacaram os seguintes: tendência especulativa, inconveniente ao verdadeiro capitalismo industrial, forte atração da propriedade imobiliária, estado rudimentar de organização do mercado brasileiro de capitais, taxas e tarifas irrealistas, nos serviços de utilidade pública, como transportes coletivos, luz e energia elétrica. Apontou-se ainda as seguintes limitações: excessivo protecionismo da indústria, política salarial, pelos seus efeitos inflacionários, desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e o da indústria, já que a insuficiente oferta de gêneros alimentícios nas concentrações urbanas exercia efeitos inflacionários.¹⁹⁸

Uma preocupação da Comissão era “criar condições (institucionais e políticas) para que o capital estrangeiro pudesse livremente ingressar e sair do país”.¹⁹⁹ O Relatório Abbink, publicado em 1949, refletia o ponto de vista neoliberal de seus coordenadores e expressava que não poderia haver “desenvolvimento equilibrado e rápido” em condições de “elevação de preços”.²⁰⁰

O Relatório Abbink provocou as críticas de um grupo de economistas ligados à Confederação Nacional da Indústria. Eles sustentavam que “o que deve preocupar numa política econômica é o aumento das rendas reais, sobretudo num país subdesenvolvido, mesmo que suponha uma certa alta de preços”.²⁰¹ Octavio Gouvêa de Bulhões replicou defendendo o relatório, pelo qual havia sido em grande parte responsável, tendo o seu ponto de vista encontrado apoio da Confederação Nacional do Comércio e da Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Em 1955, foi baixada a Instrução 113 da Sumoc, que autorizava a emissão de licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial, o que favoreceu os investimentos estrangeiros no país. A liderança dos industriais reagiu criticando-a, por conceder privilégio ao capital estrangeiro, e a FIESP moveu uma campanha de tom nacionalista contra a Instrução. Apesar disso, a medida não foi suspensa e só perdeu seu efeito no início da década de 60, em virtude da queda dos investimentos sem cobertura cambial.²⁰² As entidades representativas do comércio –CNC e ACESP - apoiavam este incentivo aos investimentos estrangeiros no país, numa abertura que resultou da firme

¹⁹⁸ Cf. Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 5ª edição, 1991, p. 105-06

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 107.

²⁰⁰ T. Skidmore, *op.cit.*, p. 100.

²⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 101.

²⁰² Cf. Maria Antonieta P. Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*, citado.

convicção do ministro da Fazenda, Eugênio Gudim, sempre defendida no passado, de que o Brasil tinha grande necessidade de investimentos externos e deveria ser a eles complacente e concedendo-lhes incentivos especiais.²⁰³

Algumas limitações aos interesses da burguesia compradora – como o controle sobre a taxa de câmbio, as moratórias da dívida externa e a redução da dependência “financeira” – indicam que essa fração já não detinha a hegemonia política no interior do bloco no poder.

O comércio externo brasileiro sofreu dramaticamente com a depressão; em 1931-32 as importações caíram a um terço do seu valor em 1928, enquanto as exportações correspondiam quase que à metade do seu valor no mesmo ano. Em termos de quantum, as importações declinaram em cerca de 60% entre 1928 e 1932 e as exportações decresceram apenas 17%. Foram o controle cambial e a desvalorização do mil-réis, associada a uma inflação modesta, que asseguraram o deslocamento de produtos competitivos importados.²⁰⁴

O afrouxamento do controle cambial, entre 1934 e 1937, era, em larga medida, resultado da pressão norte-americana pela inclusão do Brasil no grupo de países que, liderados pelos Estados Unidos, adotariam políticas econômicas externas liberais, conforme o tratado de 1935. Ao final de 1937, a escassez cambial, associada principalmente ao súbito crescimento das importações, levou, após o golpe político de novembro, à unificação das taxas de câmbio, com a taxa única muito desvalorizada, à reintrodução do controle cambial estrito e à moratória do serviço da dívida externa. As importações foram submetidas a controle e a distribuição de cobertura cambial passou a ser feita de acordo com a seguinte escala de prioridades: requisitos do governo, importações de bens, fretes de exportação, requisitos das empresas de serviços públicos, remessas de lucros e dividendos, etc. Todas as operações de câmbio (exceto as do governo) ficavam sujeitas a um imposto de 3%, cujas receitas constituiriam um fundo cambial. Vargas argumentava que a adoção da nova

²⁰³ Cf. T. Skidmore, op. cit., p. 202.

²⁰⁴ Cf. Marcelo de Paiva Abreu, “O Brasil e a economia mundial (1929-1945)”. In Boris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*. 4º volume, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2004.

política cambial era consequência da drástica redução da taxa das exportações de café e que a moratória do serviço da dívida era inevitável devido a esse decréscimo.²⁰⁵

O controle cambial novamente tornou-se, depois de 1937, o principal instrumento de política comercial, como entre 1931 e 1934. Na prática, o controle de importações favoreceu as importações “essenciais”, ou seja, uma substituição de bens de consumo por matérias-primas e bens de capital. O acordo preferencial de que gozavam os alemães na alocação de cobertura cambial para importações provocou o protesto dos EUA, mas não chegou a retaliar, o que pode ser explicado por razões políticas (a cooperação do Brasil à defesa continental liderada pelos EUA).

Nos primeiros dois anos do governo Dutra (1946-47), ensaiou-se o retorno aos princípios do liberalismo econômico. A resposta do novo governo à inflação oriunda da guerra foi abrir o país à importação de bens manufaturados no exterior, o que parecia razoável em vista das grandes reservas de divisas internacionais acumuladas durante o conflito (elevaram-se de 67 milhões de dólares, em 1949, para 634 milhões, em 1945). O Ministério da Fazenda procurou satisfazer a demanda em suspenso e combater o aumento de preços através de uma generosa política de importação. A Portaria Interministerial de dezembro de 1945, ainda no governo provisório de José Augusto de Linhares, suspendia a exigência de licença prévia para a maioria das importações. O Decreto-Lei 9.025, de fevereiro de 1946, liberalizava o mercado cambial e regulava o direito de retorno ao capital estrangeiro no país (máximo de 20% do capital registrado no país) e de remessa de rendimentos (máximo de 8% do capital registrado). Combinada com a política de taxa de câmbio flutuante e livres movimentos de capital, havia uma política de restrição no tocante à economia interna, pois, preocupado com o aumento do nível de preços, o governo Dutra, em 1946, não empreendera medidas efetivas para expandir a capacidade industrial brasileira. O ministro da Fazenda, Correia e Castro, declarou que “o retorno às normas do livre comércio” criaria “um clima de confiança propiciadora do aumento de produção”.²⁰⁶

Essa política econômica do início do governo Dutra, baseada em um mínimo de controles em cada setor, bem cedo se mostrou contraproducente, tanto que as reservas cambiais foram dissipadas depois de um ano e meio. A política de satisfazer a procura

²⁰⁵ Cf. M. de P. Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

²⁰⁶ T. Skidmore, op. cit., p. 97.

interna mantendo um alto nível de importações entrara em choque com o fato da limitada capacidade do país para importar, haja vista que se a renda nacional crescera desde 1929, a capacidade de importação permanecera a mesma. Um equilíbrio a curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma dentre duas medidas: a desvalorização ou o controle do câmbio. Escolhendo essa última, o governo Dutra forneceu um poderoso estímulo à industrialização do país. “Em junho de 1947, o governo introduziu um conjunto de controles cambiais que estabeleceu um drástico sistema de importação, ao mesmo tempo que mantinha alta a valorização da moeda brasileira. Mesmo que o governo declarasse não se haver afastado da sua anunciada política de combate à inflação com a manutenção das importações, na prática os regulamentos trabalhavam contra os bens de consumo e em favor de artigos essenciais, tais como combustíveis, equipamentos e maquinaria. Já que a procura interna continuava elevada, havia forte incentivo para a expansão da indústria brasileira. Além disso, a manutenção de um alto valor oficial do cruzeiro agia como desestímulo do setor de exportação, desviando assim os investimentos para a produção destinada ao mercado interno.”²⁰⁷

Em fins de 1951, enfrentando uma crise cambial de proporções crescentes, o governo Vargas decidiu impor sérios limites à transferência de lucros e dividendos e à repatriação do capital estrangeiro, estimulados por uma taxa cambial progressivamente sobrevalorizada.²⁰⁸ No início de 1953, a conjuntura econômica estava dominada pelo colapso cambial do país, advindo de déficit na balança comercial. As dificuldades iriam aumentar com a mudança no panorama das relações internacionais a partir da eleição, em fins de 1952, de Eisenhower, nos EUA, e com a modificação na postura do Banco Mundial para com o Brasil. Em junho de 1953, Horácio Lafer deixava o Ministério da Fazenda, substituído por Oswaldo Aranha. A queda de Lafer, contudo, não se deveu exclusivamente ao desgaste das autoridades econômicas, porque inserida numa ampla reforma ministerial, que teve entre suas causas a difícil situação econômica e as dificuldades no plano social e político (a greve dos 300 mil operários em março de 1953 e a eleição de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo). A política do novo ministro da Fazenda consistiu numa tentativa de estabilização da economia, mantida a visão ortodoxa do problema, pois tinha como

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 98.

²⁰⁸ Cf. Pedro Malan e outros, *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977.

objetivo uma política fiscal austera e políticas monetária e creditícia restritivas, porém privilegiando o ajuste cambial.²⁰⁹

Os efeitos protecionistas do controle das importações nos períodos de licença (1947-53) e de leilões de câmbio (1953-57) foram similares. Existiu um grande incentivo para a substituição de importações industriais. Em 1957 o sistema de controle das importações foi reformado novamente; um conjunto de *ad valorem* tarifas foi introduzido e o número de categorias de taxas de câmbio foi reduzido de cinco para dois. Em resumo, a política comercial no Brasil pós-guerra teve como algumas de suas características uma discriminação contra a produção para a exportação e uma alta proteção para a manufatura doméstica contra as importações.²¹⁰

Sobre a dívida externa, as autoridades brasileiras decidiram suspender os pagamentos aos fundos de amortização de todos os empréstimos externos, exceto os de consolidação de 1898 e 1914, em 1/9/1931, e deixaram de pagar os juros de todos os empréstimos, excetos os *funding* de 1898 e 1914, o que privilegiava credores britânicos e franceses em detrimento dos norte-americanos, pois as exceções cobriam apenas os empréstimos britânicos e franceses mais antigos. A discriminação contra interesses norte-americanos decorreu do estado bastante insatisfatório, naquele momento, das relações políticas Brasil-Estados Unidos.²¹¹

Em 1934, quando o acordo do *funding loan* estava expirando, o governo brasileiro e os principais credores decidiram abrir negociações para chegar a um entendimento sobre a retomada dos pagamentos do serviço de empréstimos que, sob o esquema de 1931, não recebiam serviço pleno. As conversações deveriam buscar um acerto quanto à determinação da “capacidade de pagamento” brasileira e à distribuição dos pagamentos restritos entre os vários empréstimos, sendo a principal característica do esquema proposto a divisão de todos os empréstimos em sete categorias: quanto mais baixa a categoria, menos seriam os respectivos pagamentos de juros como percentagem dos juros contratualmente devidos; no caso dos empréstimos de categoria inferior, essa percentagem aumentaria a cada um dos

²⁰⁹ Cf. Sérgio Besserman Vianna, “Duas tentativas de estabilização: 1951-1954”. In M. de P. Abreu (org.), *A ordem do progresso : cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 21^a. impressão, 1990.

²¹⁰ Cf. Joel Bergsman, *Brazil: industrialization and trade policies*. Oxford University Press, London/New York/Toronto, 1970.

²¹¹ Cf. M. de P. Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Citado.

quatro anos de vigência do novo esquema. No acordo final, desdobrado em oito categorias, o negociador norte-americano obteve algumas mudanças que envolviam um acréscimo aos pagamentos totais: 7,3 milhões de libras no primeiro ano e 9 milhões no quarto. O ministro Aranha, tentando antecipar-se a críticas domésticas ao acordo, argumentou que o Brasil pagaria 33,6 milhões de libras ao longo dos quatro anos, em vez de 90,7 milhões contratuais. Aranha, porém, arrolava como “ganhos” tanto as verdadeiras reduções de pagamentos de juros quanto o mero adiamento de amortizações.²¹²

Após o golpe de novembro de 1937, o governo brasileiro anunciou a suspensão por três anos de todos os pagamentos da dívida externa. Vargas alegou que o Brasil fora forçado à moratória porque era impossível pagar ao mesmo tempo o serviço da dívida e as importações essenciais ao reaparelhamento do sistema ferroviário e das forças armadas. A alternativa de um novo *funding loan* foi descartada, pois faria crescer o total da dívida, já considerada desproporcional à “capacidade de pagamento” do país. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu, o motivo principal para a suavidade da reação norte-americana não deve ser procurado nem em sua defesa do multilateralismo comercial nem nos comentários pró-americanos de Aranha, sendo mais provável encontrá-lo na estratégia global de Roosevelt a respeito do papel do Brasil no contexto da política de boa vizinhança. Durante as negociações sobre a dívida externa brasileira, os negociadores britânicos e norte-americanos seguiam táticas distintas: estes tendiam a uma posição bastante suave e conciliatória, levando em conta os seus objetivos econômicos e políticos mais gerais no Brasil, enquanto aqueles inclinavam-se apenas à maximização de suas receitas financeiras.

213

O alívio proporcionado pela redução de pagamentos permitiu um redirecionamento das despesas públicas do serviço da dívida externa para compras domésticas de bens e serviços, com os consequentes benefícios para o nível interno de atividade econômica. A participação do Ministério da Fazenda nas despesas totais do governo federal caiu de 42% em 1929 para 29% em 1938, enquanto as Forças Armadas tiveram sua participação aumentada de 22% para 30% e a do Ministério dos Transportes passou de 23% para 26%. No que diz respeito à escolha entre importações de bens de consumo e pagamentos da

²¹² Cf. Idem, *ibidem*.

²¹³ Cf. Idem, *Ibidem*.

dívida, o governo considerou politicamente mais conveniente cortejar a “opinião pública”, favorecendo um certo nível de importações não essenciais, a pagar mais do serviço da dívida, uma alternativa sem vantagens imediatas. Colocando a decisão de declarar moratória em termos de “ou pagamos a dívida ou reaparelhamos as forças armadas e a rede de transportes”, Vargas mobilizou o apoio militar ao novo regime.²¹⁴

A Constituição de 1934 e os Códigos de Minas e de Águas incluíam disposições bastante radicais sobre investimentos estrangeiros: reservavam a brasileiros as concessões de mineração e de exploração de recursos hídricos e as companhias de seguros e bancos comerciais estrangeiros deveriam ser progressivamente nacionalizados. A Constituição de 1937 incorporou essas regras de forma ainda mais radical, propondo que as empresas de mineração e indústrias “essenciais” fossem nacionalizadas, mas essa legislação radical foi consideravelmente relaxada pela subsequente ou por interpretação flexível. Durante a década de 30, atritos relativamente frequentes, sobretudo a respeito da nacionalização das empresas de serviços públicos, constituíram um contencioso nas relações externas do Brasil, especialmente com o Reino Unido.²¹⁵

Em razão da política governamental de contenção da dependência financeira estrangeira, a dívida pública externa declinou no Brasil entre 1929 e 1945, passando de 237,5 milhões de libras para 169,3 milhões. O serviço da dívida também decresceu, indo de 17,3 milhões de libras, em 1929, para 10,8 milhões em 1945.

Em outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei 2.004, que criava a Petrobrás, instituindo o monopólio estatal do petróleo. Os capitalistas americanos receberam a notícia com ceticismo, pois não acreditavam na viabilidade da empresa nem na sustentação do monopólio estatal pelo Brasil. E logo sobreveio a reação: o secretário de Estado, John Dulles, comunicou ao embaixador Walther Moreira Sales que o Eximbank só concederia 100 milhões de dólares ao Brasil, e ainda assim para o pagamento de atrasados comerciais, do empréstimo de 250 milhões que a administração de Truman prometera. A Vargas restou a saída de radicalizar a sua posição: “estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganhavam muito no Brasil, que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital

²¹⁴ Cf. Idem, *ibidem*.

²¹⁵ Cf. Idem, *ibidem*.

que empregaram em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro, a título de dividendos”.²¹⁶

Os atos acompanharam as palavras. Vargas assinou o Decreto nº 34.839, que fixava em até 10% ao ano as remessas de lucros e dividendos e impunha às empresas estrangeiras a obrigatoriedade de se registrarem na Sumoc, a fim de gozar das vantagens oferecidas pelo governo. As autoridades de Washington protestaram energicamente contra o Decreto, pois não admitiam qualquer controle sobre os capitais americanos. O Conselho Americano de Câmaras de Comércio sugeriu, como represália, a suspensão de todos os empréstimos ao Brasil. O fluxo de investimentos logo se retraiu.²¹⁷

O presidente Juscelino Kubitschek se dispunha a desenvolver a Operação Pan-Americana, fundamentada na tese de que os Estados Unidos deviam considerar, prioritariamente, a luta contra o subdesenvolvimento, dando-lhe prevalência às medidas de repressão, a fim de consolidar e fortalecer a democracia na América Latina. Os Estados Unidos, porém, não se interessaram pela doutrina da Operação Pan-Americana, que situava o combate ao comunismo em termos econômicos e não militares. O rompimento de Kubitschek com o FMI lhe rendeu dividendos. De todos os recantos do país e de todas as classes, inclusive da FIESP, ele recebeu aplausos e manifestações de apoio. O que JK procurou foi acicatar, indiretamente, as autoridades de Washington, pela sua incompreensão dos problemas brasileiros, revelada não só na recusa do crédito, mas também no boicote à Operação Pan-Americana.²¹⁸

Em 1964, o governo Goulart determinou o reescalonamento das dívidas externas. O Brasil declarou aos seus credores que não pretendia mais nenhuma ajuda na forma de empréstimo e que buscava pagar os seus débitos conforme a sua capacidade.²¹⁹

3. Os conflitos regionais

O capital mercantil também se encontrava dividido, no seu interior, por conflitos regionais. É o que aparece, por exemplo, na análise do capital açucareiro.

²¹⁶ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973, p. 346.

²¹⁷ Cf. Idem, *ibidem*.

²¹⁸ Cf. Idem, *ibidem*.

²¹⁹ Cf. Pinto Ferreira, *Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1965.

A retomada da intervenção estatal na agroindústria canavieira do Brasil começou a ser cogitada antes da Primeira Guerra Mundial, quando se tornara nítido o caráter irreversível do declínio das exportações de açúcar. Os fatores determinantes desse retrocesso eram externos e internos, destacando-se, entre os primeiros, a definitiva hegemonia do açúcar de beterraba no abastecimento do continente europeu e a concorrência crescente, nos demais mercados, de outros produtores de açúcar de cana, especialmente Cuba e Java, tecnicamente mais bem aparelhados e com terras virgens sob exploração e com a introdução de novas variedades. Por outro lado, no âmbito interno havia a predominância de métodos de cultivo e processamento obsoletos e elevados custos de produção agrícola e industrial, devido à baixa produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital).

Impossibilitada a agroindústria canavieira do Brasil de concorrer em igualdade nos mercados externos, só lhe restava o abastecimento do mercado nacional, com dimensões ainda pequenas diante da capacidade instalada dos engenhos e das usinas então em funcionamento e do potencial de produção da lavoura canavieira. Resultam daí a formação de grandes estoques de açúcar e preços sujeitos a intensas oscilações a curto prazo e declinantes a longo, sem mencionar que a comercialização das safras, dominada pelos intermediários, também gerava dificuldades.

A substituição do mercado externo pelo interno foi especialmente prejudicial para o Nordeste, onde se encontrava a maior parte da produção açucareira do país. Com localização desfavorável em relação aos maiores centros de comercialização e consumo, a região passou a sofrer a crescente competição dos produtores do Centro-Sul, beneficiados não só pela maior proximidade ao mercado, mas também pela não coincidência de sua época de safra com a nordestina.²²⁰

A agroindústria canavieira chegara, no final dos anos 20, a uma situação conflituosa. É que, perdido o mercado externo, teve uma expansão dependente do interno em ampliação, com as produções regionais passando a disputar uma mesma possibilidade de colocação de seus produtos, ou seja, um mesmo espaço de realização. O governo saído da Revolução de 30 inaugurou uma política intervencionista no plano econômico, que se

²²⁰ Cf. Tamás Szmrecsányi, *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. Hucitec, São Paulo, 1979.

refletiu, no caso do açúcar, na defesa, se não dos interesses, pelo menos da sobrevivência da agroindústria do Nordeste. Foi assim que, através do Decreto nº 22.789, de 01/06/1933, criou-se o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, havendo na exposição de motivos a formulação que “foram ouvidas as sugestões dos representantes da indústria açucareira em todos os estados produtores, para a elaboração do projeto. Nem todas, certamente, puderam ser atendidas, pelos interesses de ordem puramente local que visavam, em conflito, muitas vezes, com interesses contrários de outras regiões”.²²¹ O IAA buscava um “desenvolvimento equilibrado” para que a ampliação da produção brasileira de açúcar não beneficiasse um estado em detrimento de outros. Entenda-se que o objetivo continuava sendo o de tentar impedir que a expansão paulista acabasse por inviabilizar a produção do Nordeste e de Pernambuco, em particular, de sorte que o “desenvolvimento equilibrado” procurado pelo IAA deveria dar conta de um problema: sustentar produções regionais menos eficientes.²²²

No entanto, o Decreto-lei nº 9.827/1946 e as resoluções do IAA que o complementavam, ao subordinarem a elevação dos limites estaduais de produção às exigências regionais - e não mais às nacionais - do aumento do consumo de açúcar, criaram as condições para a transferência da hegemonia no subsetor. A nova orientação era taxativamente enfatizada no artigo 3º do referido Decreto-lei: “os futuros aumentos de quotas de produção serão distribuídos pelo IAA entre os estados proporcionalmente aos respectivos consumos”. O grande beneficiário foi o produtor do Centro-Sul, especialmente de São Paulo, graças às suas condições peculiares, como o mercado em posição vantajosa, quase o reverso do Nordeste, com reduzido poder aquisitivo.²²³ Na regulamentação desse Decreto-lei, a maior percentagem no aumento do contingente de produção de açúcar fica para o Centro-Sul, que eleva suas quotas de aproximadamente 139%, enquanto o Norte-Nordeste o faz para cerca de 54%.²²⁴ O crescimento da produção açucareira de São Paulo foi mais do que proporcional à evolução de seu consumo, com as safras entre 1946/47 e

²²¹ Idem, *ibidem*, p. 179.

²²² Cf. Pedro Ramos, *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1999, cap. 2: A intervenção estatal e a expansão do latifúndio canavieiro.

²²³ T. Szmrecsányi, *op. cit.*.

²²⁴ Teresa Sales, *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p.22.

1951/52 tendo um incremento de quase 84%, superior à de Pernambuco, até então sempre o maior produtor do país.²²⁵

Já a Resolução n° 619/51, de 29/11/1951, instituía uma política de preços diferenciados para o açúcar, com o objetivo mais imediato de reforçar o poder de competição dos produtores do Nordeste nos mercados da região Centro-Sul. Devido a isso, os usineiros de São Paulo entraram em franca rebelião contra o IAA, pois entendiam a medida como reformista, já que procurava inverter uma tendência vigente desde o início da política de defesa: a dos produtores sulinos se beneficiarem de um sobrelucro cada vez que se elevavam os preços de referência do açúcar. Essa inclinação, acrescida dos fatores locais, era vista como uma das principais razões do deslocamento do eixo econômico açucareiro do Norte para o Sul. Com efeito, os usineiros paulistas nunca aceitaram o princípio do sobrepreço e acabaram, alguns anos mais tarde, provocando a revogação de toda a Resolução (o conflito dos produtores paulistas com o IAA chegou a ser levado aos tribunais), tornando definitivamente inevitável e praticamente irreversível a superação da agroindústria canavieira do Nordeste pelas usinas do Centro-Sul. A política de contingenciamento do IAA, se quisesse subsistir, teria que submeter-se, como de fato o fez, aos ditames da nova situação, gerados pela maior expansão demográfica e pelo maior poderio econômico e político do Centro-Sul.²²⁶

A situação da agroindústria canavieira do Nordeste era considerada extremamente crítica, ao contrário do que ocorria no Centro-Sul, onde a expansão da produção açucareira, notadamente em São Paulo, foi favorecida pelo comportamento da estrutura agrária. Os rendimentos agrícolas e industriais do Nordeste, além de se terem tornado menores que os do Sul, decresciam ano a ano, o que debilitava progressivamente a agroindústria canavieira nordestina e a afastava da faixa de equilíbrio econômico, agravando-se, com isso, o desequilíbrio regional. Tais tendências na produção coincidem com a ocorrência de profundas modificações na estrutura do mercado interno de açúcar, como o encarecimento dos fretes e a crescente deterioração do transporte marítimo de cabotagem, que punham fim à tradicional presença dos açúcares do Norte nos centros consumidores do Sul, em competição com a produção local. Só restava, pois, às usinas do Nordeste atender a

²²⁵ Cf. T. Szmrecsányi, op. cit..

²²⁶ Cf. Idem, *ibidem*.

demanda de todo o “Setentrião” e partilhar com São Paulo, em momentos de escassez, alguns mercados do Sul. Essas possibilidades, todavia, eram prejudicadas pela ampliação da rede rodoviária, que facilitava o escoamento dos produtos do Centro-Sul para outras áreas do país. No Centro-Sul, o aumento do plantio da cana vinha sendo fomentado por vários fatores, inclusive e especialmente pela campanha de erradicação dos cafeeiros, em relação ao qual representava uma alternativa das mais atraentes. Em 1965/66, a capacidade instalada no Norte-Nordeste era de 22.250 mil sacos, ao passo que no Centro-Sul perfazia 48.110 mil. A relação entre as duas regiões açucareiras vigente na safra de 1929/30 (69% da produção brasileira para o Norte-Nordeste e 31% para o Centro-Sul) praticamente se inverteu em 1964/65 (35,5% para o Norte-Nordeste e 64,5% para o Centro-Sul).²²⁷

Um momento de contraposição entre o bloco mercantil-industrial do polo econômico nacional e o mercantil-industrial da periferia foi a guerra de 1932. A nosso ver, as duas hipóteses opostas pelos intérpretes sobre esse episódio são plausíveis: significou o confronto tanto a reação da “aristocracia do café” quanto o descontentamento de todos os setores da burguesia paulista.²²⁸ Interessa-nos, no momento, reter essa segunda dimensão da revolta.

Estava na origem da guerra de 1932 a reivindicação paulista de autonomia estadual, objetivo ao qual se subordinava a bandeira de reconstitucionalização do país. Essa tese foi afirmada pelo líder do Partido Democrático, Francisco Morato: “estou aqui reivindicando para São Paulo o direito de se governar a si próprio”.²²⁹ A questão aparecia, em primeira instância, como uma disputa pela hegemonia no governo estadual, de sorte que o interventor tenentista João Alberto a expressou, ao pôr a missão de “integrar São Paulo na ordem revolucionária nascente”.²³⁰ O novo interventor Laudo de Camargo, discordando da interferência tenentista, resolveu se demitir, provocando em solidariedade a saída do ministro da Fazenda, José Maria Whitaker (substituído por O. Aranha) e de vários outros paulistas que ocupavam cargos federais.

²²⁷ Cf. Idem, *ibidem*.

²²⁸ A ênfase da guerra de 1932 como uma reação da aristocracia do café encontra-se em Hélio Silva, *1932: a guerra paulista*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967. A interpretação da revolta como o descontentamento do conjunto dos setores dominantes paulistas está presente em Stanley Hilton, *1932: a guerra civil brasileira*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2^a edição, 1982.

²²⁹ S. Hilton, *op. cit.*, p. 26.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 27.

A relação do bloco de capitais paulistas com o restante da federação foi manifestada por um membro do PD: “não é possível submetermo-nos à condição de colônia”.²³¹ A centralização política implicava que a política econômica (monetária, fiscal, creditícia) deixava de privilegiar os interesses da economia de São Paulo. Enfim, o episódio de 1932 representa, em parte, como indicou Boris Fausto, “a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a ‘aristocracia do café’, como todo o grupo industrial mais importante do país”.²³²

Se nas primeiras três décadas do século XX as relações interregionais no Brasil eram determinadas pelo capital mercantil (dominante com relação à esfera da produção), a partir dos anos 30 estarão dominadas pelo capital comercial (subordinado ao capital produtivo). No Nordeste, isso significa que as exportações interregionais irão preceder às importações, tendo determinado essa mudança, fundamentalmente, a possibilidade de expansão da indústria de São Paulo e a diversificação de sua agricultura, com a expulsão dos produtos nordestinos do mercado paulista.

O problema dos transportes, até meados da década de 50, foi um fator de freio à invasão dos mercados periféricos. Mas, a partir da instalação da indústria pesada (siderurgia, petróleo), montou-se uma indústria automobilística, que viabilizou uma alteração radical no sistema de transportes do país, ligando as regiões. Nessa fase, ocorre a consolidação do domínio do capital comercial nas áreas periféricas.

Desde o período da Colônia, Pernambuco dominou, econômica e politicamente, o vasto Nordeste, especificamente no pós-1930, quando polarizou os estados vizinhos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – constituintes de seu bloco-satélite. O crescimento global do Recife ocorria menos em virtude do desenvolvimento industrial que da expansão do comércio, com dois grupos centrais na classe dominante urbana: os comerciantes e os banqueiros.

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 28.

²³² Boris Fausto, “A revolução de 1930”. In Carlos G. Mota (org.), *Brasil em perspectiva*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 20^a. edição, 1995, p.249.

Pernambuco fazia o que podia para ampliar seu papel nacional, impondo agressivamente, no Nordeste, a própria liderança. Seu peso comercial criava uma esfera de influência que se estendia, para o sul, até Sergipe, e para o norte, até o Piauí. Mas os subsídios federais à agricultura conservaram-se baixos para um estado que tanto dependia do açúcar, do algodão e de outros produtos agrícolas, de sorte que as autoridades estaduais queixavam-se de que o governo central discriminava abertamente a Pernambuco na concessão de empréstimos do Banco do Brasil.²³³

O poder dos comerciantes importadores no Nordeste influenciou, por exemplo, os governos estaduais a não reduzirem os impostos, a fim de tornar os produtos agrícolas mais competitivos. Uma consequência da expansão da comercialização da economia, sem um desenvolvimento proporcional de novos papéis econômicos associados com a industrialização, foi o alto contingente de população urbana subassalariada, sem estrutura ocupacional definida. Uma expressão dessa condição urbana seria a mercantilização dos valores, inclusive do corpo (mães ofereciam filhas apenas púberes por 10 réis).

Consideremos, no Nordeste, o caso do Piauí. Até o final da década de 40 a economia piauiense se articulava predominantemente com o mercado internacional, por meio das exportações de produtos extrativos – borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu – que sobrepujaram a atividade pecuária. Nos anos 50, o Piauí passa à integração comercial com outros estados do Nordeste, em especial com Pernambuco, graças às transformações a que foi obrigada a economia piauiense por causa das dificuldades advindas, no mercado internacional, à comercialização da cera, e dos problemas com que se defrontou, internamente, a exploração do babaçu, sem dizer das facilidades de escoamento da produção, criadas pela rede rodoviária. A estrada e o caminhão contribuíram para que se formasse uma lavoura de mercado, concentrada nas áreas próximas das rodovias, de modo que a participação percentual da lavoura (arroz, feijão, milho), que era, em 1947, de 23%, ampliou-se, em 1959, para 53,1%.²³⁴

A mudança na esfera comercial tem um índice na alternância do perfil do sistema de transportes, que passa do sistema ferroviário-hidroviário para o rodoviário. O principal entreposto de exportação – Parnaíba – declina e ascendem novas cidades ligadas à rede

²³³ Cf. Robert Levine, *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

²³⁴ Cf. Raimundo Santana, *Evolução histórica da economia piauiense*. Cultura, Teresina, 1964.

rodoviária, construída com recursos federais e estaduais. No conjunto do setor terciário, a atividade comercial sobrepassa os serviços: em 1945, 44% da sua renda devia-se ao comércio e 32% aos serviços.²³⁵

A importância da atividade comercial pode ser vista no crédito. A Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, instituição que detinha, em 1956, o maior volume de negócios no Piauí, registrava a seguinte distribuição, demonstrativa de que o comércio contava com um montante em crédito estatal maior que o conjunto de outras atividades:

Quadro I: Banco do Brasil – Piauí – Créditos, 1956.

Setor	Cr\$ milhões
Comércio	161
Indústria	44
Agropecuária	20

Fonte: Melo, 1973.

Com a conversão do capital mercantil internacional em capital mercantil de mercado regional, a partir da década de 50 construíram-se as estradas para a chegada do novo capital comercial, que transaciona os bens industriais provenientes do Centro-Sul do país. Já desde os anos 60 o novo capital comercial (comércio varejista) supera o mercantil (comércio atacadista)²³⁶, passando a uma posição dominante na economia do Piauí. O setor de serviços, liderado pela atividade comercial, respondia por 51,5% da renda interna do estado em 1968, contra 43,2% da agricultura e 5,3% da indústria.²³⁷

Vários fatores contribuíram para o domínio do capital comercial no Piauí periférico. A partir dos anos 60, o Nordeste viveu um processo de industrialização, ainda que se trate de uma indústria dependente da tecnologia e das finanças da economia de São Paulo. Mas nem todos os estados nordestinos estiveram integrados a essa expansão do capital produtivo na região, pois se Bahia e Pernambuco formaram uma burguesia industrial interna importante, Sergipe e Piauí não conseguiram mobilizar forças para tal, sendo nesse sentido que se diz que ficaram “atrasados”. Ora, a outra face desse atraso capitalista é a preponderância econômica e política do capital comercial no bloco de forças capitalistas desses estados. Por que, então, se deu a prevalência do capital comercial?

²³⁵ Cf. CAPES, *Estudos de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, 1969.

²³⁶ Cf. Agenor S. Martins, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Fundação CEPRO, Teresina, 1979.

²³⁷ Cf. Cláudio Melo, *Piauí: realidade e perspectivas de desenvolvimento*. Tese de doutorado, Roma, 1973.

A lei do desenvolvimento desigual do capitalismo - dado que a industrialização de um espaço se faz pelo domínio de certas economias periféricas em que as forças produtivas restam bloqueadas - é um elemento necessário, não suficiente, de explicação, sendo preciso que se indiquem os fatores que conduzem certas áreas à posição dominada. No caso do Piauí, eles serão, sobretudo, o seu ciclo tardio de economia agroexportadora e a sua fraqueza política no quadro da federação nacional. A pouca força do bloco agroindustrial interno não é senão a outra face do poder do capital comercial.

Um ciclo de exportação agrícola, com base na borracha e óleo vegetal, teve início no Piauí no fim do século XIX, justamente no momento em que outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão, redimensionavam suas economias exportadoras ao mercado nacional. Essa diferença entre o tipo de burguesia mercantil - de mercado interno ou internacional - que dominava a economia agrícola sub-regional explica, em parte, a posição dominada do Piauí na cadeia do desenvolvimento capitalista regional. A dominação da fração mercantil voltada ao mercado interno permitiu certa diversificação das atividades econômicas, combinando melhor a agricultura, a indústria e a urbanização, ao contrário da supremacia da burguesia internacional, mais "parasitária" em relação às forças produtivas locais. Assim, quando a economia agrícola do Piauí, em razão da crise da demanda internacional, deveria redimensionar-se para o mercado interno, as condições para fazê-lo eram menos favoráveis em face da competição dos outros estados na região. Finalmente, a economia piauiense tornou-se, nos anos 50, um satélite da pernambucana.

Devemos acrescentar outro elemento para melhor compreender o atraso industrial do Piauí, uma vez que o Ceará, um satélite de Pernambuco desde o fim do século XIX, conseguiu constituir, após os anos 60, um considerável setor industrial, ao menos mais importante que o piauiense. É que os recursos políticos do bloco de forças econômicas do Piauí são menos fortes que os do Ceará. Em primeiro lugar, esse estado tem um conjunto eleitoral mais largo e construiu uma unidade político-parlamentar mais sólida, sob a liderança do chefe do executivo, o que dá mais eficácia a suas demandas no plano nacional. Em segundo lugar, as associações corporativas da sua burguesia conquistaram uma participação mais intensa de seus membros e puderam exercer um papel mais ativo na cena política local e nacional. Em terceiro lugar, o bloco econômico do Ceará soube romper com o discurso local da "vocaçãõ agrícola".

O domínio do capital comercial impõe restrições ao parque produtivo da área periférica. Tal fração do capital não tem interesse no desenvolvimento das forças produtivas da periferia, que a enfraqueceria como distribuidora dos produtos do centro econômico. Paralelamente, as políticas governamentais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – passaram a privilegiar, a partir dos anos 60, os interesses do capital comercial no Piauí.

O sistema de vias pavimentadas, constituído entre 1960 e 1970, liga, sobretudo, as grandes cidades locais às estradas federais. As rurais estão sempre em dificuldades, pois as municipalidades nunca têm os recursos para melhorá-las. Daí porque a Associação dos Prefeitos do Piauí fazer reiteradas críticas a esse sistema, que favorece o transporte de produtos de outros estados em detrimento da produção agrícola local.

O sistema de energia elétrica é também criticado pelos representantes do setor agrícola e os da indústria urbana. Como em outros estados, uma usina hidroelétrica foi construída no Piauí durante os anos 60, mas o governo local não foi capaz de praticar uma política de preços diferenciados, favorecendo o consumo produtivo de energia – como foi o caso de São Paulo, uma vez que a liderança do capital comercial – a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – manifestou-lhe uma forte oposição, ameaçando transferir as atividades para outras regiões. Argumentavam eles que uma prática de preços reduzidos para certos segmentos sociais implicaria necessariamente uma elevação de impostos locais a que o comércio, principal consumidor de energia elétrica, não estava “em situação de suportar”.

As condições de crédito foram favoráveis às atividades comerciais, que se tornaram as primeiras a beneficiar-se de linhas creditícias governamentais locais. Como mostra a análise das operações do Banco do Estado do Piauí (BEP), o financiamento às empresas comerciais e de serviços (contabilizado sob a rubrica “crédito geral”) é bem mais elevado que os créditos para as empresas agrícolas ou industriais.

Quadro II: BEP – Aplicações, 1973.

Crédito	%
Industrial	22.7
Rural	29.6
Geral	44.5
Habitação	3.2
Total	100.00

Fonte: Melo, 1973, p. 124.

É verdade que os dirigentes do comércio manifestaram, em diversas ocasiões, insatisfação com as alíquotas de impostos e o limite do valor de créditos autorizados às empresas pelo banco estatal, e se as políticas beneficiaram objetivamente o capital comercial, isso se dá sem o acordo dessa fração econômica. Mas convém lembrar que as classes proprietárias não gostam de pagar os impostos, cada uma delas preferindo que as outras o façam, de modo que os membros da fração hegemônica, embora com uma política que lhes é favorável, tentam passar às outras frações de classe uma carga mais elevada. Existe até o caso em que as reclamações se voltam contra certos segmentos do grande comércio, como o de máquinas agrícolas, que não toma em consideração o interesse do conjunto da fração comercial. Já a limitação do valor de créditos disponíveis permite evitar que duas ou três grandes empresas monopolizem os recursos do banco estatal local.

A renda interna no Piauí é cada vez mais impulsionada pelos recursos governamentais obtidos das transferências federais (43% das receitas, em 1967, e 72%, em 1975). A aplicação dessas verbas é feita, sobretudo, para o pagamento dos salários do pessoal estatal, que se tornou o principal setor do mercado local de consumo.

Os representantes da burguesia agroindustrial têm criticado as políticas sociais locais, dizendo não serem oportunas porque diminuiriam os recursos para o investimento na economia. Por sua vez, o discurso dos dirigentes do comércio pode ser sintetizado na afirmativa de que as políticas sociais fazem parte da infraestrutura do desenvolvimento. De fato, há os casos em que os equipamentos sociais não eram utilizados pelo público (escolas sem professores, hospitais bem equipados sem médicos, Centros Sociais Urbanos sem material de rotina ou habitações construídas com um tipo de material não apropriado às condições climáticas locais, como se deu com a Universidade Federal do Piauí), sendo evidente que os objetivos das políticas sociais estavam menos ligados às necessidades das

classes populares que aos interesses dos grupos econômicos – as empresas da construção e do comércio.

Essa constatação sobre as políticas sociais põe em questão a tese segundo a qual, para que haja a aceitação da dominação, é necessário o sacrifício de vantagens da força dominante em proveito das dominadas. Diríamos, todavia, que é muito mais o contrário: existe a restrição e a reorganização dos interesses populares para torná-los compatíveis com aqueles da força hegemônica. Assim, faz-se imperativo o apelo ao trabalho voluntário ou semivoluntário para as escolas ou os hospitais, a demanda aos usuários dos materiais para funcionar os Centros Sociais, o encorajamento da reforma das habitações populares pelos próprios moradores.

A orientação nacional do modelo de desenvolvimento acelerado, renovada com o regime militar, traduziu-se no Piauí dentro de uma linha compensatória que não foi capaz de sustentar um desenvolvimento capitalista da base produtiva local, como mostram as análises sobre a política agrícola/agrária. Os programas governamentais instauraram enclaves agroindustriais em certas áreas de intensos conflitos sociais, mas as suas consequências econômicas foram insuficientes para mudar o fraco dinamismo do conjunto das forças produtivas locais. Por outro lado, esses programas deram impulso à renda local pela transferência de recursos nacionais e internacionais, com o reforço exclusivo do consumo advindo do interesse do capital comercial.

O capital comercial (importação de bens industriais) tende a se mostrar como burguesia compradora, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros), o que significa que os representantes políticos dessa fração burguesa no âmbito regional não oferecem nenhuma resistência às políticas nacionais. Aliás, a apatia do bloco dominante no Piauí, sob a hegemonia do capital comercial, ficou patente quando: a) o Dnocs foi inviabilizado no estado e não se levantaram protestos; b) não houve reações contra a burocratização que criava grandes obstáculos aos empréstimos da carteira agrícola do Banco do Brasil, nem contra o corte dos subsídios nacionais para a eletrificação rural. O sentimento de indiferença se difunde porque a fração economicamente mais poderosa não tem compromissos com as questões da acumulação interna.

O domínio regional de uma burguesia compradora – a exemplo do capital comercial – configura uma situação de “colonialismo interno” (transferência de capital e de mão de

obra para uma região mais forte do país). Operamos, no entanto, com um conceito de “colonialismo interno” mais restrito: ao contrário de I. Chaloult,²³⁸ que o equivale à dependência ou imperialismo internos, distinguimos-lhes como marca de fases distintas do capitalismo no país. O colonialismo interno seria típico de uma etapa em que a região periférica é captada pelo ciclo do capital mercadoria do centro industrializado, enquanto a dependência interna (ou imperialismo interno) seria específica de outra fase em que a relação interregional se estabelece prevalentemente por meio do ciclo do capital produtivo da área central.²³⁹

O Piauí, na década de 1950, com o declínio de seu ciclo exportador e a inserção de sua agricultura no mercado regional, passou à condição de satélite da economia de Pernambuco. Somente a partir dos anos 60, com a pavimentação das estradas federais, o estado passou a sofrer predominantemente a polarização da metrópole nacional, São Paulo.

Indicamos que no Piauí, desde os anos 60, o capital comercial se constituiu em força politicamente hegemônica, capaz de confluir para os seus objetivos as políticas governamentais estaduais. Mas esse conteúdo não se expressa pelo discurso que prevalece nas instituições políticas locais, encontrando-se, em seu lugar, a proposição de que as políticas governamentais são (ou devem ser) guiadas pela “vocação agrícola” da economia piauiense. Em outras palavras, o aparente interesse geral da coletividade local não   obtido pela referência às atividades comerciais, sendo essa forma político-ideológica construída em rela o às agrícolas, como exemplifica a voz de representante do comércio: “para sermos fiéis   nossa voca o histórica, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária   imprescindível para o desenvolvimento com bases sólidas”²⁴⁰.

Como compreender essa dissocia o entre o conteúdo da domina o política e sua expressão ideológica? Trata-se de explicar por que a burguesia comercial, força politicamente dominante no Piauí, não dava aos seus interesses a forma do interesse geral, preferindo delegar esse trabalho ideológico aos membros da burguesia agrária. Um elemento de resposta   a dificuldade das fra oes não produtivas do capital (comércio, bancos) de se mostrar na cena política como uma referência para toda a coletividade, uma

²³⁸ I. Chaloult, *Estado, acumula o e colonialismo interno*. Vozes, Petrópolis, 1978.

²³⁹ Encontramos em L. Guimarães Neto, *Introdu o   forma o econômica do Nordeste*, citado, a distin o dessas duas fases de inser o da periferia no sistema capitalista dominante nacional.

²⁴⁰ José Elias Tajra e José Elias Tajra Filho, O comércio e a indústria do Piauí. In R. Santana (org.), *Piauí: forma o, desenvolvimento, perspectivas*. Halley, Teresina, 1995, p. 157.

vez que suas atividades são mais abertas à crítica como “parasitárias”. A esfera das atividades produtivas do capital (agricultura, indústria) pode melhor ocultar a exploração do trabalho e em consequência aparecer como um espaço de interesses comuns, daí que esses segmentos se apresentam mais adaptados aos espaços da representação política supostamente geral, as Assembleias Parlamentares. Contrariamente, as frações não produtivas da classe capitalista têm uma presença menos aberta na cena política, preferindo como forma de ação o recurso aos *lobbies* e menos aos partidos políticos.

4. A luta ideológica

A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico. Dados os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil que os capitais comercial e bancário se apresentem como representando o “interesse geral” da nação. Com efeito, onde tais capitais dominam, preferem deixar aos setores produtivos – agricultura ou indústria – o papel de representar o interesse geral, evitando, assim, a crítica das classes populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se então que a interpretação da “vocação agrária” do Brasil, sustentada no modelo da agroexportação, estava ligada à ideologia da burguesia mercantil.

De um lado, encontramos a legitimação da tese da “vocação agrícola” do país nas obras de Alberto Torres e Gilberto Freyre. Para Alberto Torres, em *A organização nacional*, escrito na década de 20, seria um erro contestar o nosso destino agrário, diante do vasto território nacional. Como ele crê em uma espécie de divisão internacional do trabalho, ao lado da grande propriedade, que explora as produções para exportação, fundar-se-ia a pequena cultura, com produções de consumo. O autor desconfia da indústria, insistindo na ideia de que o protecionismo cria e desenvolve uma industrialização imprópria ao nosso meio e estado de desenvolvimento econômico.²⁴¹

Para Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, publicado na década de 30, “nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro”. Freyre aponta a importância não apenas da família, mas também das forças agrário-oligárquicas, que deveriam ser incorporadas ao projeto de desenvolvimento, por serem a única garantia da ordem social e da unidade nacional. O seu nacionalismo é tradicional e regionalista, pois,

²⁴¹ Cf. Alberto Torres, *A organização nacional*. Brasília: Edunb, 4ª. edição, 1982.

para ele, o brasileiro não é um povo exclusivamente racional, sendo a irracionalidade uma marca da miscigenação.²⁴²

De outro lado, deparamo-nos com a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a nossa herança rural e a sua defesa dos valores do industrialismo. Para ele, em *Raízes do Brasil*, composto na década de 30, a cordialidade - consequência possível do ruralismo ibérico (vida social centrada no privatismo da família) e traço específico da “cultura brasileira” - deve ser vista como negativa, em nome da realização da “essência” da vida política: o geral, o intelectual, o impessoal. A nossa revolução, a partir da abolição da escravatura em 1888, caminha e deve se direcionar para o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura”.²⁴³

Para Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, escrito em parte na década de 60, a especificidade do capitalismo no Brasil é a ausência do caráter nacional e democrático, definindo-se como um capitalismo dependente, em razão dos vínculos aos empréstimos financeiros e à difusão tecnológica do capitalismo do centro econômico mundial. F. Fernandes exorta a classe dominante brasileira a realizar a “revolução nacional e democrática”, baseada na industrialização autônoma e distribuidora de renda.²⁴⁴

A partir da “revolução de 1930”, os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do “interesse nacional”. No entanto, a política nacional-desenvolvimentista se chocou, em vários aspectos, com os interesses da própria burguesia industrial, a exemplo do intervencionismo na produção (siderurgia, petróleo, energia elétrica) e da legislação trabalhista (em especial o salário-mínimo). Em outros termos, a burguesia industrial detinha a hegemonia ideológica, mas não a preponderância política.

5. As tentativas de reconquista da hegemonia política: 1932, 1945, 1954.

O capital mercantil não vivenciou sem luta a perda da hegemonia política advinda com a “revolução de 1930”. Em diversas ocasiões os representantes dessa fração burguesa buscaram reconquistar a hegemonia perdida.²⁴⁵

²⁴² Cf. Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*. Record, Rio de Janeiro, 42ª. edição, 2001.

²⁴³ Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 26ª. edição, 1995.

²⁴⁴ Cf. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Citado.

²⁴⁵ A demonstração dessa afirmativa baseia-se em Décio Saes, “Industrialização, populismo e classe média no Brasil”, citado.

O primeiro momento desta busca de reconquista da hegemonia política foi a guerra de 1932. Hélio Silva aponta a política do café como uma das causas para a eclosão da revolta paulista de 1932. O comércio de exportação passou a ser taxado com a nova política de defesa do café. O decreto n° 19.688, de 11 de fevereiro de 1931, estabeleceu um imposto em espécie para as safras de 1931 e 1932, o qual podia ser aumentado ou reduzido nas posteriores conforme o consumo. Logo depois, pelo decreto 20.003, de 16 de maio de 1931, substituiu-se esse imposto por uma tributação em ouro, cobrável no ato da exportação, cuja arrecadação se destinava, integralmente, à compra do café a ser eliminado, no valor inicial de dez *shillings*, elevada para quinze, pelo decreto 20.760, de 7 de dezembro de 1931.²⁴⁶

Os comerciantes do café queriam a continuidade da política de defesa do produto, mas sem aceitar pagar para sustentá-la. A fala de um representante da “oligarquia paulista” ilustra o sentimento que a movia: “poderá Minas assistir, como simples espectadora, ao avanço formidável que São Paulo iniciou contra a ditadura que nos trai e avilta?”.²⁴⁷ No programa do Partido Democrático, anteprojeto de junho de 1932, encontram-se as reivindicações do capital mercantil: “suspensão gradual dos impostos de exportação” e “tendência para a mais ampla liberdade comercial deste (café) ou de qualquer produto”.²⁴⁸

Getúlio Vargas denunciou o caráter do movimento paulista ao declarar que “na noite de 9 para 10 do corrente (outubro de 1932), as altas autoridades da República foram surpreendidas com a notícia de um movimento sedicioso de caráter nitidamente reacionário, irrompido em São Paulo”.²⁴⁹ Vargas rebateu que não havia motivos para a hostilidade do “povo paulista” ao governo, pois “este demonstrou sempre, de um modo inequívoco, todo o interesse pelos seus destinos, amparando-o, quer na obra de reconstrução de sua economia, com a solução da gravíssima crise do café, quer satisfazendo suas justas aspirações de ordem política, com a entrega do Governo estadual aos próprios paulistas”.²⁵⁰

Depois de fazer referência à política de defesa do café, à decretação do Código Eleitoral e da data para a eleição dos constituintes e à indicação de um interventor civil e paulista, Vargas afirmou que “se todos os motivos apontados e analisados impecem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo? Só uma

²⁴⁶ Cf. Hélio Silva, *op. cit.*, p. 253-55.

²⁴⁷ Francisco Morato, citado em H. Silva, *op. cit.*, p. 101.

²⁴⁸ H. Silva, *op. cit.*, p. 273-74.

²⁴⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 107.

²⁵⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 108.

explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de *revanche* contra o de 1930, visando a restaurar o passado, recuperar posições, reaver prerrogativas que lhes permitiram dilapidar o erário público”.²⁵¹ Após dizer que propôs uma Constituição imediata, a vigorar provisoriamente, até que a futura Constituinte promulgasse o definitivo estatuto político do país, concluiu Vargas que “semelhante recusa equivale a confessar, tacitamente, que o objetivo do movimento não é implantar a Constituição, e sim outro oculto e disfarçado – a posse do poder”.²⁵²

O segundo momento de tentativa de reconquista da hegemonia política pelo capital mercantil foi o golpe de 1945, agitado pela UDN e que contou, ao final, com a cumplicidade do general Dutra, candidato pelo partido governista, o PSD, sendo uma vingança contra a indiferença de Getúlio Vargas à sua candidatura.²⁵³ A UDN tinha o apoio do núcleo oposicionista dos setores exportador/importador, tanto que o programa do seu candidato presidencial recomendava o “saneamento financeiro”, opunha-se às barreiras fiscais” e pedia a “colaboração do capital estrangeiro”, além de propugnar uma “política cautelosa” de industrialização. Enfim, a UDN pregava uma volta aos princípios do liberalismo,²⁵⁴ ideologia econômica bem acolhida pelos representantes do capital mercantil, em particular a Associação Comercial de São Paulo e a Confederação Nacional do Comércio.²⁵⁵

As primeiras iniciativas que marcaram a virada liberal da política econômica depois do Estado Novo foram tomadas pelo presidente provisório, José Linhares, e seu ministro José Pires do Rio, depois aprofundadas no governo Dutra. Na área cambial, a Portaria Interministerial de dezembro de 1945 suspendia a exigência de licença prévia para a maioria das importações. Já o decreto-lei 9.025, de fevereiro de 1946, liberalizava o mercado cambial e regulava o direito de retorno do capital estrangeiro (máximo anual de 20% do capital registrado no país) e de remessa de rendimentos (máximo de 8% do capital registrado).

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 297.

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 301.

²⁵³ Cf. Stanley Hilton, *O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr e a queda do Estado Novo*. Record, Rio de Janeiro, 1987, p. 69.

²⁵⁴ Cf. Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, citado, p. 86.

²⁵⁵ Cf. Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, citado, p. 242.

Os contatos de Dutra com a UDN explicam que o início de seu governo seja marcado pelo horizonte liberal em matéria de política econômica e tenha incluído, no ministério, membros desse partido. O ministro das relações exteriores, Raul Fernandes, era um destacado udenista, além de Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde, e Daniel de Carvalho, do Partido Republicano, então aliado da UDN, ministro da Agricultura. De fato, entre 1945 e 1947, cabe falar-se em ascendência do liberalismo. Em relação à economia, essa tendência refletiu-se na liberalização das importações e, principalmente, no desmantelo da máquina estatal construída durante a guerra para garantir o sistema de controle direto de importações. Os setores “liberal-constitucionalistas” também levaram a melhor nos debates da Assembleia Constituinte, entronizando os princípios do *laissez-faire*, em particular no tratamento dos movimentos do capital estrangeiro, em contraste com as provisões da Constituição de 1937. Os princípios de livre comércio e, acima de tudo, a liberdade garantida às remessas de capital para o exterior não sofreram restrição significativa, apesar da oposição dos “dirigistas”.²⁵⁶

A frustração de não colher os frutos de uma vitória que “moralmente” considerava sua e que pareciam garantidos em 1945 estimulou a UDN a participar do novo governo. Essa “vitória moral” foi assim verbalizada por um dirigente desse partido, Juraci Magalhães: “em 1945 não tivemos sorte nas urnas, mas vencemos nas ideias”.²⁵⁷ Em 1946, ao findarem os trabalhos da Assembleia Constituinte, a direção nacional da UDN admite colaborar com o governo, o que se concretiza com a participação no Ministério, passando o partido a discutir o significado da adesão e as possíveis vantagens no acordo PSD-UDN-PR. Na Convenção Parlamentar de 1946, a UDN aprovou a moção de Otávio Mangabeira pela qual “o partido fazia votos para que o governo se conduzisse de modo a merecer menos o combate do que o concurso na solução das dificuldades que pairam sobre o país”.²⁵⁸ Em 1947, a Comissão Executiva da UDN aprova, por unanimidade, a delegação de poderes ao presidente do partido, José Américo, para manter os entendimentos com o governo e os outros partidos, incluindo a “solenização do pacto” e a designação dos representantes udenistas previstos no esquema do acordo. Em termos formais, o acerto

²⁵⁶ Cf. Lourdes Sola, *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. Edusp, São Paulo, 1998.

²⁵⁷ Cf. Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, p. 69.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 69-70.

interpartidário significou um entendimento entre os principais líderes do PSD, UDN e PR de que se respeitariam os pilares da estabilidade política: a nova ordem legal, calcada na Constituição recém-elaborada, e o apoio parlamentar às propostas do Executivo visando à “pacificação nacional” e à elaboração de um plano econômico e financeiro, com o cumprimento dos preceitos constitucionais de ordem econômica e social. A consequência imediata do acordo foi que, durante o governo Dutra, pelo menos na sua primeira fase (1946-47), praticamente inexistiu oposição parlamentar. Maria Victoria Benevides admite que em fins de 1949 já era evidente a fragilidade do pacto, principalmente pela dificuldade em se encontrar um candidato comum, de “coalizão nacional”, para o pleito de 1950. A nossa hipótese é que o acordo se fragilizou pela mudança de rota do governo Dutra a partir de junho de 1947.

Nos dois anos finais do governo Dutra foram adotadas medidas mais heterodoxas. Diante da queda abrupta das reservas cambiais, Dutra se deparava com as alternativas de desvalorização cambial ou controles das importações, sendo a opção da segunda determinada por considerações de curto-prazo, como o impacto inflacionário de uma eventual depreciação. Os controles consistiam em um sistema de licenças de importação em favor das importações essenciais para a industrialização – combustíveis, equipamentos, máquinas –, combinado com uma taxa cambial progressivamente sobrevalorizada. Tais medidas beneficiavam os empresários industriais e discriminavam os setores exportador/importador. Nesse contexto, o Plano SALTE pode ser considerado como um sintoma adicional da influência decrescente dos liberais. Aliás, a UDN já passara à oposição ao governo Dutra.

A conjuntura de 1945-47, caracterizada por políticas liberalizantes, defrontou-se com um quadro de longo prazo marcado pelo processo de diversificação do aparelho produtivo, processo liderado pela atividade industrial. Em 1947, pela primeira vez na história do país o valor da produção industrial ultrapassava o da agrícola. No setor industrial, os segmentos da indústria pesada apresentavam taxas de expansão superiores à média do setor.²⁵⁹

O terceiro momento de tentativa de reconquista da hegemonia política pelo capital mercantil foi a crise de 1954. Esta teve o seu desfecho determinado, em última instância,

²⁵⁹ Cf. R. Bielschowsky, op. cit., cap. 10, item: “o contexto histórico: as conjunturas política e econômica”.

pelo conflito entre o conjunto da classe dominante e as classes trabalhadoras. A medida governamental de aumento de 100% do salário mínimo – na tentativa de conquistar um amplo apoio dos trabalhadores – jogou a burguesia industrial na oposição ao governo, criando uma unidade no interior da classe dominante para a ofensiva da burguesia mercantil de destituir o chefe de Estado. A radicalização da “política populista” foi uma resposta ao ascenso do movimento reivindicatório das classes trabalhadoras, determinado a partir da greve dos 300 mil em São Paulo, em março de 1953. Mas a burguesia industrial não estava disposta a aceitar as concessões ampliadas aos trabalhadores. No seio do movimento golpista, o capital mercantil tentava restaurar a sua hegemonia através do governo Café Filho (1954-55).²⁶⁰

Com Café Filho, a UDN voltou a ser governo. A composição ministerial revela a predominância de políticos udenistas ou partidários do golpe de 24 de agosto, sobretudo os chefes militares: Eduardo Gomes, na Aeronáutica; Amorim do Vale, na Marinha; Canrobert Pereira da Costa, na chefia da EMFA; e Juarez Távora, na Casa Militar. As Relações Exteriores, a Casa Civil e a Justiça couberam também a udenistas, Raul Fernandes, José Monteiro de Castro e Prado Kelly, respectivamente. Na área econômica, prevaleceram inicialmente simpatizantes udenistas, como Eugênio Gudín (Fazenda), Gouvêa de Bulhões (SUMOC) e Clemente Mariani (Banco do Brasil).

Do ponto de vista econômico, o governo Café Filho caracterizou-se por duas administrações com objetivos opostos: Gudín priorizava o ajuste interno através de uma política monetário-fiscal contracionista, enquanto Whitaker, em substituição ao primeiro, objetivava eliminar o “confisco” através de uma reforma cambial. A crise de liquidez gerada por contração do crédito bancário iria manifestar-se em 1954 com a liquidação de dois bancos paulistas e a subsequente corrida aos pequenos e médios bancos, resultando em operações de redesconto de emergência, fato que seria repetido em 1955. Nos setores produtivos, a ausência de liquidez era ainda mais séria, a julgar pela substancial elevação do número de falências e concordatas no Rio de Janeiro e São Paulo. Observa-se também significativa queda na formação bruta de capital fixo do setor privado e do governo, que se reduzem em 15% e 8%, respectivamente. Tal fato, aliado à diminuição de cerca de 25% nas

²⁶⁰ A principal referência para a análise da crise de 1954 é o trabalho de Armando Boito Jr., *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, citado.

importações de bens de capital, indica ter havido razoável contração dos investimentos em 1955. Como nota um analista, “não fosse a curta duração do programa de estabilização de Gudin, ter-se-ia registrado uma significativa queda do nível de atividade industrial”.²⁶¹ Com a mudança do ministro da Fazenda, houve um abrandamento da política monetária, não requerendo mais aos bancos o depósito de metade dos próprios depósitos na SUMOC, alteração de política creditícia que levou, em maio de 1955, a que o último membro da equipe (Bulhões) comprometida com o programa antiinflacionário de Gudin abandonasse, em protesto, o cargo de diretor da SUMOC. O novo ministro, Whitaker, tentou uma reforma cambial que eliminasse o confisco sobre a lavoura, mas não conseguiu aprová-la e, por isso, deixou o governo.

Tendo chegado ao poder, via UDN, o capital mercantil não logrou mantê-lo, vencido pelas condições da conjuntura econômica e pela eficiência política do PSD. Nas eleições de 1955, Juscelino (PSD) e Goulart (PTB) vencem os candidatos apoiados pela UDN, Juarez Távora e Milton Campos, com o candidato do PSD obtendo 36% dos votos contra os 30% do candidato da UDN.

6. O declínio econômico

O equilíbrio político, após 1930, entre a burguesia industrial e a mercantil se faz em um terreno econômico em que a mercantil perde, progressivamente, posição relativa.

A taxa média anual de crescimento da agricultura de exportação passou de 3,1% entre 1929-33 para 1,2% entre 1933-39.²⁶² A participação das exportações de produtos agrícolas na renda interna diminuiu de 10,5% em 1947 para 8,5% em 1954 e 5,7% em 1960.²⁶³ Da mesma forma, o impacto das exportações de produtos agrícolas no total da produção agrícola caiu de 39,0% em 1947 para 28,5% em 1954 e 20,3% em 1960.²⁶⁴ Durante a década de 30, a parcela do café, principal produto de exportação, no PIB brasileiro passou de 10% para menos do que 5%.²⁶⁵ Entre 1947 e 1965, a porcentagem das exportações de café no PNB (Produto Nacional Bruto) varia decrescentemente: 1947/49,

²⁶¹ Demosthenes Madureira de Pinho Neto, “O interregno Café Filho: 1954-1955”. In Marcelo de Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Citado, p. 157.

²⁶² Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. IPEA, Rio de Janeiro, Série Monográfica, n° 10, 1973, p. 180.

²⁶³ Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983, p. 31.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 31.

²⁶⁵ Cf. Edmar Bacha, *150 anos de café*. Citado.

4,8%; 1956/59, 2,8%; 1960/62, 1,9%; 1963/65, 1,7%.²⁶⁶ O café brasileiro tinha uma participação média nas exportações mundiais de 54,7% entre 1930-39 e caiu para 43,4% entre 1950/59 e para 37,5% entre 1960/62.²⁶⁷

Do lado das importações, o capital comercial também perde posição. A participação das importações na oferta total de bens e serviços passou de 6,6 % em 1957 para 4,4% em 1964,²⁶⁸ com a pauta das importações se alterando significativamente: as manufaturas, que representavam, em 1950, 53,4% das importações do país, caem para 17,1%, em 1965.²⁶⁹

No mercado interno, o capital mercantil (controlador da produção primária) perde espaço para o capital comercial (subordinado à produção industrial). Assim, as exportações de São Paulo - polo econômico-, relativas aos gêneros alimentícios e às matérias-primas, que em 1930 representavam 25% das exportações para o resto do país, em 1968 eram de apenas 16%, enquanto as de produtos industrializados (insumos e bens finais) passaram de 75% para 84%.²⁷⁰

O declínio econômico do capital mercantil deve-se, em parte, à sua perda de hegemonia política a partir da «revolução de 1930». As políticas do Estado, sob a influência dos tenentes nacionalistas, deixaram de privilegiar os interesses dos setores de exportação/importação, sendo exemplo a política de defesa dos preços, que se volta também para os produtos destinados ao mercado interno, como o açúcar, a borracha, o óleo de babaçu. A preocupação com a independência econômica levou à formulação de políticas de estímulo às indústrias de base e a busca de equilíbrio no balanço de pagamentos incentivou a substituição de importações de produtos manufaturados.

A corrente dos tenentes nacionalistas tem um significado simultaneamente militar e burguês. Do ponto de vista militar, os tenentes dão continuidade a uma tendência do Exército brasileiro de intervir na vida política, uma vez que o processo de modernização e profissionalização da organização não acarretou o seu apoliticismo, como teria se dado nos países europeus. Haveria uma tendência secular das classes dominantes brasileiras para usar o Exército – ou segmentos dele – como recurso político para a obtenção ou manutenção do

²⁶⁶ Cf. Edmar Bacha, “O papel do café na economia brasileira: do pós-guerra a meados dos anos 60”. Citado.

²⁶⁷ José Ribeiro Araújo Filho, *op. cit.*, p. 144.

²⁶⁸ W. Baer, *op. cit.*, p. 210.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 202.

²⁷⁰ Wilson Cano, *op. cit.*, p. 251.

poder (o militarismo civil).²⁷¹ Assim, “a definição funcional do grupo militar leva-o a ver o Estado como a expressão suprema da Nação; e, enquanto categoria profissional institucionalmente encarregada de assegurar a soberania do Estado, o grupo militar tende a interpretar sua própria degradação profissional e social como indício de um ultraje à Nação”.²⁷²

Do ponto de vista social, os tenentes nacionalistas, pela sua origem social, aparentavam representar os interesses da baixa classe média – expressos em uma industrialização não monopolista nacional. Na realidade, a corrente tenentista sustentava, à medida que não criticava tal objetivo, uma industrialização baseada na grande empresa nacional. Nelson Werneck Sodré assinalou o conteúdo social da ação tenentista: a partir dos anos 20, a pequena-burguesia, destacando-se os jovens oficiais revoltosos, exerce o papel de “vanguarda aguerrida da ascensão política lenta da burguesia”.²⁷³ Os tenentes nacionalistas defendiam um programa, nem sempre explícito (mas em algumas ocasiões eles foram obrigados a apresentar as suas demandas, como aconteceu com o Clube 3 de Outubro, em 1931), de transformar a burguesia industrial brasileira numa verdadeira burguesia nacional. Essa plataforma política implicava a ruptura com o modelo da economia agroexportadora em que dominava o capital mercantil.

²⁷¹ Cf. Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, s/d, especialmente cap. IV: tenentismo, exército e sociedade.

²⁷² Décio Saes, *Classe média e sistema político no Brasil*. T. A. Queiroz, São Paulo, 1984, p. 71.

²⁷³ Nelson W. Sodré, *O tenentismo*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985, p. 20.

CAPÍTULO IV : A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

1. Uma fração pré-capitalista e subordinada no interior do bloco no poder

Caio Prado Jr. foi um dos principais contestadores de que as relações de produção dominantes no campo brasileiro, após a Abolição da escravidão, fossem de natureza pré-capitalista. Para ele, o *colonato* e a *moradia* – onde o trabalhador recebe um lote de terra para produzir em parte os bens de sua subsistência - seriam formas disfarçadas de trabalho assalariado. O seu argumento é que, em última análise, “o que se apresenta no terreno das relações de proprietários e trabalhadores da agropecuária brasileira é um mercado livre de trabalho”.²⁷⁴ Essas relações de trabalho seriam “formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza”.²⁷⁵ Porém, Prado Jr. reconhece que as práticas do “barracão” (obrigação de comprar ou vender produtos no armazém do patrão) ou do “cambão” (dias de trabalho gratuito ao patrão), amplamente difundidas, são reminiscências pré-capitalistas, ou seja, formas de sujeições pessoais que “contaminam” as relações de trabalho livre.

Autores como Décio Saes, Jacob Gorender e José de Sousa Martins elaboraram argumentos no sentido de caracterizar as relações de trabalho no campo brasileiro, após a Abolição, como de natureza pré-capitalista. Saes trata, em primeiro lugar, de indicar que a transição direta do modo de produção escravista para as relações de produção capitalistas está excluída, medeando-as as relações de produção servis. É que as forças produtivas escravistas não abrem a possibilidade do produtor direto auferir sua subsistência no mercado, dado o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

“O fato de, no quadro das relações de produção servis, o produtor direto (= camponês dependente) poder acumular algum lucro – o que praticamente não se dá no escravismo – permite o desenvolvimento de uma agricultura de alimentos e de uma produção artesanal. Ora, sem a existência prévia dessas, a massa dos produtores diretos não pode se transformar em trabalhadores assalariados, isto é, em vendedores de sua força de trabalho e, simultaneamente, em compradores de sua subsistência no mercado”.²⁷⁶

²⁷⁴ C. Prado Jr, “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In *A questão agrária*. Brasiliense, São Paulo, 5ª. edição, 2000, p. 66.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 66.

²⁷⁶ D. Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1985, p. 208.

Em segundo lugar, Saes argumenta que o *colonato* e a *moradia* não são formas de trabalho assalariado.

“Se o produtor direto (colono) produzia diretamente *uma parte* dos seus meios de subsistência, isso significa que, com o salário recebido, o produtor direto comprava no mercado apenas *uma parte* dos seus meios de subsistência. Nesse caso, a forma-salário (troca entre iguais) não se impunha ideologicamente ao produtor direto; este, ao produzir diretamente *parte* dos seus meios de subsistência, tinha inevitavelmente consciência de que realizava, de um lado, *trabalho necessário* e, de outro lado, *trabalho excedente*. Ou seja, o caráter restrito do salário, no colonato, impedia que a remuneração do colono em dinheiro produzisse o efeito de ocultar a este a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente”.²⁷⁷

Para Gorender, no Brasil pós-abolicionista, era impraticável, imediatamente, uma remuneração inteiramente monetarizada da mão de obra agrícola, sobretudo porque faltava ainda um “exército rural de reserva” e “sem ele, sem ter esse exército de desempregados flutuantes, o aumento da demanda de braços elevaria os salários e frearia a viabilidade da plantagem nas novas condições pós-escravistas”.²⁷⁸ Por sua vez, Martins aponta que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar. E acrescenta: “se o trabalhador produz diretamente ao menos uma parte dos seus meios de vida, destrói o caráter salarial da sua remuneração”.²⁷⁹

Um indício de que a grande propriedade fundiária pré-capitalista possui uma condição subordinada no interior do bloco no poder são as derrotas de reivindicações estratégicas dos seus setores mais importantes: café, cana-de-açúcar, cacau, algodão e borracha.

Com relação ao café, em fins de 1930, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) pleiteia medidas amplas: propaganda para o incentivo do seu consumo, créditos, proibição da exportação de tipo inferior e de plantio de novos cafezais no Brasil e no exterior, redução de tarifas alfandegárias, diminuição das taxas sobre o produto e compra de estoques. No entanto, o governo federal só atendeu à última das reivindicações: o decreto de 11 de fevereiro de 1931 permitiu ao governo cobrar taxa sobre o pé de café e o direito de retenção

²⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 212.

²⁷⁸ J. Gorender, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In J. P. Stédile, *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 25.

²⁷⁹ J. S. Martins, *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 4^a. ed., 1990, p. 19.

para si de 20% do café exportado. Para o governo, o que interessava era o “equilíbrio estatístico”, isto é, a venda da maior quantidade do produto, pouco importando o valor. O que contava, ao invés de preços, era a ampliação do mercado e a diminuição dos estoques. Chamada de *política agressiva*, essa diretriz foi combatida pela SRB e outras associações: “o que se faz é exigir do governo continuidade de medidas de valorizações dos preços”.²⁸⁰

Uma das questões de conflitos entre, de um lado, os produtores de café e, de outro, o governo é a da *cota de sacrifício*. O governo, desde 1931, compra, retém, queima e vende o café. Ele não só impõe os preços e o embarque, mas cobra dos agricultores uma taxa, que é a cota de sacrifício ou cota de equilíbrio. A continuidade da política de sacrifício leva os grupos agrários paulistas a protestarem: uma “Comissão de Lavradores” manda Memorial ao Presidente da República contrário à política de baixa de preços e à cota de sacrifício. A resposta do Departamento Nacional do Café (DNC) acentua a necessidade da cota de sacrifício, suas finalidades e a razão da alta de preços beneficiar os concorrentes estrangeiros. No começo de 1940, os protestos contra a cota de sacrifício se fazem ouvir no IV Congresso dos Lavradores e as reivindicações dos paulistas ao governo continuam a ser feitas. Em 1943, a questão de preços se torna mais premente, devido à inflação, à guerra e à fixação de preços, sem dizer da geadas tardias, em setembro, prejudicando os cafezais. Baseada nesses argumentos, uma Comissão de Agricultores fala pessoalmente com Getúlio Vargas e lhe pede a supressão da cota de sacrifício, o financiamento para custeio por três anos e a elevação do preço-ouro de 13 para 17 cents. O governo federal determina que continuam a vigorar as resoluções do Convênio Cafeeiro daquele ano (31/05/1943), menos na imposição da cota de 15% para a safra de 1943/44. O VII Congresso da Lavoura, de janeiro de 1945, conclui que, passados 14 anos, nenhum dos outros países foi eliminado como concorrente e o Brasil não aumentou a venda dos seus cafés. Depois de outras críticas, os produtores voltam a afirmar a tese de defesa de preços e pretendem a extinção do DNC.

Reunido de 15 de fevereiro a 15 de março de 1945, na sede do DNC, especialmente convocado, o Convênio Cafeeiro, composto dos representantes dos governos, da lavoura e do comércio dos estados produtores do país, dando por findos seus trabalhos, assinou sua ata datada de 15/3/1945, na qual se consubstanciam as resoluções a que chegaram aqueles

²⁸⁰ Edgard Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*. Difel, São Paulo, 5^a. ed., 1988, p.27.

representantes. Acontece, porém, que o decreto-lei nº 7.623, de 11 de junho de 1945, que deveria aprovar essas conclusões pelo governo federal, substituiu, prorrogou e suprimiu várias das disposições do referido Convênio, modificando-o inteiramente. Consoante os resultados do Convênio Cafeeiro, a lavoura de São Paulo deveria receber do DNC: a) um prêmio de Cr\$ 65,00 por saca das safras de 1944/45 e 1945/46, contra registro do “conhecimento de embarque” do café, que foi transferido para o comércio na data de exportação nos portos; b) um auxílio, para restauração dos cafezais, de Cr\$ 0,60 por cafeeiro formado e em produção, por meio de empréstimo sem juros, o que foi suprimido do decreto-lei. Ainda de acordo com o Convênio, o DNC deveria se extinguir a 30 de junho de 1946, com um prazo extra para liquidação final fixado até 31/12/1946, prorrogado pelo decreto para 30 de junho de 1947. O presidente da SRB, Antônio de Queiroz Telles, manifestou o protesto da entidade:

“julgando que os interesses da classe foram grandemente prejudicados pelo decreto em apreço, pois considerávamos que as resoluções do Convênio constituíam matéria assente e isenta de possível controvérsia em ser modificada, estabelecendo direito adquirido dos fazendeiros, não nos é possível estar de acordo com semelhante situação”.²⁸¹

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CCAI) do Banco do Brasil não resolveu o problema do crédito agrícola não só por não fornecer crédito na quantidade suficiente, segundo a expectativa da lavoura cafeeira, mas também por não dispor de meios “baratos e eficientes” para a avaliação da capacidade creditória dos produtores. Em 1952, a CCAI elevou de meio por cento para um por cento a taxa de fiscalização cobrada sobre os financiamentos aos agricultores, o que significou, segundo o presidente da SRB, Luiz Piza Sobrinho, “uma injusta sangria para os agricultores, que já lutam contra uma série enorme de fatores adversos às atividades rurais”.²⁸² Em Memorial da SRB enviado ao Ministro da Fazenda, em 1959, foi apontada a insuficiência creditícia do Banco do Brasil para a lavoura cafeeira, acrescentando o documento que “nada explica essa atitude restritiva do principal órgão bancário do país em relação a um produto que oferece as maiores garantias para empréstimo e para cuja assistência, por razões de interesse público, deve haver a maior mobilização possível de crédito”.²⁸³

²⁸¹ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, nº 304, 1945, p. 22.

²⁸² SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, nº 373, 1952, p. 12.

²⁸³ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, nº 464, 1959, p.40.

Outro assunto de importância para a lavoura cafeeira era a política cambial. Queixava-se o produtor de que o governo, convertendo obrigatoriamente o preço do café em dólar por cruzeiros à taxa fixa de 18,38 por dólar, quando este efetivamente valia mais de quarenta cruzeiros, confiscava-lhe pelo menos metade do valor de sua venda. Tudo que o agricultor comprava era a preço do mercado negro, mesmo os produtos estrangeiros indispensáveis às suas atividades e, embora fossem as cambiais de exportação oriundas quase exclusivamente da venda de produtos agrícolas, em primeiro lugar o café, a CEXIM (Carteira de Exportação e Importação) negava essas divisas à agricultura e as fornecia à indústria. Assim, a produção industrial auferia as vantagens de uma importação barata dos produtos indispensáveis à sua fabricação e vendia caro, graças às possibilidades de alcançar preços elevados num mercado de pouca concorrência. A liderança cafeeira era favorável a que se estabelecesse uma taxa única de câmbio e se propugnasse por todas as formas pela sua defesa ou estabilização. A SRB, por meio de sua Diretoria e Conselho Consultivo, concitava o governo:

“a estudar, por intermédio de seus técnicos no assunto, e com a assistência da lavoura cafeeira, que é a classe que produz a maior parte das cambiais, a possibilidade de encontrar o nível da taxa cambial que correspondendo à realidade econômica do país, igual para todos e estável, seja capaz de assegurar a prosperidade geral”.²⁸⁴

A Vª Conferência Rural Brasileira, realizada em 1958, sugeriu a abolição do “confisco cambial”, depois de “estudos especializados para encontrar o processo mais adequado e capaz de sua eliminação sem provocar abalos e desequilíbrios”.²⁸⁵ Segundo o presidente da SRB, Renato da Costa Lima, em nome de uma maior receita cambial, que possibilitasse uma mais rápida industrialização do país, “vimos insistindo em manter preços externos tão altos que permitem o desenvolvimento de culturas concorrentes em outros países da América Latina e da África e nos obriga uma permanente e progressiva renúncia no abastecimento do mercado mundial”.²⁸⁶ Para o diretor do Departamento do Café da SRB, Plínio Cavalcanti de Albuquerque, no terreno da melhoria qualitativa do café brasileiro nada se poderia fazer enquanto o governo continuasse a confiscar parte muito

²⁸⁴ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 413, 1955, p. 23.

²⁸⁵ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 441, 1958, p. 7.

²⁸⁶ Cf. SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 449, 1958, p. 6.

sensível da renda do produtor através do regime do câmbio.²⁸⁷ Em 1961, o novo presidente da SRB, Alkinder M. Junqueira, reclamava: “o que se constata é que a cafeicultura brasileira está sofrendo mais com as medidas governamentais do que a cafeicultura dos outros países concorrentes”.²⁸⁸

No setor açucareiro, a Usina, progressivamente transformada no único mercado possível para a produção da cana-de-açúcar, dispunha de condições propícias para impor o preço da cana. “Inexistindo qualquer regulamentação jurídica sobre a questão, o preço da matéria-prima é o resultado, antes de tudo, da posição de força em que se encontram as usinas, em razão do seu monopólio sobre a fabricação do açúcar”.²⁸⁹ A tendência do comércio era, por conseguinte, fixar o preço da cana sobre a base do preço do açúcar, um mecanismo que constitui a forma pela qual as usinas transferem os riscos da exploração agrícola aos fornecedores que, por esse meio, assumem os prejuízos das oscilações do preço do produto. Os fornecedores proprietários, a fim de passar adiante os riscos que as próprias usinas lhe transferiam, reservavam, assim como elas, parte de suas terras para o aluguel a pequenos plantadores. Neste caso, é ao fornecedor, proprietário da terra em que trabalha, que o lavrador deve uma renda fundiária, em geral da ordem de 50%.

As divergências com os usineiros acentuam-se na medida em que as próprias usinas sofrem o impacto da política de preços do açúcar, agravada na década de 30, e transferido aos demais plantadores de cana. O Centro de Fornecedores, em Pernambuco, argumentando o direito de propriedade e sua tradicional participação na lavoura da cana, solicita o arbítrio do Estado para a definição de uma nova tabela de preços, mais conforme com a realidade dos custos da produção agrícola. O interventor federal em Pernambuco estabelece uma tabela de preços e outras condições de fornecimento da cana (Decreto nº 111 de 23 de janeiro de 1932).

Argumentando a irregularidade do fornecimento pelos plantadores e a necessidade de modernizar o setor agrícola, as usinas começam, desde 1933, a expulsar os fornecedores-meeiros que trabalham em suas terras. Interessados em ampliar o impacto de sua própria reação, os fornecedores proprietários solidarizam-se com os rendeiros, encaminhando ao

²⁸⁷ Cf. SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, nº 469, 1960, p.14.

²⁸⁸ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, nº 478, 1961, p. 4.

²⁸⁹ Maria de Nazareth Baudel Wanderley, *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, p. 71.

Sindicato dos Usineiros uma proposta de solução, na qual solicitam que dois terços das propriedades das usinas sejam obrigatoriamente arrendados e que os contratos de fornecimento tenham um caráter oficial, passados em escritura pública. Essa proposta ficará sem efeito, e o próprio governo de Pernambuco apoia os usineiros, estimulando as suas sugestões de modernização.

Percebendo a inviabilidade de uma solução satisfatória a nível estadual, os fornecedores dirigem-se ao governo federal. Definindo-se como “pequenos proprietários” ameaçados pela usina, retomam o argumento da dimensão social do problema. O Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933, não poderia ser indiferente aos interesses dos fornecedores de cana, até porque dois textos legais consubstanciam a política adotada: a Lei nº 178, de 9 de janeiro de 1936, e o Decreto-Lei nº 3.855, de novembro de 1941 (Estatuto da Lavoura Canavieira). A partir da Lei 178, a usina é obrigada a utilizar “cana adquirida aos lavradores seus fornecedores, em quantidade correspondente à média do seu fornecimento no quinquênio antecedente ou no período de tempo menos dilatado em que se fizeram tais fornecimentos” (Artigo 1º).²⁹⁰ O Estatuto da Lavoura Canavieira, por sua vez, acrescenta que a contribuição dos fornecedores não pode ser inferior a 40% das necessidades de matéria-prima das usinas. Com a aplicação desta legislação, a tensão tende a diminuir. Mas o domínio das usinas é cada vez maior sobre os produtores de cana.

A economia do cacau, no sul da Bahia, estruturou uma sociedade que formava um bloco de classes dominantes de grandes produtores e grandes comerciantes. No outro extremo da sociedade regional, achavam-se os “burareiros”, pequenos proprietários que pouco diferem, em renda e situação social, dos trabalhadores rurais (trabalhadores de enxada, contratistas, etc.).²⁹¹

O senhor da terra é o fazendeiro. Os “coronéis”, senhorios de ricas plantações, não residem na zona rural; preferem a vida da cidade – Ilhéus, Itabuna, Salvador – e deixam a fazenda aos cuidados do administrador. “Trata-se de um tipo humano quase desconhecido da massa de trabalhadores que mourejam no cacau. Surge vez por outra, periodicamente, dir-se-ia, para aquilatar de perto a abastança que aguarda resgate”.²⁹² Os grandes

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 80.

²⁹¹ Cf. J. A. Diniz e A. C. Duarte, *A região cacauífera da Bahia*. Sudene, Recife, 1983, p. 39.

²⁹² Manuel Nunes Dias, *Para a história do cacau na economia atlântica*. Museu Paulista, São Paulo, 1974, p. 60.

fazendeiros nunca possuem apenas um cacau, mas até uma dezena deles, dispersos em diferentes municípios.

Até mais ou menos a segunda metade da década de 60 existia, de forma mais ou menos intensa, a figura do “contratista”, com quem o proprietário fazia um acordo para a formação do cacau em troca do direito de cultivar lavouras de subsistência entre as linhas de mudas de cacau, recebendo também um pagamento em moeda por “pé que vingasse”. A moradia desse trabalhador também era na fazenda.

“O exportador e o banqueiro completam os tipos humanos regionais. Ambos são medianeiros. Participantes persuasivos e poderosos, operam com dinheiro. Sabe-se que não são os lavradores que exportam o produto de suas safras. Para isso existem firmas que manobram à distância, como verdadeiros bancos e prestamistas, adiantando aos agricultores certas importâncias antes da safra, mediante a garantia da entrega de determinada porção de cacau”.²⁹³ O crédito mais fácil oferecido na região – em contrapartida, mais onerado – provinha de comerciantes, que obtinham duplo proveito das operações: o juro altíssimo, em alguns casos até 48% ao ano, e ainda a possibilidade de se apropriarem das propriedades insolventes, aliás um dos instrumentos mais eficazes no processo de concentração das terras do cacau. Não conseguindo interferir nos preços do mercado externo, o comerciante buscava a maior margem de lucro no menor “preço chão” que oferecia pelo produto.²⁹⁴

O sistema produtivo se implanta como “um conjunto de ações sem coesão ou articulação interna, fenômeno esse que se torna evidente, desde a constituição da propriedade aos mecanismos improvisados de crédito, desde a persistência do uso de técnicas rudimentares e inadequadas até o desconhecimento dos mais rudimentares mecanismos da comercialização do produto a nível interno e externo”.²⁹⁵ Desse elenco de fatores negativos resultava, para os produtores, uma situação de dependência continuada, expressa em vários níveis.

O setor da comercialização, por sua vez, considerado nos níveis interno e externo, estruturava-se em bases já mais estáveis, criando e fortalecendo o tipo de dependência entre

²⁹³ Idem, *ibidem*, p. 62.

²⁹⁴ Cf. Angelina N. R. Garcez e Antônio F. G. Freitas, *Bahia cacauera: um estudo de história recente*. UFBA, Salvador, 1979, p. 26-27.

²⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 30.

produção e comércio de cacau. Num primeiro momento, tal setor situava-se melhor para interferir inclusive nas reivindicações dos produtores, dirigindo-as de modo a não interferir negativamente nos interesses do comércio, daí que mesmo nos assuntos que interessavam mais diretamente à produção as reivindicações eram formuladas pelas Associações Comerciais.

Na crise de 1929, a retração dos mercados e a queda dos preços determinaram um baque acentuado no volume dos negócios. As exportações de cacau da Bahia, no ano de 1928, apresentaram um volume total de 70.903 toneladas, no valor de 145.488 contos de réis, e no ano de 1930 foram exportadas 64.107 toneladas, no valor de 87.630 contos de réis. No caso do comércio, encontrava-se um meio de transferir para o produtor uma parcela considerável dos prejuízos causados pela diminuição do volume das transações no mercado externo. Os preços pagos pelo cacau no mercado interno passaram a ser cada vez menores e mais defasados das cotações do mercado externo, estas já muito baixas. É obvio que o agravamento da extorção sobre o produtor produz uma reação, que leva ao fortalecimento da coesão interna da fração de classe. “As reivindicações conjuntas – comerciantes e produtores -, obtendo como resposta dos poderes públicos medidas que se inclinam nitidamente para favorecerem os interesses do comércio, não são mais aceitas pelos representantes da classe produtiva, que permanecia desassistida pelo Governo e cada vez recebendo menor remuneração pelo seu trabalho produtivo”.²⁹⁶ No fim da década de 20, foi criada a Associação dos Agricultores de Ilhéus.

A instabilidade econômica, em 1930, refletia-se perigosamente no ambiente social. Os lavradores endividados, na iminência de perderem as suas propriedades, revoltavam-se e ameaçavam queimar as plantações, de preferência a entregá-las a seus credores. A ameaça de um colapso da atividade produtiva, que à época comandava a receita de divisas da Bahia, fez valer sua força no sentido de mobilizar a ação oficial para resguardo do próprio equilíbrio financeiro do Estado. Dessa maneira, foi criado em 8 de junho de 1931, pelo Decreto Estadual nº 7.430, o Instituto de Cacau da Bahia (ICB). Organizado sob a forma cooperativa, assente na base de assistência mútua entre lavradores e o governo do estado da Bahia, o ICB criou uma Carteira Hipotecária, concedendo créditos necessários à aquisição de sementes e utensílios agrícolas. Fundado para saldar dívidas e fazer empréstimos aos

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 34.

lavradores, o Instituto garantiu-se com uma parte da safra em fruto, agindo, assim, como regulador dos preços. Criou-se ainda a Carteira Comercial, operadora nos mercados internos e externos e garantidora de preços mínimos.

Numa fase de realizações efetivas do ICB, surgem as insatisfações e instala-se um processo de desgaste do seu prestígio junto ao setor produtivo. Dizia Altino Serbeto de Barros, um dos líderes da fração produtora que “cooperar é obstar que o povo veja, suspeitosamente, a atuação do Instituto como simples casa bancária, com acentuadas tendências comerciais”.²⁹⁷ Já em 1939, as Associações dos produtores apelam ao Presidente da República, denunciando a inoperância do Instituto do Cacau e o não cumprimento dos seus objetivos de amparo à lavoura. Acusava-se a direção de vários erros, inclusive manter o Instituto sediado em Salvador, quando a sua missão deveria ser executada na região.

Apesar da retração do mercado internacional entre 1939 e 1945, fenômeno conexo com a Guerra Mundial, o volume de exportação brasileira de cacau não sofreu quebra acentuada. A perda dos centros consumidores europeus não foi grandemente sentida, dadas as vendas para os Estados Unidos – o melhor cliente do cacau brasileiro, engrossadas com as exportações para os países sul-americanos, notadamente para a Argentina. O período do conflito armado foi, todavia, caracterizado por outras perturbações. Além das dificuldades de transporte marítimo a distância e da retirada dos mercados consumidores europeus, houve a fixação, pelos Estados Unidos, de um preço-teto sobre o cacau, o que desencorajou os produtores brasileiros. Internamente, a Coordenação Econômica Federal concedeu ao ICB o monopólio de compra e venda da produção cacaueira, procedimento que desagradou aos lavradores e negociantes. Terminada a guerra, reiniciou-se a exportação para os países europeus e foi abolido, em 1946, o exclusivo de compra e venda do Instituto do Cacau. Anos depois (1949), foi, porém, restabelecida a prerrogativa de vendas externas, dentro de princípios de controle de preços mínimos a cargo da Comissão do Comércio de Cacau da Bahia, organismo criado em 19 de dezembro de 1949, mediante um convênio de todas as entidades exportadoras do estado, inclusive o próprio IBC.²⁹⁸

A década de 50 não se apresentou favorável para a lavoura do cacau. Tanto a nível interno – condições climáticas desfavoráveis, quanto externo – preços insatisfatórios,

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 38.

²⁹⁸ Cf. M. N. Dias, *op. cit.*, p. 49-50.

devidos em parte à entrada no mercado dos concorrentes produtores africanos, a produção ressentiu-se do baixo rendimento obtido pelos seus esforços nos últimos anos. Nos últimos meses de 1956, a situação da lavoura parecia insustentável: “um clima de inquietação generalizada ganha a região. Fala-se em reformulação do ICB. Pedem-se providências aos poderes públicos. Queima-se cacau em praça pública em sinal de protesto pelos preços baixos. Os produtores se organizam em movimento grevista com a participação ‘não só dos lavradores mas de elementos de todas as classes’”.²⁹⁹ Uma comissão de lavradores segue para o Rio de Janeiro para um pedido final às autoridades federais e a deflagração da greve aguardava apenas os resultados desse “derradeiro apelo”. O Presidente da República encarrega a Inácio Tosta Filho, ex-presidente do ICB, para focalizar a situação conjuntural naquela lavoura e propor medidas de encaminhamento de soluções adequadas.

O Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, elaborado por Inácio Tosta Filho, atendendo a indicação do governo federal, defende a tese de que “se tornava oportuno o abandono das, entre nós, proverbiais medidas de emergência, de caráter todo transitório e ocasional, para lançarmos os fundamentos de uma obra econômica de maior profundidade e longo alcance, visando assegurar a continuidade daquela nossa fonte de riqueza em bases mais sadias, garantindo-lhes a possibilidade de enfrentar a crescente competição internacional, ao tempo em que, para tal, se começasse por regularizar a atual desordenada situação financeira de um certo número de lavradores”.³⁰⁰

O decreto nº 40.987, de 20 de janeiro de 1957, institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira e cria o “Fundo Econômico Rural da Lavoura Cacaueira”, dotado de suporte financeiro à aplicação do Plano. “Nesse momento já aparece como preocupação do Governo federal definir uma política diretiva para a economia cacaueira, fugindo ao sistema tradicional de medidas fragmentadas e de caráter puramente emergencial”.³⁰¹ Ao conduzir uma política por excelência voltada para os interesses do grande capital e, conseqüentemente, uma política modernizadora da agricultura, o Estado cria a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), uma forma de intervenção avançada para dar respostas às crises que atravessava a cacauicultura. Esse órgão foi concebido para ser um agente eficiente de intervenção, com autonomia financeira

²⁹⁹ A. N. R. Garcez e A. F. G. Freitas, op. cit., p. 43.

³⁰⁰ Idem, ibidem, p. 44.

³⁰¹ Idem, ibidem, p. 44.

e administrativa, assegurada mediante um dispositivo de retenção cambial pelo qual o Estado apropria-se de 10% do valor das exportações em bagas e industrializados.³⁰²

Para fortalecer o sistema de comercialização e normalizar as vendas, o governo federal determina a intervenção da CACEX (Carteira do Comércio Exterior), que passa a exportar diretamente, obtendo com isso melhores cotações para o produto e, através da CEPLAC, realiza a operação financeira chamada de “composição das dívidas” dos lavradores. O lastro financeiro mais sólido para a execução de um programa mais amplo foi fornecido à CEPLAC com os recursos provenientes da retenção anual de 15% do valor da receita cambial do cacau exportado em amêndoas e 5% sobre a exportação de produtos derivados, conforme o decreto federal nº 539, de 23 de janeiro de 1962. Dessa maneira, estabelecia-se uma receita permanente e protegida dos desgastes inflacionários, para operar com mais eficiência no “amparo à lavoura”. Como a medida não agrada a todos, surge uma resistência à taxa de retenção, destinada a sustentar o programa da CEPLAC, sendo ela a maior causa da grande maioria das manifestações contrárias ao órgão, durante seus anos de vida, porquanto foi recebida como mais um ônus sobre a lavoura.³⁰³

Há evidências de que a CEPLAC concorreu para o fortalecimento da cacauicultura empresarial, deixando espaço para o processo de concentração de capital e de renda que já se verificava antes mesmo de sua criação, em 1957. Surgida como tentativa de restabelecimento do equilíbrio econômico e das finanças dos produtores do cacau, centrando suas ações nas áreas de crédito, assim se mantendo até 1963, a Comissão Executiva deu início, desde 1959, às primeiras tentativas de financiar o aperfeiçoamento técnico na área de métodos de cultivo e de beneficiamento do cacau. A partir de 1962, a Comissão passa a atuar para promover a racionalização da economia cacaueteira, através de uma programação integrada de longo alcance que atingisse a produção agrícola, a comercialização, a infraestrutura e o desenvolvimento regional.³⁰⁴ Mas nem sempre foi tranquilo o reconhecimento do papel da CEPLAC como órgão modernizador, a serviço do grande capital, pois de sua criação até princípios da década de 60, era vista pelos fazendeiros como um órgão que realizava um confisco cambial e com os recursos daí

³⁰² Cf. Amílcar Baiardi, *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. Hucitec, São Paulo, 1984, p. 116.

³⁰³ Cf. A. Garcez e A. Freitas, op. cit., p. 44-45.

³⁰⁴ Cf. J. Diniz e A. Duarte, op. cit., p.155.

resultantes financiava a atividade de um grupo de “burocratas” e técnicos com ação bastante questionável.³⁰⁵

O algodão, na primeira metade do século XX, não era uma cultura do pequeno lavrador independente, mas do plantador que contratava parceiros ou rendeiros e dependia do capital comercial não apenas na hora de vender sua produção, mas na definição mesma do seu cultivo.³⁰⁶ Uma publicação oficial do governo de São Paulo, em 1940, descrevia essa situação de dependência, ligada ao financiamento da produção:

“Os representantes do *trust*, maquinistas ou simples compradores, passam a ser os financiadores do produtor nas seguintes condições: emprestam, digamos, 5 contos por mil arrobas de algodão em caroço da safra em perspectiva, a juros de 1% ao mês, mediante nota promissória vencível a 90 dias, em regra. Recebida a nota promissória de cinco contos, o maquinista entrega ao lavrador interessado 3:850\$000, fazendo um desconto imediato não só dos juros combinados (150\$) como de mais 1\$ por arroba a receber, ou seja, 1:000\$ sobre as mil arrobas financiadas, taxa imposta como condição do empréstimo e disfarçada como lucro da compra futura. Para o lavrador, pois, o crédito sai imediatamente onerado com 1:150\$000 por mil arrobas da safra ainda pendente. Como efetivamente ele só recebeu 3:850\$, aquela importância representa um ônus de 29,8% em três meses (90 dias) ou 119,2% ao ano, juros que o mais cínico dos agiotas teria vergonha de cobrar”.³⁰⁷

Para o cômputo das despesas, o fazendeiro leva em conta o preparo da terra, o custo da semente, a limpa da lavoura, o trabalho para a extinção das pragas, o preço do veneno, a colheita e o transporte do algodão em pluma, o valor da terra, os juros sobre o capital aplicado e sobre benfeitorias, etc. Daí a luta constante e a reclamação permanente contra os preços, que quase nunca cobrem os gastos, principalmente nas zonas de baixo rendimento algodoeiro.

Em 1938, o II Congresso Algodoeiro de São Paulo tem como um dos itens do seu programa a questão da organização de uma entidade de classe. Surge, assim, a União dos Lavradores de Algodão (ULA), em 3 de janeiro de 1939, com Flávio Rodrigues na presidência e mais de 70.000 lavradores como associados. Em 1939, a ULA faz sua primeira tentativa de pressão, reunindo, em sua sede, representantes de várias as categorias

³⁰⁵ Cf. A. Baiardi, op. cit., p. 116.

³⁰⁶ Cf. Rui H. P. L. Albuquerque, *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. Hucitec, São Paulo, 1983, p. 246.

³⁰⁷ Nelson Vincenzi, *O algodão na economia brasileira*. CME, Rio de Janeiro, 1944, p. 35.

profissionais – agricultura, comércio – e redigindo Memorial ao chefe do Estado. Depois de reclamarem contra a expansão da venda do produto americano, quase um *dumping*, os lavradores falam das dificuldades do prazo do crédito, que é de seis meses, mas devido a certas circunstâncias se limita a três ou quatro, . Diante disso, e pleiteiam crédito direto ao lavrador, a prazo longo e juro não superior a 6%.³⁰⁸

A guerra, em setembro de 1939, traz pânico a todos e as medidas do governo tentam suavizar-lhe as consequências. Mas o problema surge com a safra de 1940, prejudicada pela chuva excessiva. A quebra da qualidade da fibra e a perda da rama que cai no chão fazem com que os agricultores peçam moratória, que é denegada pelo Conselho Federal do Comércio Exterior. A pressão, então, passa a ser feita na base do financiamento do produto. Em maio de 1941, em plena safra, a cotação do algodão baixa. Apesar da melhora de preço internacional, devido à demanda de mercadorias, internamente é o governo o único a sustentar o preço, através do financiamento instituído meses antes, embora, no interior, o preço médio por arroba varie entre 34\$000 e 36\$000, bem abaixo do estipulado pelo financiamento oficial. Quem ganha com isso são os intermediários que, depois de comprarem quase todos os estoques, conseguem financia-los por 45\$000. Diante disso, na Reunião de Lavradores de Algodão, em Marília, pede-se que o governo, através do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo, financie o produto e dê incentivo aos produtores, para que limpem o algodão, independentemente das máquinas de beneficiar.³⁰⁹ Um documento de representantes do setor algodoeiro, em 1941, elabora o seguinte diagnóstico:

“na parte financeira é que estamos distanciados de quase todos os grandes competidores. No Egito, o governo britânico adquiriu as últimas safras pelo preço-mínimo de 90\$000 a 100\$000, por arroba de 15 quilos. No Peru e na Argentina, o ‘Banco de Reserva’ e o ‘Banco de la Nacion’ garantem assistência financeira, sem restrições ampla e acessível aos pequenos e grandes agricultores. Nos Estados Unidos, o mais importante produtor de algodão do mundo, o lavrador, ao semear a sua próxima safra, já sabe que terá uma assistência equivalente a cerca de 110\$000 por arroba de pluma ou 35\$000 de algodão em caroço, sem contar as subvenções indiretas, pela melhoria das terras”.³¹⁰

³⁰⁸ Cf. Edgard Carone, *O Estado Novo (1930-1937)*, citado, p. 54.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 55.

³¹⁰ Edgard Carone, *A Terceira República (1937-1945)*. Difel, São Paulo, 1976, p. 289.

Nesse sentido, os lavradores de algodão sugerem ao governo federal, dentre outras providências, que o problema do algodão –de caráter nacional – tenha a necessária garantia de preços, com um preço mínimo de 15\$000 por arroba de algodão em caroço, e um estímulo à expansão do crédito agrícola, por intermédio das organizações bancárias oficiais, estaduais e federais. Em janeiro de 1942, as reclamações crescem, os agricultores se reúnem e mandam representantes ao Rio de Janeiro, para falarem com Souza Costa, ministro das Finanças, e com Getúlio Vargas. Pede-se o aumento do financiamento do algodão em caroço, de 4\$000 a 5\$000, para 7\$000, e o estímulo ao combate à erosão e outras medidas de proteção à lavoura. O governo federal cede e, por decreto, estipula o financiamento na proporção de 80% sobre o preço básico de 45\$000 por arroba. Apesar da satisfação da medida, muitos agricultores querem do governo financiamento total, mas não obtêm resultado positivo.³¹¹ O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Vicente Figueira de Mello, dirigiu, em 1943, um documento ao governo federal com o seguinte teor, relativo ao preço de financiamento do algodão:

“dizem por aí os interessados em depreciar o trabalho da lavoura nacional, para assim melhor sugá-lo, que o preço de Cr\$ 80 por arroba para o algodão em rama tipo 5, no mercado de São Paulo, e do financiamento correspondente na mesma base, único elemento capaz de assegurá-lo, é demasiadamente alto, constituindo assim um pedido não razoável. Note-se, porém, o que vai pelo mundo, onde o algodão é um artigo que encontra cada dia novas aplicações. Note-se o que ocorre nos Estados Unidos, o maior produtor, com diferença acentuada sobre os demais, onde o preço do artigo é superior a Cr\$ 120,00 para igual tipo, ou seja, 50,00 a mais além do nível pedido pela lavoura paulista. (...)

A Sociedade Rural Brasileira, assim, pede licença para reafirmar a v. exa. o seu pedido, formulado em telegrama de 19 de fevereiro último, de elevação do financiamento oficial de algodão em rama, na base atual de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 80,00 e isto de um modo urgente para se evitar que os lavradores, premidos por dificuldades, vendam seu produto a intermediários, mais tarde. Nesse telegrama, a Sociedade Rural Brasileira, reafirmando idêntico pedido feito no ano transato, manifestou-se de inteiro acordo com a União dos Lavradores de Algodão que, no mesmo sentido, se dirigiu a v. exa.. (...)

Este caso, de que tratamos, não é assim somente um caso econômico. É um caso de justiça social porque forçoso é que desapareça a injustiça de muitos trabalharem para enriquecer

³¹¹ Idem, *O Estado Novo (1937-1945)*, citado, p. 55.

poucos. E, nesta situação, estão na realidade os lavradores de algodão, em face aos industriais e comerciantes do mesmo artigo”.³¹²

Embora, nos anos de guerra (1939-45), quem recebesse de 30% a 70% de todos os créditos à agricultura fornecidos pelo Banco do Brasil fossem “empresas de algodão”, eles continuavam a ser contabilizados como “créditos à lavoura”. Os resultados possíveis desse critério de “alocação de recursos” levaram a protestos dos plantadores.³¹³

Nos seus anos de existência, o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), de sua própria iniciativa ou por solicitação dos interessados, por várias vezes se ocupou dos problemas algodoeiros nacionais, encarecendo ao Presidente da República a adoção de providências que removessem os obstáculos à expansão do produto. Em resolução aprovada em plenário, em 28/12/1948, o CFCE diagnosticou que “a queda da produção algodoeira se deve à desorganização em que se encontra a lavoura respectiva, especialmente na região nordestina, com quase ausência da necessária assistência oficial ao produtor, como assinala o Plano Salte”.³¹⁴

Da viagem que efetuou às diferentes regiões nordestinas, o diretor da Seção de Plantas Têxteis do Ministério da Agricultura, Renato Gonçalves Martins, apresentou um circunstanciado relatório, onde põe em relevo a condição de desamparo em que se encontram as culturas algodoeiras. Após 18 meses de luta, a sua campanha por um plano algodoeiro do referido Ministério teve o seu desfecho no seguinte e sintético despacho presidencial, publicado no Diário Oficial de 6-7-1949: “*aguarde oportunidade*”.³¹⁵ A falta de um plano mais global de apoio à agricultura do algodão fez com que a crise dos anos 1950, gestada no nível dos esquemas de financiamento, passasse para a produção de algodão, declinando rapidamente, na década de 50, a área de plantio.³¹⁶

Sobre a borracha, as peculiaridades da atividade extrativista ensejavam, consoante o sistema do “aviamento”, um acentuado predomínio da atividade mercantil. Dadas as características sócioeconômicas da Amazônia, desenvolveu-se na região uma extensa cadeia creditícia cujos polos eram, de um lado, o extrator (seringueiro) e, de outro lado, as

³¹² Idem, *A Terceira República (1937-1945)*, citado, p. 295-300.

³¹³ R. H. Albuquerque, op. cit., p. 225.

³¹⁴ Renato G. Martins, *O drama do algodão brasileiro*. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1950, p. 94.

³¹⁵ R. Martins, op. cit., p. 95.

³¹⁶ Cf. R. H. Albuquerque, op. cit.

casas fornecedoras (aviadoras) e exportadoras. O constante fluxo dos gêneros necessários à atividade extrativa e do produto a ser exportado se alimentava do crédito pessoal, na maioria das vezes liquidado após a entrega da safra. Criou-se, assim, uma economia em que os principais recursos se concentravam no comércio exportador e importador, bem como nos serviços de transporte e financiamento dessas operações.³¹⁷

Do ponto de vista dos capitais envolvidos no extrativismo amazônico, o estímulo e desenvolvimento da indústria de artefatos de borracha no sul do país esteve longe de atender aos seus reclamos. Aos preços então vigentes, a venda da borracha crua para o mercado interno não apresentava qualquer vantagem em relação à exportação, o que significa dizer que o estabelecimento da atividade industrial, no sul do país, se fez de forma dissociada do extrativismo amazônico. O aprofundamento dessa dissociação constituiu a tônica dominante na evolução do setor gomífero. Com exceção de uma breve aliança em 1946, a incapacidade do extrativismo de reduzir custos de produção (a níveis compatíveis com os do mercado internacional) e de acompanhar a evolução do setor industrial culminaria em relações conflitantes, intermediadas pelo governo.³¹⁸

Alguns dos crônicos obstáculos da região acabaram sendo atacados pela ação governamental, ainda que de forma tímida e aleatória. Assim, além da tentativa de regulamentar as relações de trabalho entre seringalista e seringueiros, o Serviço Especial de Saúde Pública iniciou, na região, em julho de 1942, um programa de controle da malária, saneamento geral e assistência médica. Por outro lado, os órgãos governamentais passaram a fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringalistas, por preços reduzidos, evitando os intermediários, medida que, associada ao crédito estatal, poderia enfraquecer a tradicional estrutura do aviamento, razão pela qual sofreu tenaz combate das associações comerciais locais. Após um breve interregno, justificado pelas condições de emergência bélica, a ação governamental passou a operar através dos comerciantes da região, os quais o Banco de Crédito da Borracha já financiava com uma linha de crédito específica para aviadores.³¹⁹

Para alguns observadores mais próximos da realidade regional, a questão gomífera envolvia uma oposição dos seringalistas e aviadores aos planos governamentais de fomento

³¹⁷ Cf. Nelson P. A. Pinto, *Política da borracha no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1984, p. 23-24.

³¹⁸ Cf. Idem, *ibidem*, p. 88.

³¹⁹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 99.

à heveicultura. “Os projetos de heveicultura enfrentavam, no mínimo, a má vontade dos interesses envolvidos na atividade extrativa de borracha na Amazônia. Na verdade, o sucesso da heveicultura significaria, fatalmente, a extinção da arcaica e dispendiosa produção extrativista”.³²⁰ Quando, a partir de 1950, a aceleração do processo de industrialização no sul do país ressaltou o caráter estratégico da produção nacional da borracha, a composição de interesses que prevaleceu na formulação da política gomífera bloqueou o desenvolvimento da heveicultura, resultando na dispendiosa solução representada pela manutenção do extrativismo mercantil amazônico.

Esse quadro da agricultura brasileira permite afirmar que a grande propriedade fundiária tinha uma posição subordinada no bloco no poder, o que se expressa na consecução de uma política econômica que secundariza os seus interesses. Tal posição era sentida pela liderança ruralista, como manifestou o presidente da SRB, em 1951, Francisco Malta Cardoso, ao dizer que “é necessário e indispensável que a Nação consagre efetivamente o exercício de sua democracia econômica, abandonando uma vez por todas o probioso sistema de desprezo pela audiência das classes rurais”.³²¹

Há, porém, uma razão estrutural para a posição subordinada da grande propriedade fundiária pré-capitalista no interior do bloco no poder, que é a presença de uma estrutura jurídico-política de natureza burguesa. Tal estrutura – o direito burguês e o burocratismo – contribui para que a política do Estado se oriente prevalentemente no interesse da classe capitalista ou de suas frações de classe. No Brasil, entre 1930 e 1964, sob a dominância do Estado burguês (instaurado em 1888-1891), a subordinação da propriedade fundiária pré-capitalista se faz não diante do interesse de uma fração burguesa particular (industrial, comercial ou bancária), já que nenhuma delas detém a hegemonia política, mas em face do interesse da classe capitalista como um todo. Nesse sentido, a intervenção do Estado na agricultura, nessa época, busca, em última instância, o equilíbrio da “economia nacional” – balanço de pagamentos, inflação, etc, o que não exclui que, secundariamente, sejam atendidas pressões específicas das frações burguesas.

2. O serviço político-eleitoral em troca da preservação do latifúndio senhorial

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 120-21.

³²¹ SRB, *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 364, 1951, p. 20.

Victor Nunes Leal define o compromisso coronelício como “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.³²² A manifestação desse compromisso consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. Assim, ao lado da falta de autonomia legal, reforçada com o federalismo, os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal. Décio Saes apontou a essência do compromisso coronelício:

“todavia – e aqui tocamos um aparente paradoxo do coronelismo -, está descartada de princípio a possibilidade de que o coronel sirva de instrumento à sua própria hegemonia política. É que a presença de um Estado burguês democrático – condição de existência do coronelismo – já exprime, em si mesma, a derrota política da classe de proprietários de terras pré-capitalistas (a velha classe dominante) diante das frações burguesas (a nova classe dominante). Na realidade, o coronelismo indica, ao contrário do que se sugere freqüentemente, a posição subalterna dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco no poder.

E mais, tal classe pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. (...) Prestando serviços no plano eleitoral, ele (coronel) só faz consolidar sua posição no plano sócio-econômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.”³²³

Na fase democrática brasileira de 1945-1964, o coronelismo põe-se a serviço dos setores nacionalistas e pró-industrialização da burocracia do Estado central.

Aparentemente, a SRB criticava a política industrial do governo federal porque “a maior parte das nossas indústrias vivem da parasitação da economia nacional. Pelas proteções alfandegárias e políticas obtidas em favor de seus produtos, privam o consumidor nacional de adquirir produtos industriais estrangeiros melhores e mais baratos”.³²⁴ A retórica anti-industrialista da associação procurava evidenciar a sua identidade perante outras

³²² Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 2ª. Ed., 1975, p. 20.

³²³ Décio Saes, “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”. In *Estado e democracia: ensaios teóricos*. IFCH-Unicamp, Campinas, 2ª. ed., 1998, p. 99-101.

³²⁴ *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 358, 1950, p. 22.

organizações patronais, quando na prática estava presa, pelo compromisso coronelista, à política industrializante, tanto que a avaliação dos poderes públicos é positiva: “como S. Excia (Presidente da República), seus ilustres Ministros, nos postos cujas atividades são mais intimamente ligadas com a economia rural, sempre nos desvaneceram com sua confiança”.³²⁵

Para gozar de uma autonomia extralegal e por essa via impedir a eclosão da revolta camponesa por uma reforma agrária nos seus domínios, os coronéis devem ser governistas. De fato, o período democrático brasileiro de 1945-64 mostrou a força do partido da situação, o PSD, em contraposição ao principal partido de oposição, a UDN, em razão do peso do eleitorado rural, até porque, em 1960, 64% da população brasileira era rural. Ademais, no total das áreas *urbanizadas* (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, litoral do Nordeste e Sul), a participação rural é de 52,2% contra 47,8% de urbana, e nas áreas *não-urbanizadas* (do Maranhão ao Rio Grande do Norte, da Paraíba a Santa Catarina, Norte, Centro-Oeste) a proporção de rural cresce para 84,2% contra 15,7% de urbana.³²⁶ No mesmo ano, 53% da população economicamente ativa do país ainda estava no setor da agricultura,³²⁷ de sorte que “se, no interregno do Estado Novo, o voto rural perdeu significado, ressurgiu, a partir de 1945, ainda decisivo para as eleições em todos os níveis de governo”.³²⁸

Entre os 1.047 deputados federais eleitos nas cinco legislaturas do período de 1945-62, o PSD obteve 36,7% (384) das cadeiras, contra 22,2% (233) da UDN.³²⁹ Na tabela abaixo, a distribuição de cadeiras nas assembleias estaduais, por legislatura, mostra a vantagem do partido governista (PSD) sobre o da oposição (UDN):

³²⁵ Idem, n° 353, 1950, p. 24.

³²⁶ Dados retirados em Juarez Rubens Brandão Lopes, *Desenvolvimento e mudança social*. Editora Nacional, São Paulo, 3ª. ed., 1976, p. 70-71.

³²⁷ W. Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, citado, p. 299.

³²⁸ Antônio Octavio Cintra, “A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”. In J. Balan (org.), *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. Difel, São Paulo, 1974, p. 41.

³²⁹ Cf. Olavo Brasil Lima Junior, *Os partidos políticos brasileiros*. Graal, Rio de Janeiro, 1983, p. 50.

Tabela 1: eleições legislativas estaduais de 1945-1962 (%).

	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	39.3	27.2	29.2	28.6	16.8
UDN	22.6	19.7	17.5	16.3	15.3

Fonte: Olavo Brasil Lima Júnior, “Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962”. In D. Fleischer (org.), *Os partidos políticos no Brasil*. Volume I, Edunb, Brasília, 1981, p. 31.

Como mostra um estudo³³⁰, a votação do PSD diminui para as cidades com 10.000 habitantes ou mais, enquanto a UDN tem mais eleitores nas áreas de urbanização. Com a proibição do voto do analfabeto, o eleitorado urbano tinha um peso mais que proporcional na dinâmica eleitoral. Somente considerando esse fato, pode-se entender o relativo equilíbrio entre PSD e UDN no estado periférico do Piauí, com população urbana de 16% em 1950 e 24% em 1960. Estima-se que o eleitorado urbano representava quase 40% do eleitorado total. Assim, nas eleições presidenciais de 1945 a 1960, o PSD obteve 240.400 votos e a UDN, 228.927. Para o cargo de governador, nos pleitos de 1947 a 1962, o total de votos do PSD foi de 324.080 e de 318.483 para a UDN. Para a assembléia legislativa, no mesmo período, dos 170 deputados eleitos, 67 eram do PSD e 63 da UDN.³³¹

O coronel (grande proprietário fundiário) tem uma vocação localista. Na esfera estadual e nacional, os cargos políticos tendem a ser ocupados por membros ou representantes de outros grupos sociais. Isso faz parte do compromisso coronelício. Assim, a categoria de “agricultura e pecuária” prevalece nos cargos da esfera local (prefeitos, vereadores, membros de diretórios partidários municipais),³³² ao passo que na Câmara Federal, para as legislaturas de 1945-64, enquanto os advogados tinham uma participação de 14%, os agricultores ficavam com 9% do conjunto dos deputados.³³³ Como notou um analista, “são poucos os coronéis que comandam votos suficientes para garantir uma eleição federal. (...) No plano federal, agudizar-se-iam os conflitos entre interesses de

³³⁰ Cf. Gláucio A. D., *Sociedade e política no Brasil*. Difel, São Paulo, 1973, p. 217.

³³¹ Cf. Antônio José Medeiros, “Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise”. In *Movimentos sociais e participação política*. CEPAC, Teresina, 1996.

³³² Cf. Orlando M. Carvalho, “A formação dos partidos em Minas Gerais”. In D. Fleischer (org.), op. cit.

³³³ Cf. David Fleischer, “Dimensões do recrutamento partidário”. In *Os partidos políticos no Brasil*. Citado.

classes sociais diferentes, principalmente da burguesia e do proletariado, ambos utilizando como representantes elementos de uma terceira classe, a classe média”.³³⁴

O compromisso do PSD com os coronéis impedia que o tema da reforma agrária entrasse na pauta do Congresso Nacional. Significativa é a declaração de Daniel Faraco (PSD), presidente da Comissão de Economia da Câmara Federal, quando confessa que “enquanto eu for presidente desta Comissão, nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui”.³³⁵ No Congresso, a luta pela aprovação das leis trabalhistas ao campo, proposta por Vargas na Mensagem Presidencial de 1954, será difícil e, em suas primeiras investidas, marcada pelo insucesso. Na opinião da Sociedade Rural Brasileira, essa seria uma medida “inviável e demagógica”, que desloca a questão agrária de seu verdadeiro cerne, o aumento da produtividade, para o qual o governo permanecia indiferente em sua política sistemática de confisco cambial e desestímulo à agricultura.³³⁶

A questão agrária deixou de ser uma retórica do governo para se transformar em políticas só a partir da entrada do movimento camponês em cena, nos anos 50. Houve, porém, a oposição ativa das lideranças ruralistas às propostas de reforma agrária, levando à aliança PSD-UDN no Congresso e barrando a iniciativa do Executivo quanto às reformas de base.

A dimensão interna do coronelismo no município rural é baseada no “voto de cabresto”, que se define-se pela manifestação de *fidelidade pessoal* do eleitor a um chefe político - o coronel.³³⁷ Como tal, o ato eleitoral não é redutível nem às formas de coerção física, nem ao mecanismo da troca mercantil, mas se legitima como uma obrigação moral e se concretiza fundamentalmente pela *doação* pura e simples do sufrágio ao candidato do coronel.

Como mostram os trabalhos mais abalizados sobre o coronelismo,³³⁸ a condição sócioeconômica da prática coronelista é a existência, no campo, de uma estrutura pré-capitalista, em que as relações de produção se expressam como relações de *dominação e dependência pessoal*. Essa relação pessoal de dominação e dependência, presente em

³³⁴ Gláucio A. D. Soares, *op. cit.*, p. 144.

³³⁵ Cf. Aspásia de A. Camargo, “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In B. Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*. Citado, p. 155.

³³⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 157.

³³⁷ Cf. Victor Nunes Leal, *op. cit.*, p. 25.

³³⁸ Ver os trabalhos de V. N. Leal, *op. cit.*, e D. Saes, “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”, citado.

estruturas econômicas pré-capitalistas como a “parceria” ou o “arrendamento”, implica a apropriação do sobretrabalho sob a forma extraeconômica de uma contraprestação *peçoal* do trabalhador ao proprietário pela cessão de uso da terra.³³⁹

Já o “voto de clientela” define-se como uma relação de barganha por vantagens materiais entre o eleitor e o agente político denominado cabo eleitoral, uma espécie de líder local que cuida dos interesses de seus representados, principalmente junto às “autoridades públicas”, fazendo as vezes de, como caracterizou Paul Singer, um “advogado administrativo” da sua comunidade (vila, favela, quadro associativo de um clube recreativo etc). Controlando, em geral, uma centena ou uma dezena de votos, o cabo eleitoral os vende ao “político de clientela”, que “não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso”.³⁴⁰

A condição sócioeconômica para a proliferação do voto de clientela é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da força de trabalho, via assalariamento, em *mercadoria*, o que pressupõe um trabalhador *livre*, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição de *dependência pessoal* a um dono de terras (o coronel), para se submeter à *dependência impessoal* às coisas (o mercado).

Uma das condições estruturais apontadas para a reprodução do clientelismo eleitoral seria a *pobreza* das classes trabalhadoras. No entanto, é preciso atentar para o fato de que o trabalhador da grande propriedade rural pré-capitalista, embora vivendo em situação ainda mais precária - sem acesso a água encanada, luz elétrica, posto médico etc - que a de um trabalhador habitante da periferia urbana, nem por isso faz do seu voto um bem de troca. Ao contrário, em razão de sua fidelidade ao patrão-coronel, ele simplesmente doa o voto, no chamado “cabresto”. O enquadramento social do latifúndio pré-capitalista impede que o

³³⁹ Manuel Correia de Andrade destacou a natureza do vínculo presente na prática do *cambão*, na qual o *foreiro* se obriga a dar ao dono da terra um dia semanal de trabalho gratuito: “É uma obrigação pessoal, o que leva em certas regiões ao costume de não se permitir que o foreiro pague a outro para que ele execute a tarefa, tendo de prestá-la pessoalmente, como uma homenagem ao proprietário” (M. C. de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste*. Ciências Humanas, São Paulo, 1980, p. 205). Cabe observar que, na expressão “dependência pessoal”, o termo “pessoal” não significa a valorização de atributos da *personalidade* do proprietário de terras, pois o trabalhador não necessariamente estabelece uma relação de empatia com os traços da subjetividade do patrão; a dependência se refere antes ao papel socialmente objetivado daquele *indivíduo proprietário como proprietário*.

³⁴⁰ Cf. Paul Singer, “A política das classes dominantes”, in Octávio Ianni (org.); *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 77.

fenômeno da carência induza o trabalhador, no plano político, a um comportamento clientelístico. O problema em se considerar a pobreza como fundamento explicativo do clientelismo está em que, nesse procedimento, abstrai-se o tipo das relações sociais sob as quais se reproduz a situação de miséria. Alain Rouquié, por exemplo, incorre nisso, ao fundir num mesmo conceito a dependência ao mercado e a dependência à terra e afirmar que “as estruturas piramidais [clientelismo, coronelismo] (...) são por essência ligadas aos contextos de penúria”.³⁴¹

Uma explicação mais consistente do voto de barganha decorre da consideração da estrutura social capitalista. Se no coronelismo o fundamento são as relações de *dependência pessoal*, vigentes nas instituições da *moradia e do colonato*, no clientelismo o fator condicionante são as relações de *dependência impessoal*, gestadas no âmbito do assalariamento e suas garantias jurídicas. Assim, uma maior independência adquirida na esfera das relações de trabalho traduz-se, em termos políticos, no chamado voto *livre*, ao mesmo tempo em que o enquadramento na *lógica competitiva* do mercado apoia a conversão do voto *livre* em prática clientelista.³⁴² Em resumo, os fundamentos do clientelismo não devem ser buscados numa abstrata situação de carência das classes populares, mas na estrutura social *particular* que produz uma pobreza *específica*.

Como exemplo, temos o coronelismo nos municípios de Barras e Esperantina, situados ao norte do Piauí, típicos do Brasil rural pré-1964. Segundo o Censo Demográfico de 1960, a população rural em Barras era de 89,3% e em Esperantina de 78,2% (nas áreas não-urbanizadas do Brasil, a proporção do quadro rural é de 84,2%). Em 1970, conforme dados do Censo Agropecuário, as pessoas ocupadas nas categorias de “arrendatário” e “parceiro” representavam 76,6% em Barras e 57,4% em Esperantina (no total do Piauí a proporção desse conjunto de produtores era 43,3%). Nesses municípios, do final do século

³⁴¹ Cf. Alain Rouquié, « L'analyse des élections non concurrentielles: controle clienteliste et situations autoritaires », in Hermet (org.), *Des élections pas comme les autres*.

³⁴² A idéia da lógica do comportamento eleitoral análoga à lógica do mercado econômico encontra-se desenvolvida em Joseph Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia* (Zahar, Rio de Janeiro, 1984), especialmente no capítulo XXII: “Outra teoria da democracia”. Diz Schumpeter: “na vida econômica a competição nunca está de todo ausente, mas dificilmente é perfeita. De modo similar, na vida política sempre há alguma competição, embora talvez apenas potencial, pela adesão do povo. Para simplificar as questões, restringimos o tipo de competição pela liderança que deverá definir a democracia à livre competição pelo voto livre” (p. 338). “Partido e máquina política (...) constituem uma tentativa de regular a competição política que é exatamente semelhante às práticas correspondentes de uma associação comercial” (p. 353). Uma restrição a ser feita ao enfoque schumpeteriano é que a lógica competitiva não se aplica ao conjunto das práticas político-eleitorais, mas apenas a um domínio particular.

XIX até a Segunda Guerra Mundial, o sistema latifúndio-morador orientou-se para as atividades do extrativismo vegetal (carnaúba e babaçu). Porém, com a regressão da atividade extrativa no fim dos anos 40, o sistema latifundiário retornou à pecuária extensiva (herança do período colonial), combinada à produção agrícola rudimentar. Somente após 1964 o sistema latifúndio-morador será significativamente abalado pela modernização capitalista.

A partir desse pressuposto sócioeconômico, cabe indagar como o sistema político coronelístico existiu efetivamente nessa área piauiense. De fato, como atestam os depoimentos seguintes,³⁴³ houve uma correlação entre o sistema da moradia na grande propriedade rural e a prática eleitoral coronelista (o voto de cabresto):

“No meu tempo que eu comecei a votar pela primeira vez - eu morava na terra, eu era agregado do patrão -, quem escolhia o candidato era o patrão” (Pequeno Proprietário, Barras).

“Ele [o coronel G.] fazia questão dos morador dele tudo ser eleitor dele” (Moradora, Esperantina).

“Até o padre na Igreja não dizia? Nesse tempo era o S. velho, ele dizia: ‘você vota no seu patrão’. (...) Dentro da Igreja ele dizia: ‘a gente vota naquele que a gente mora no terreno dele’. E aí seu J. fechava nós tudinho na mão” (Moradora, Esperantina).

“Quando eu comecei votar, eu comecei votar naquela história do *voto de cabresto*, encurralado; eu não tinha partido, o partido quem fazia era o patrão. Ele chegava lá, dizia: ‘eu vou votar pra o fulano, porque fulano é bom’. E no fim ele ganhava a boa gorjeta dele, e nós ficava sempre só votando” (Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais - Esperantina).

“Olha, em princípio, pela nossa própria organização, os eleitores sempre estavam presos aos donos das terras” (Ex-vereador pelo PSD, Barras).

“O pano de fundo da nossa realidade em Esperantina era o monopólio da terra; os grandes patrões que queriam conduzir os pequenos lavradores não só para explorar a sua força de trabalho, mas também explorá-los politicamente” (Pároco, Igreja Católica, Esperantina).

O voto de cabresto tinha sobretudo o significado de uma obrigação moral, um elemento de *lealdade* ao patrão, que cedia o uso da terra ao morador:

“Especialmente por parte do meu marido (...), ele achava que aquilo era uma covardia, a gente morar na terra daquele proprietário e passar para um outro partido” (Moradora, Esperantina).

Normalmente, não era necessária a barganha entre o coronel e o eleitor:

“Mesmo sem ele [o coronel G.] não dá nada, mas a gente tinha que votar nos candidatos dele” (Moradora, Esperantina).

³⁴³ Cf. F. P. de Farias, *Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no noroeste do Piauí (1982-1996)*, citado.

“Seu J. fechava nós tudinho na mão, tudinho na mão, mas nunca me deu nenhum dinheiro pra comprar uma agulha; (...) pra votar, era de graça pra ele” (Moradora, Esperantina).

Nesse sentido, o modelo da relação entre o coronel e o eleitor de fazenda se aproximava menos do par de contratantes impessoais de bens e serviços que da díade corporativa familiar: “*de primeiro o proprietário tinha o trabalhador como um filho dele, digamos assim*” (Morador, Esperantina).³⁴⁴

Por vezes, o coronel podia prestar algum benefício material imediato ao morador, mas isso não era o fundamental na relação política: “*fora de hora, ele [o coronel G.] chegava com um corte de pano; dava pra uns, pra outro não dava. E aí com tudo aquilo, mesmo sem ele não dá nada, mas a gente tinha que votar nos candidatos dele*” (Moradora, Esperantina). Quando a prática da barganha eleitoral passa a difundir-se no campo, isso é um sinal de que o coronelismo está em declínio.

Também não se fazia necessário o uso (ou ameaça) da violência física para a realização do ato eleitoral, pois existia até um componente de lisonja ao eleitor: “*naquele tempo o patrão ia apanhar a gente lá na hora. Ave Maria! Pra votar pra ele, ele ia na hora, menino. Nesse tempo ele andava com a gente adulando! (...) Ah! mandava o carro, ia deixar na porta, tranquilo (...); no tempo de ir pra perto da urna, tinha que levar a gente lá junto, lá tranqüilo*” (Trabalhador Rural, Barras).

A violência era um recurso utilizado, com frequência, para resolver os desacordos entre os próprios coronéis. Uma das fontes de dissensão entre os chefes políticos era a questão da herança de terras, em consequência, sobretudo, de as propriedades rurais ainda não terem sido demarcadas.

“Agora tinha luta com outras famílias. Essa luta de poder, de terra, que naquele tempo as lutas era de terras. Lutas de tribunais, de prestígio junto ao governo, essas coisas de propriedades, de demarcação...” (Ex-deputado pelo PSD).³⁴⁵

“Ele (o pai do entrevistado) dizia para os filhos: mulher do vizinho e terra dá sempre briga. Naquele tempo havia muita briga por causa de terra. Porque a terra era um patrimônio valorizado, que dava um certo *status*” (Ex-prefeito de Campo Maior, UDN).

Os confrontos facilmente levavam à violência, mesmo quando se recorria ao pronunciamento do aparelho judiciário.³⁴⁶

³⁴⁴ A partir do modelo proposto por George M. Foster, “The dyadic contract in Tzintzuntzan II: patron-client relationship”, in *American anthropologist*, v. 65, 1963, vários trabalhos caracterizam o coronelismo, indevidamente, como uma relação contratual.

³⁴⁵ Fundação CEPRO, *Entrevista com João Clímaco d’Almeida*. Teresina, 1984.

Assim, nem a prática da barganha nem a violência física caracterizavam o sistema do voto do morador de fazenda. Aplica-se, na verdade, a observação de um dos intérpretes pioneiros da política interiorana brasileira:

“No cenário inculto dos trópicos, o senhor dos latifúndios prolongava a existência do barão feudal. (...) E o voto era um ato de vassalagem, mera adesão pessoal, preito de homenagem do servo rude ao seu barão feudal. A pragmática medieval ressurgia assim, transfigurada, no nosso solo democrático”.³⁴⁷

Ao voto de cabresto ligavam-se outros elementos, os quais passamos a analisar. A relação entre o eleitor de fazenda e o coronel é de tipo corporativo (na qual duas pessoas comportam-se como uma só), em decorrência da fidelidade pessoal. O conjunto de pares corporativos que envolvem um mesmo coronel forma um agregado amorfo, sem vínculos dos eleitores entre si. Esse agregado, o *curral eleitoral*, precisava ser moldado, organizado no dia da eleição, com os eleitores conduzidos em *tropa* às urnas:

“Naqueles tempos, eles vinham buscar quase naquela hora da gente votar, assim do meio-dia pra tarde, pra quando chegar, botar a gente naqueles depósitos pra gente não andar, num sabe” (Trabalhador Rural, Barras).

“A pessoa vinha com os cabrestos nos queixo, porque chegava, derramava aquela carrada ali de frente o barraco das suas comedorias; ali você entrava pra almoçar ou jantar, conforme fosse a hora, mas ali você já estava certo que no sair do portão a chapa já vinha na sua mão a quem você tinha o direito de votar” (Morador, Barras).

“Aquele chefe, como um setor como esse aqui, ajeitava tudo naquele local e o carro vinha, apanhava e ia todo mundo naquela hora votar certo para aquele proprietário” (Morador, Barras).

“Eles (eleitores) vinham, eram hóspedes dos presidentes dos diretórios dos partidos no município. Casas grandes de rancharia, como se chamava tudo pra lá, pra voltar no dia seguinte. Era já voto secreto, mas se conhecia o eleitorado, se dividia nas grandes rodas os eleitorados de um e de outro que já eram conhecidos. Ninguém enganava...” (Ex-deputado pelo PSD).

O confinamento nos barracões de “comedorias” e o acesso vigiado às urnas justificavam-se como forma de evitar que os cabos eleitorais adversários trocassem a “chapa” (cópia da cédula oficial já preenchida) do *caboclo* sem que ele se desse conta (geralmente não sabia ler, embora desenhasse o próprio nome) ou a anulassem de alguma

³⁴⁶ Cf. Lena Ferreira Costa, *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. Cultrix, São Paulo, 1978. Parte II: “Um coronel do Meio-Norte”.

³⁴⁷ Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*. Alfa-Omega, São Paulo, 3^a. Ed., 1976, p. 30.

forma³⁴⁸. Os caboclos, por sua vez, dominados pela ideologia da dependência pessoal, reconheciam na ação do coronel a encurralar o voto um *direito* que lhe cabia.

Os pequenos coronéis, com os seus currais eleitorais, subordinavam-se aos coronéis mais poderosos (com maior número de eleitores), formando as *facções* políticas. A rivalidade entre elas surgia dos desentendimentos (em regra, ligados às questões de terra) de alguns coronéis - que se congregavam na oposição - contra o coronel mais forte, chefe da ala governante. O período eleitoral constituía o momento em que os realinhamentos faccionais (governo/oposição) eram permitidos, pois, fora dessa época, qualquer mudança de lado era vista como traição. Também não havia a chance de uma posição de neutralidade: se um coronel não apoiava a facção governante, estava com a oposição, ou vice-versa. Essa rigidez fazia parte do código de *lealdades* que regia a sociedade rural arcaica.³⁴⁹

Uma vez feitos os acordos faccionais, a competição restringia-se à disputa dos votos “flutuantes”, pertencentes aos pequenos proprietários rurais e ao eleitorado independente da área urbana. Entretanto, o resultado predominante era quase sempre o monopólio partidário:

“Mas aqui prefeito só ganhava mesmo os L., que era a família mais rica, que era M. L., G. L., P. L.; eram três irmãos; ricos mesmos daqui eram esses três homens (...). *Esses prefeitos tudo era humilhado a eles*” (Moradora, Esperantina).³⁵⁰

O caráter restrito da competição política no coronelismo remete à relação com o bloco hegemônico nacional. Dada a condição subordinada da propriedade rural arcaica dentro do capitalismo nacional, os coronéis tendiam a uma postura de adesão ao grupo político dominante externo, como forma de barganhar a preservação de sua existência

³⁴⁸ Existia uma técnica para tanto: as filhas dos chefes políticos da facção adversária pediam ao “caboclo” para ver a chapa, mas, sem ter a oportunidade de trocá-la, marcavam-na com o batom dos lábios, inutilizando o voto.

³⁴⁹ Esse aspecto foi ressaltado no trabalho de Moacir Palmeira, “Política, facções e voto”, in Moacir Palmeira e Marcio Goldman (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Contra-Capa, Rio de Janeiro, 1996, p. 45-6. Mas o autor opera com uma noção genérica de coronelismo, o que dificulta identificar a origem da rigidez apontada. Somos favoráveis à hipótese de que tal cobrança de lealdades era a expressão, em última análise, do baixo nível técnico de exploração da força de trabalho.

³⁵⁰ No município de Livramento, o coronel J. F. foi intendente, ininterruptamente reeleito, durante todo o período da República Velha. No período pré-1970, apenas em uma ocasião os seus herdeiros perderam a eleição municipal. Em Campo Maior, entre 1945 e 1970, uma só vez a eleição municipal foi perdida pela facção filiada ao PSD.

econômica no plano interno. Nesse sentido, as divergências locais tornavam-se secundárias ao “adesismo de subsistência”, comum aos grandes proprietários.

A dominação e dependência pessoal a que estavam submetidos os trabalhadores das fazendas impediam que os laços de lealdades “primárias” (parentesco, amizade, vizinhança)³⁵¹ atuassem como meios de solidariedade entre os membros da classe dominada. Os moradores encontravam-se isolados, centrando as várias dimensões de sua vida (econômica, social, política) na relação com o proprietário. Recorrer a parentes, amigos ou vizinhos trazia em regra menos vantagens do que manter-se fiel ao patrão. Os riscos da busca da solidariedade horizontal eram elevados, uma vez que as perdas envolviam diretamente o meio básico de sobrevivência, o acesso à terra, o que explica que dois trabalhadores parentes entre si, porém moradores de coronéis adversários, estavam impedidos de ter uma mesma opção política. Somente na situação de uma crise agrária os laços primários teriam a chance de ser ativados como instrumentos de solidariedade (o parentesco desempenha, por exemplo, um papel importante na estratégia de emigração rural).

No quadro da dominação e dependência pessoal - relação isolada com o patrão e interdição das solidariedades “primárias” no plano horizontal, a formação de um partido camponês ou o apoio a um partido dos trabalhadores urbanos tornavam-se praticamente impossíveis.

“Esse desapegar dos partidos tradicionais é um processo também lento, sobretudo quando se sabe que há nesse campo muita pressão por parte dos donos de terra: *se você pertencer ao partido dos trabalhadores você vai colocado fora*. Então, por questão de sobrevivência, muitos, ainda com certo medo, preferiram continuar atrelados ao partido do patrão” (Pároco, Esperantina).

Em relação à presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Piauí, a sua influência era, até os anos 1930, restrita a poucos simpatizantes na capital, Teresina, e na cidade portuária de Parnaíba.³⁵² Para o período da redemocratização pós-1945, há notícias de ações isoladas de militantes em alguns outros poucos municípios, como em Amarante, onde foi criada uma Liga Camponesa (sem vínculo com o movimento de Pernambuco),

³⁵¹ Cf. Hamza Alavi, “Peasant classes and primordial loyalties”, in *The journal of peasant studie*, v.1, n.1, 1973.

³⁵² Cf. Francisco Alcides do Nascimento, “A Aliança Nacional Libertadora no Piauí”, in *Cadernos de Teresina*.

numa área de pequenos proprietários, em 1954, sob a influência de um líder simpatizante do Partido Comunista.³⁵³ Quanto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Piauí, este

“nasceu diminuto, mantendo, inicialmente, o nítido perfil dominante a nível nacional; representava como que um enclave partidário, com base na burguesia industrial e no sindicalismo já implantado em Parnaíba. Não disputou as eleições para governador em 1945, por exemplo. O quadro se modifica em 1950, quando o grupo liderado por Matias Olímpio [governador no período 1924-1928] se transferiu para o PTB e passou a controlá-lo”.³⁵⁴

Enfim, no que se refere aos trabalhadores *servis* no interior dos latifúndios, cabe a observação de Eric Hobsbawm: “ao contrário do ‘partido da classe operária’, o ‘partido camponês’ não é a projeção normal da consciência de classe na política”.³⁵⁵ Nossa caracterização da grande propriedade pré-capitalista não desconhece os conflitos de classes, porém entendemos que eles tendiam a ganhar a forma da revolta – crimes, emigração – e não da reivindicação política.

Se o voto tinha poucas chances de ser uma expressão e instrumento da solidariedade de classe entre os trabalhadores rurais dependentes, também não se convertia, atuando sobre o mesmo trabalhador, num instrumento da ideologia política capitalista. Isto é, o voto não organizava nem tornava visível a encarnação da *vontade popular*, não fazendo do trabalhador rural tradicional um *cidadão*, porque a sujeição ao proprietário de terra - expressa sob a forma de obrigações de caráter costumeiro, limitativas das liberdades pessoais (liberdade de ir e vir, de trabalho etc.) - ganhava, no plano político, a forma da fidelidade ao chefe político local, impedindo, assim, o exercício *livre* do direito político.

O voto, antes que uma escolha, tinha o significado de uma adesão.³⁵⁶ Não era, pois, pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, mas concebido como gesto de identificação com um chefe político (assim como o súdito se identifica com o Monarca). A importância do ato eleitoral era quase exclusiva para o coronel, que convertia o seu pacote de votos num recurso de barganha junto ao bloco dominante regional e nacional. “*Ele [patrão] dizia: - eu tenho tantos morador. Ele ia lá num político e podia até mesmo*

³⁵³ Cf. Antônio José Medeiros, *op. cit.*, p.175. Segundo o autor, no início dos anos 60 havia 17 sindicatos rurais no estado, dos quais 8 sob influência do PCB (em aliança com a esquerda do PTB) e 9 sob a orientação da Igreja Católica. Porém, a base social das organizações sindicais, como se pode deduzir pelas indicações de Medeiros, não eram os trabalhadores rurais *servis*, mas os trabalhadores rurais *proletários* (residentes nos núcleos urbanos).

³⁵⁴ Ver Antônio J. Medeiros, *op. cit.*, p. 86.

³⁵⁵ Eric Hobsbawm, “Os camponeses e a política”, in *Ensaio de opinião*, v. 8, 1978, p. 55.

³⁵⁶ Cf. Moacir Palmeira, *op. cit.*, p. 53.

vender os eleitor” (Morador, Barras). Talvez isso explique por que a “traição” eleitoral constituía uma falta para a qual havia pouca chance de perdão: o morador era, em regra, expulso da terra:

“Ele [patrão] dizia: ‘se faltar um voto desses, nós sabemos quantas petições acontece, e se faltar um a gente vai procurar e nós temos uma ideia de descobrir quem foi o que não votou, e vai sair’. Às vezes, quando acontecia, era Chico Castelo, era Antenor Rego, o prazo era três dias. Às vezes, ele não sabia, porque quem vota ele não sabe quem foi que votou, como ainda hoje existe, mas ele condenava; ele ’tava com raiva de uma pessoa, de um morador, às vezes por causa de uma garrafa de azeite, pra se vingar, ele botava pra fora” (Morador, Barras).

Os coronéis pareciam intuir que a sua sobrevivência econômica, diante da ameaça capitalista (que se abateria mais cedo ou mais tarde sobre eles), dependia, em boa medida, do papel de provedores de votos. De início, o latifúndio atrasado cumpria funções econômicas na acumulação “primitiva” do capital industrial (viveiro de mão de obra, abastecedor do exército industrial de reserva, produtor de alimentos a baixos custos). Mas, estabelecido o capitalismo industrial brasileiro no pós-Segunda Guerra e tendo a acumulação interna adquirido vigor, o latifúndio senhorial tornou-se um entrave à expansão do capital, que necessitava de mercados tanto de consumo assalariado quanto de bens de capital (mecanização da agricultura). Ora, vantagens de ordem política devem ter contado para que a burguesia industrial absorvesse perdas econômicas em razão de adiar o combate pelo fim do latifúndio atrasado.

As eleições, internamente, pouco serviam como método de disputa entre os coronéis. Na ausência dos acordos faccionais, a violência, e menos a democracia, costumava contar para os resultados.³⁵⁷ Porém, os acordos entre as facções nem sempre eliminavam uma certa imprevisibilidade no pleito eleitoral em razão da disputa do voto “flutuante” (classe média urbana ou pequenos proprietários rurais).

Para o trabalhador rural, a eleição era, sobretudo, uma ocasião de sair da rotina da roça: dia de festa na cidade, com comida, bebida, diversão e aquele momento de ir até a

³⁵⁷ Como indicou um ex-cabo eleitoral da UDN, a diferença com o período menos recente é que os casos de violência ganharam mais notoriedade. Isso explica o papel da imprensa, ao divulgar os fatos e contribuir para a exigência de se apurar as responsabilidades. Ressalte-se que o compromisso entre as frações burguesas e os donos de terras impedia que as responsabilidades fossem apuradas até às últimas consequências, com a punição dos culpados. Normalmente, os processos judiciais eram “engavetados”, depois de cumprirem um ritual de formalidades legais.

sessão eleitoral para satisfazer a vontade do chefe político, como indica o depoimento seguinte:

“Os eleitores vinham a cavalo. Quando era dia de eleição era uma cavalaria louca. (...) Era uma animação muito grande. Eleitorado pequeno, não era grande demais como é hoje. *Aquilo era uma grande festa*. Eles vinham, eram hóspedes dos presidentes dos diretórios dos partidos no município. (...) Ninguém enganava. Ele (eleitor) acompanhava um chefe” (Ex-deputado pelo PSD).

Seria o eleitor *de cabresto* majoritário na região piauiense entre 1945-1964, período de hegemonia do latifúndio pré-capitalista? Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, em “O coronelismo numa interpretação sociológica”, o sistema coronelício não poderia ser definido com base no voto de cabresto porque esse tipo de voto, no contexto rural brasileiro, seria minoritário. Argumenta a autora que, mesmo no Brasil da República Velha, fase áurea da influência interiorana na política, os camponeses dependentes não podiam formar um contingente expressivo do eleitorado de chefes políticos, pois “a mão-de-obra empregada nas fazendas era analfabeta, portanto não votava”.³⁵⁸

Essa hipótese, no entanto, não parece sustentável, se considerarmos os fatores que seguem. O estudo de Cícero José Soares Neto, *O Seridó e os votos “de porteira batida”*, mostra que o requisito de alfabetização para obter o título de eleitor resumia-se em saber desenhar as letras do próprio nome.³⁵⁹ Para tanto, os coronéis montavam dentro das fazendas as “escolas rurais” ou organizavam, no período prévio às eleições, os “mutirões de alfabetização”. Além disso, o alistamento de eleitores incluía não apenas os moradores adultos, mas também os seus filhos menores, principalmente as mulheres. Na ocasião de obter o título eleitoral, o coronel providenciava os documentos dos seus subordinados, alterando a data de nascimento, se lhe convinha, pois bastava declarar ao juiz qual a idade que devia constar no registro. A filha do morador era o alvo predileto dessa prática fraudulenta, porque, no mínimo, tornava-se indelicado indagar-se qual a sua verdadeira idade. Assim, não parece fundada a afirmativa de que o eleitorado das fazendas fosse minoritário.

No coronelismo, o chefe político local impõe invariavelmente os candidatos aos eleitores dependentes. Na prática, o voto torna-se vinculado: a votação nos planos regional

³⁵⁸ Cf. Maria Isaura P. de Queiroz, “O coronelismo numa interpretação sociológica”, in Boris Fausto (org.); *História da civilização brasileira*. Difel, 5a. Edição, 1989, p. 161-62.

³⁵⁹ Ver C. J. A. Soares Neto, *O Seridó e os votos “de porteira batida”*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 1984, item: “Mobral eleitoral”, p. 84-6.

e nacional segue a local. É o que ocorre na sub-região piauiense, como mostram os quadros seguintes. Para efeito de comparação, acrescentamos o município de Teresina, com 68,9% de população urbana, em 1960.

Quadro I: Eleições em Barras, 1958 e 1960

CARGO	PARTIDO	VOTOS (%)
Prefeito	PTB	63.9
Governador	PTB	54.0
Presidente	PSD/PTB	47.6

Fonte: TRE-PI

Quadro II: Eleições em Esperantina, 1958 e 1960

CARGO	PARTIDO	VOTOS (%)
Prefeito	PSD	50.8
Governador	PSD	48.8
Presidente	PSD/PTB	44.9

Fonte: TRE-PI

Quadro III: Eleições em Teresina, 1958 e 1960

CARGO	PARTIDO	VOTOS (%)
Prefeito	UDN	65.1
Governador	PTB	65.0
Presidente	UDN	47.1

Fonte: TRE-PI

Nos municípios rurais de Barras e Esperantina, a votação para o partido do prefeito eleito segue a do partido do candidato mais votado para governador e presidente. Em contraposição, no município urbano de Teresina, com um eleitorado “flutuante”, se dá a

dissociação do voto: o prefeito eleito era da UDN e o candidato a governador majoritário pertencia ao PTB.

O nosso enfoque sobre as causas do fim do predomínio da prática coronelista contrapõe-se aos autores que omitem a questão agrária como o elemento determinante da desagregação do coronelismo. Estudando a vida política no estado da Paraíba, na década de 1950, Jean Blondel sugere que, com a crescente urbanização, a competição dos profissionais urbanos (médico, advogado, tabelião, etc), formando através de suas atividades as clientelas eleitorais, determinaria a perda da força dos coronéis.³⁶⁰ Essa proposição, porém, mostra-se insuficiente, por duas razões.

A primeira é que o espaço de competição entre o coronel e o cabo eleitoral são os votos do núcleo urbano, uma vez que os dos *currais* (grande propriedade agrária pré-capitalista) são cativos do coronel.³⁶¹ Nesse caso, para enfrentar o competidor urbano, o coronel lança mão de outros profissionais das camadas médias, que atuarão como seus cabos eleitorais, e aos quais Raimundo Faoro³⁶² designou de “prepostos do coronel”. Num mesmo partido, podem coexistir os proprietários de terra e os profissionais urbanos, sendo que os últimos, como cabos eleitorais, podem fazer as vezes de auxiliares do coronel.³⁶³ É certo que a busca de adesão dos cabos eleitorais leva o coronel a fazer concessões no sentido de introduzir alguns elementos da ideologia pequeno-burguesa na gestão político-administrativa local (como o estabelecimento do orçamento de receita e despesa), a fim de dar caução ao discurso de que aqueles estariam defendendo os interesses gerais do município. Essa reformulação da política coronelista, representada pelo uso crescente dos

³⁶⁰ Cf. Jean Blondel, *As condições da vida política no estado da Paraíba*. FGV, Rio de Janeiro, 1957.

³⁶¹ Os pequenos proprietários rurais, devido aos laços de vizinhança com a grande propriedade, estabelecem mais facilmente uma relação clientelista com o coronel. Estudando duas comunidades de camponeses independentes, Beatriz Heredia, em “Política, família, comunidade”(in Moacir Palmeira e Marcio Goldman (orgs.), *op. cit.*), constatou que “o voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de reciprocidade - entre os socialmente iguais - ao clientelismo político” (B. Heredia, *op. cit.*, p. 64). Um outro estudo que também observa o comportamento clientelístico dos pequenos proprietários é o de Edilson Portela Santos, “Evolução da vida política no município de Picos, Piauí”. In *Revista brasileira de estudos políticos*, n.10, 1961.

³⁶² Ver Raimundo Faoro, *Os donos do poder*. Vol. II, Editora Globo, Porto Alegre, 10a. Ed., 1995.

³⁶³ Gentil Martins Dias, em *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina* (Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1978), assim ponderou em relação a esse aspecto: “embora muitos autores observem que os antigos chefes políticos perderam o seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos, as pesquisas históricas revelam que não houve uma simples substituição de dirigentes, antes define-se uma composição de forças” (p. 69).

serviços do cabo eleitoral, pode vir a ter um papel relevante no abalo desse padrão de ação político-eleitoral quando ligada a fatores mais importantes.

Mas a proposição de Blondel também é insuficiente pelo fato de que, se o cabo eleitoral passa a atrair os votos da zona rural, isso é antes um sinal de ocorrência de modificações significativas nas condições sócioeconômicas sobre as quais se assentavam os currais eleitorais. Em outras palavras, o crescente “aliciamento” de votos rurais pelo cabo eleitoral significa antes um efeito que a causa da ruptura com o coronelismo.

Já Roberto Albuquerque e Marcos Vilaça, em *Coronel, Coronéis*, defendem a tese de que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o exercício contínuo do voto e o acesso às informações pela ampliação dos sistemas de comunicação (rádio, televisão, estradas, etc) levam à ruptura com o coronelismo.³⁶⁴ Ora, tais fatores, por si sós, sem a correspondente transformação da estrutura agrária, são insuficientes para determinar o fim do coronelismo, uma vez que os coronéis são capazes de readaptar-se a tais elementos. Como mostrou Victor Nunes Leal, o coronelismo pôde, por exemplo, ao longo do período republicano brasileiro, resistir às alterações da legislação eleitoral.³⁶⁵

Noutra linha de abordagem, a questão nacional, e menos a agrária, é vista como o principal elemento de mudança do coronelismo. Para os autores dessa vertente de trabalhos,³⁶⁶ a base de poder e prestígio do coronel encontra-se no seu papel de mediador entre a comunidade camponesa relativamente isolada e a sociedade mais ampla. Em função disso, o partido clientelístico, apoiando-se nas políticas governamentais de desenvolvimento, agirá para “quebrar o isolamento social e desenvolver um tipo de ‘integração’ regional ou nacional”.³⁶⁷ Há no argumento o pressuposto de que, em contraposição à sociedade externa, os camponeses teriam mais identidade que antagonismo

³⁶⁴ R. Albuquerque e M. Vilaça, *Coronel, coronéis*. EdUnb, Brasília, 1978. Ver “Introdução”.

³⁶⁵ Ver Victor N. Leal, *op. cit.*. Teresa Kerbauy chamou atenção para o mesmo aspecto: “a mudança político-institucional não é o único fator que importa na caracterização do sistema político local, pois, se tal ocorresse, as manifestações coronelísticas no interior do Brasil não se fariam presentes até hoje, devendo-se levar em conta nesta caracterização as particularidades da economia do município” (M. T. Kerbauy, *A morte do coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1992, p. 13).

³⁶⁶ Conferir, por exemplo, Alex Weingrod, “Patrons, patronage, and political parties”, in *Comparative studies in society and history*, v. X, n. 4, 1968; e Raimundo Faoro, *op. cit.*

³⁶⁷ Alex Weingrod, *op. cit.*, p. 385. Maria Sylvia Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata* (Ática, São Paulo, 1974), parece partidária da tese do isolamento: “a explicação mais imediata é a de que o espaço em que ocorriam os fenômenos políticos exorbitava o universo do homem pobre, estava por demais distanciado do cotidiano das populações do interior e arredado de seus interesses” (Maria S. C. Franco, *op. cit.*, p. 53). Essa perspectiva, no entanto, minimiza o papel das relações sociais internas à comunidade local, que dão base ao modo diferenciado de sua integração no Estado nacional.

frente aos seus patrões, sendo uma consequência disso a desconfiança do governo central para com os “notáveis” das regiões atrasadas e isoladas, que poderiam insurgir as massas camponesas contra o Estado nacional.

Todavia, como observa Eric Hobsbawm,³⁶⁸ a história dos Estados modernos registra exemplos de campesinato tradicional que aceitou a liderança da esquerda política antes mesmo que o partido clientelístico - beneficiário e agente da industrialização e urbanização - o tivesse afetado seriamente. Uma hipótese explicativa para o fenômeno é a baixa probabilidade de que a “agitação nacionalista”, ao menos na sua forma de simples xenofobia (facilmente alterável contra grupos extralocais ligados à mesma nação), anteceda a uma agitação social. Nessa análise, o conceito de “comunidade camponesa” cede lugar para o de “conflitos no setor rural”, uma vez que estes “pesam mais do que o que todos os camponeses têm em comum contra o estrangeiro”.³⁶⁹

Nesse sentido, a desconfiança do governo central para com os coronéis deve-se muito mais à ameaça potencial de explosão camponesa que às chantagens separacionistas regionais. Foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro que, ao direcionarem a ação independente dos trabalhadores rurais, contribuíram para desacreditar o compromisso coronelício com os grupos dominantes nacionais e conduzir ao consequente ostracismo os velhos potentados locais, a partir do Regime Militar de 1964. Na realidade, o papel *mediador* do coronel será melhor apreendido não pela referência à defesa dos interesses abstratos da “comunidade local”, mas fundamentalmente pela sua capacidade de preservar uma determinada estrutura agrária. Como agente de alteração dessa estrutura no campo é que o partido de clientela, apoiado nos programas governamentais de desenvolvimento, substitui o papel mediador do coronel para com o Estado nacional.³⁷⁰

Assim, o fator determinante de crise do coronelismo é a mudança da estrutura agrária tradicional. Como destacou V. N. Leal, “parece evidente que a decomposição do ‘coronelismo’ só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em

³⁶⁸ Cf. Eric Hobsbawm, *op. cit.*

³⁶⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 18.

³⁷⁰ Não concordamos com Teresa Kerbauy quando afirma que “a morte dos coronéis está muito mais ligada ao fim do isolamento municipal e interiorano, devido à integração nacional e às reformas institucionais que ampliaram o jogo de interesses políticos” (M. T. Kerbauy, *op. cit.*, p. 15). A nossa posição está mais de acordo com uma outra passagem de seu trabalho, na qual pondera a existência de condições econômicas para que a ação política no plano local se integre no padrão nacional: “aliadas às mudanças verificadas no plano econômico, também se fizeram sentir no município as mudanças institucionais que se operaram em âmbito nacional” (*Ibidem*, p. 180).

nossa estrutura agrária”,³⁷¹ sendo o crescimento urbano-industrial um fator de seu declínio apenas quantitativo. No Brasil, a população rural diminuiu de uma participação de 73,2% do total em 1950 para 64,0% em 1960,³⁷² e a população economicamente ativa do setor primário decresceu de uma proporção de 64% em 1940 para 53% em 1960, enquanto a do secundário aumentou de um patamar de 10% para 13% no mesmo período, e a do terciário passou de 26% para 34%.³⁷³ Esses dados explicam a trajetória relativamente descendente do partido governista, o PSD (ver Tabela 1), embora até o golpe civil-militar de 1964 não tenha havido uma modificação qualitativa importante na estrutura agrária do país.

3. A defesa da ordem social: participação no golpe de 1964

A crise do latifúndio tradicional, buscando como meio de sobrevivência o aumento da exploração dos camponeses, condicionou o surgimento das Ligas Camponesas. Esteve, por exemplo, na origem da revolta no Engenho Galiléia, em Pernambuco, a tentativa do proprietário de aumentar a renda da terra.

As Ligas Camponesas, na sua primeira etapa, eram um movimento de autodefesa, com caráter nitidamente legalista: procuravam proteger na Justiça os arrendatários ou moradores contra as ameaças dos proprietários. Reivindicavam o fim do “cambão” e o acesso aos créditos oficiais monopolizados pelos proprietários de terra. Aos poucos, as Ligas, sob a liderança de Francisco Julião, passaram a postular uma Reforma Agrária e a dar progressivamente um conteúdo mais orgânico à palavra de ordem “terra para quem nela trabalha”. Sua efetivação passava, antes de mais nada, pela liquidação de todas as sobrevivências feudais no país: cambão, meia, parceria, vale do barracão, capanga. Também seria necessário que fosse dada ao camponês assistência técnica e financeira para tornar possível o planejamento da produção.

Em agosto de 1955, por iniciativa do governo de Pernambuco, reuniu-se o Congresso Nacional para a Salvação do Nordeste, com a participação dos nove estados nordestinos. Compareceram 3.600 delegados representando a indústria, o comércio, sindicatos, grupos profissionais e, também, as Ligas Camponesas. Fez-se uma declaração a

³⁷¹ V. N. Leal, op. cit., p. 257.

³⁷² J. R. B. Lopes, op. cit., p. 70-71.

³⁷³ W. Baer, *ibidem*, p. 299.

favor da Reforma Agrária, seguindo uma linha de luta contra as estruturas anacrônicas do campo e a estagnação econômica mantida pelas “oligarquias agrárias semi-feudais”.³⁷⁴

O Congresso de Belo Horizonte, convocado em 1961 pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, reunindo as diversas tendências do movimento camponês (PC, Ligas, Católicos), declarou que se torna “cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique *radicalmente* a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo”.³⁷⁵

A partir de 1960, a “via cubana” inspirará cada vez mais as ações das Ligas Camponesas. Em maio desse ano, Julião faz uma primeira viagem à Cuba, para onde voltará, em 1961, para uma visita prolongada, acompanhado por uma centena de militantes. Após o seu retorno, as Ligas radicalizam suas posições políticas, ao tempo em que numerosas ocupações de terra ocorrem, sendo que no Paraná colonos organizam grupos armados para a defesa da terra contra a polícia e os jagunços e em Goiás (território de Formoso) camponeses e a polícia dos latifundiários se enfrentam em lutas armadas. No Nordeste, continuam as inúmeras ocupações de terra.

Um outro dirigente das Ligas, Clodomir de Moraes, antigo membro do PC, será ainda mais próximo de Cuba. Será ele que assegurará a ligação entre Fidel Castro e Julião. É ainda ele que concebe e dirige as operações de guerrilha postas em operação no interior do país. À instigação de Clodomir, um grupo de militantes instala um campo de treinamento em Goiás, visando a uma insurreição armada, enquanto outros campos teriam sido criados na Bahia e no Maranhão. No campo de treinamento de Dianópolis (Goiás), diversos problemas se apresentam: os grupos de estudantes se adaptam mal ao ensaio de guerrilha e os camponeses da região permanecem em resguardo e não respondem como se esperava. No Rio de Janeiro e em São Paulo comenta-se abertamente os resultados dessa experiência “clandestina”, e os serviços de segurança os vigia. No fim de novembro de 1962, o exército intervém, sendo algumas pessoas presas e as armas confiscadas. No 13 de dezembro, Clodomir é surpreendido pela polícia do Rio, dentro de um carro com armas, posteriormente identificado como pertencente a Julião. Para Julião – que nega sua

³⁷⁴ Cf. Hélio Silva, *1964: golpe ou contragolpe?* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, p. 277.

³⁷⁵ Cf. Leonilde Servolo Medeiros, *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. Dissertação de mestrado, USP, 1982, p. 54.

participação no movimento armado, mas defende publicamente seus correligionários – esses incidentes sucessivos tornam-se embaraçosos. Estava aí o pretexto para o acusar de um “aventureiro” (argumento dos comunistas) ou de “agente remunerado dos interesses estrangeiros” (argumento da direita).³⁷⁶

Ao empunhar a bandeira da luta pela transformação da estrutura agrária e pelo acesso à terra, o movimento camponês feriu diretamente a grande propriedade agrária. Nesse sentido, o projeto camponês de uma reforma agrária era, por si só, revolucionário, atacando a ordem social no campo e a sobrevivência política das oligarquias.³⁷⁷ A “tomada de consciência” do movimento camponês “evoluirá até provocar, com João Goulart, a ruptura da aliança tradicional entre o Estado e o latifúndio, o que permitirá aos camponeses emergir como atores políticos de um novo projeto de desenvolvimento”.³⁷⁸ Em outros termos, o movimento camponês questionava a “via prussiana” (sem redistribuição da propriedade agrária) de desenvolvimento capitalista no Brasil, e, conseqüentemente, o bloco agrário-industrial criado em 1930, que se constituiu com a exclusão do campesinato brasileiro.³⁷⁹

A capacidade de resistência da fração latifundiária tradicional ficou evidente no período 1961/64, quando a campanha pela Reforma Agrária chegou ao clímax. Os senhores rurais demonstraram uma unidade impressionante, pronunciando-se de norte a sul do país de forma unânime. Um editorial da revista da SRB assim se expressava: “uma reforma agrária, como essas muitas aí projetadas em simples forma de parcelamento da terra ou de legislação social, (...) não pode ter outra consequência que o desmoronamento da economia nacional”.³⁸⁰ Segundo o presidente dessa associação em 1963, Almeida Prado, o propósito da Reforma Agrária era de “derrogar o direito de propriedade, mediante a reforma constitucional. (...) Nessa reforma agrária preconizada, o que a agricultura percebe é a ação comunista”.³⁸¹

Embora o latifúndio senhorial estivesse unido à propriedade agrária capitalizada na luta contra a redistribuição da terra, havia diferenças entre essas frações dominantes. Os

³⁷⁶ Cf. Aspásia Alcântara Camargo, *Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Thèse de doctorat, Université de Paris, 1973, p. 182-83.

³⁷⁷ Cf. Fernando Antônio Azevedo, *As ligas camponesas*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 117.

³⁷⁸ Aspásia A. Alcântara, op. cit., p. 159.

³⁷⁹ Cf. Elide Rugai Bastos, *As ligas camponesas*. Vozes, Petrópolis, 1983, p. 116.

³⁸⁰ *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, n° 485, 1961, p.3.

³⁸¹ Idem, n° 506, 1963, p. 20.

representantes da fração pré-capitalista, presentes na SRB, admitiam apenas medidas técnicas que melhorassem a eficiência de suas fazendas; ao passo que os dirigentes da burguesia agrária, organizados na CRB, defendiam, também, medidas de alteração das relações de trabalho no campo. Segundo o chefe de divulgação da entidade, José A. Vieira, “a CRB quer uma ‘Reforma Agrária Brasileira’, dentro de nossas tradições cristãs, democráticas e técnicas, que ampare, de fato e de direito, essa imensa massa de patrícios que labutam na amplidão dos campos, (...) de modo a extirpar as práticas de caráter feudal ainda vigentes”.³⁸²

A CRB, conforme editorial de sua revista, denomina a sua posição para com a Reforma Agrária de “esclarecida e progressista”.³⁸³ Nessa linha, o presidente da entidade, em 1962, Íris Meinberg declarou que

“não somos reacionários. Não concebemos estereis lutas de classes na área rural. Estamos dispostos a impedi-las, apelando para as indispensáveis modificações da estrutura social e jurídica, que podem ser levadas a efeito num clima de entendimento. (...) Esse ciclo de exploração da terra, característico de regimes feudatários, mas já em retrocesso mesmo nos países chamados subdesenvolvidos, precisa ser definitivamente encerrado, substituído por uma agricultura moderna estruturada em bases racionais”.³⁸⁴

Não confiando exclusivamente no enorme dispositivo de luta legal que haviam montado, os latifundiários, tradicionais ou modernos, em uma posição nitidamente de classe e dispostos a ir até as últimas consequências na defesa de seus privilégios, prepararam-se para a luta armada, estocando grandes quantidades de armas. Um jornal de circulação nacional noticiou que, em uma reunião no Clube Internacional, Francisco Falcão, presidente da Associação dos Produtores de Cana de Pernambuco, solicitou a ajuda das classes produtoras de todo o país “para comprar armas”.³⁸⁵ Os proprietários de terras começaram a adquirir armamentos para a defesa contra as ocupações e inúmeros membros das Ligas Camponesas foram assassinados.

A partir de 1963, a SRB, presidida por Sálvio Pacheco de Almeida Prado, participou ativamente não só contra a Reforma Agrária, mas também no processo de conspiração e derrocada do governo constitucional de João Goulart. O auge da ação política da SRB nesse

³⁸² *Gleba*, n° 85, 1962, p. 3-4.

³⁸³ *Gleba*, n° 85, 1962, p.1.

³⁸⁴ *Gleba*, n° 81, 1962, p. 10.

³⁸⁵ *O Estado de São Paulo*, 11/03/1964.

período se dá com a organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que se realiza em 19 de março de 1964, sob a coordenação do IPES e organizada nada menos que na sede da SRB. Aliás, no período anterior a 1964, o IPES utilizou em várias oportunidades as instalações da SRB para atividades de doutrinação, seminários e cursos, com o objetivo de conspirar contra o governo de Goulart.

Os dirigentes da SRB põem em relevo o seu apoio e participação ao golpe de Estado de 1964. Por ocasião da Assembleia Geral da SRB, em março de 1965, se volta à evocação do acontecimento: “sem falsa modéstia, nós podemos afirmar que a ação dessa organização, por intermédio de sua diretoria, foi marcante e mesmo decisiva nestes acontecimentos. Diretamente visada pela demagogia político-social do antigo governo, a agricultura brasileira abandonou seu caráter pacífico e reagiu de modo vigoroso contra o estado de coisas e as ameaças que pesavam sobre o regime e a liberdade do povo”.³⁸⁶

Não obstante sua posição mais moderada contra a Reforma Agrária e reafirmar publicamente suas “convicções democráticas”, a CRB se engaja na conspiração para a deposição do governo constitucional. Estiveram vinculados ao IPES/IBAD, que articulou o golpe de Estado, os seguintes empresários rurais da Confederação: Iris Meiberg, Edgar Teixeira Leite, José Resende Peres, Duval Garcia Menezes, Lingard Muller Paiva, Batista Luzardo e Josefa Macedo.³⁸⁷

Em editorial de sua revista, intitulado “A classe rural e a revolução”, a CRB comemorou a ação golpista: “foi unânime a casa em aprovar entusiasticamente a atitude desassombrada das Forças Armadas em defesa da Nação contra o comunismo. (...) Recorda a Confederação Rural a luta pioneira dos fazendeiros e das entidades rurais contra as invasões ilegais e a reforma agrária espoliativa, demagógica e comunizante”.³⁸⁸

Em suma, em nome de uma política de ordem, que resguardasse o princípio da propriedade privada, as frações latifundiárias apoiaram o golpe de 1º de abril de 1964.

³⁸⁶ Discurso de Sálvio de Almeida Prado, citado em Flávio Heinz, *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967*. Thèse de doctorat, Université de Paris X – Nanterre, 1996, p. 295.

³⁸⁷ Cf. Edegar Buzanello, *La burguesia agrária: organización de clase y representación de intereses en Brasil, 1964-1988*. Tese de doutorado, UNAM, México, 1991, p. 179.

³⁸⁸ *Gleba*, n.ºs 105-128, 1964-65, p. 2-3.

CONCLUSÃO

A pesquisa partiu da hipótese de que, no Brasil de 1930-64, tem-se uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, cuja especificidade é dada pelo caráter independente (relativo aos interesses das frações de classe dominante) da política de desenvolvimento, embora tal política faça concessões aos interesses opostos (burguesia industrial, capital mercantil, fazendeiros). Consideramos separadamente os interesses e a atuação dessas principais frações dominantes.

A burguesia industrial – ao lhe ser impostas as soluções estatizantes nos setores de siderurgia, petróleo e energia elétrica, ao ver sufocadas as suas inclinações regionalistas e ao ter que limitar suas ambições na exploração da força de trabalho – revelava uma incapacidade de exercer a hegemonia política, embora não mais tivesse uma posição subordinada no bloco de classes dominantes brasileiras, conseguindo implementar alguns enclaves de políticas afinadas com as suas reivindicações, a exemplo das políticas aduaneira e cambial. Na prática, a fração industrial não se identificava integralmente com o governo, tendo se afastado dele em momentos de crise política, como ocorreu em 1932, 1945 e 1954. Algumas razões explicam a relativa fragilidade política da fração industrial no contexto histórico brasileiro, após as transformações advindas com a “revolução de 1930”. Primeiro, existe a “articulação” ou a “relação funcional” entre, de um lado, os interesses industriais e, de outro, os da agroexportação. Segundo, tem vigência a ideologia da harmonia entre as atividades industriais e as agroexportadoras. Terceiro, há a visão “imediatista e restrita” pela burguesia industrial dos seus interesses.

A burguesia industrial brasileira adotou uma postura de burguesia interna, e não de burguesia nacional. Os industriais, especialmente o núcleo paulista, não se envolviam numa luta anti-imperialista e não buscavam formar alianças com o “povo”, vendo-se menos motivados a atender as reivindicações das classes trabalhadoras. Outro elemento que atesta o caráter de burguesia interna à fração dos industriais é a diferença de seu projeto de industrialização com o sustentado pelos setores nacionalistas da burocracia do Estado. Não se pode, porém, afirmar que a burguesia interna tenha orientado predominantemente a política do Estado no cenário internacional. Por um lado, a burocracia estatal conseguiu implementar determinadas políticas nacionalistas com relação a alguns setores da atividade econômica (siderurgia, petróleo, mineração, energia elétrica), a despeito das divergências

com a liderança industrial. Por outro lado, a oposição dos industriais não foi suficiente para impedir certas políticas “entreguistas” (comércio exterior, Instrução 113 da Sumoc), influenciadas pela perspectiva do capital mercantil. Embora a burguesia interna tenha visto contemplada pelo Estado uma política protecionista de caráter seletivo (não atingia todos os ramos da indústria, mas apenas aqueles em que o capital nacional sentia-se em condições de dominar), a retórica nacionalista de dirigentes dos industriais em torno da luta protecionista (políticas aduaneira e cambial), segundo a qual defender os produtos nacionais é ajudar na libertação econômica do Brasil, não devia ser confundida com a sua prática política.

Existem indícios para se afirmar a tese da crise de hegemonia política não apenas do ponto de vista do fracionamento funcional (indústria, comércio) da classe dominante, mas também no que respeita ao seu seccionamento regional (centro-periferia). O que caracteriza as relações centro-periferia no Brasil de 1930-1964 é sobretudo a atração, pelo centro industrial de São Paulo, de capitais e força de trabalho provenientes da periferia nacional agromercantil, sendo as transferências de recursos financeiros da burguesia do centro econômico para a da periferia, via política governamental, insuficientes para compensar o movimento polarizador de capitais na região mais desenvolvida. Entretanto, o bloco de frações economicamente mais poderoso – a burguesia de São Paulo – não detinha o controle da política do Estado porque a análise das políticas econômicas dos governos daqueles anos não permite concluir esse bloco regional como sistematicamente beneficiado pelos resultados de tais políticas. Assim, na relação das burguesias do centro e da periferia no Brasil de 1930-64, embora atuem certos mecanismos (via mercado) de imperialismo econômico, não se configurou uma situação de imperialismo político (via políticas do Estado).

Uma dimensão da luta ideológica diz respeito à capacidade das frações das classes dominantes de apresentarem os seus interesses como expressão do (aparente) interesse geral da nação. Assim, os setores dominantes da burocracia do Estado, ao promoverem um projeto de industrialização, elevaram os interesses industriais como representativos do “interesse nacional”, podendo-se dizer que, entre a “revolução de 1930” e o golpe civil-militar de 1964, a burguesia industrial adquiriu a hegemonia ideológica, sem, no entanto,

conquistar a preponderância política. A hegemonia ideológica se traduzia, por exemplo, no fato de que nenhuma das forças políticas tinha a postura de ser contra a industrialização.

O crescimento econômico da burguesia industrial - desde a década de 1930, a indústria apresentava melhores taxas de crescimento que a agricultura - fez-se paralelamente ao seu fortalecimento na organização político-ideológica. Na segunda metade dos anos de 1950, tinha a sua liderança engajada na formação do complexo IPES/IBAD, com o objetivo de subjugar “o bloco histórico-populista” e obter o efetivo comando político do aparelho estatal. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder, alijando as forças econômicas tradicionais (agroexportação), a partir do golpe de abril de 1964.

O capital mercantil - representado pelo seu segmento mais importante, os exportadores de café - teve os seus interesses restringidos pela política econômica inaugurada com a “revolução de 1930”, à medida que os custos do programa de sustentação do produto passaram a recair, em grande parte, no próprio setor exportador, sinal de que esse capital já não detinha mais a hegemonia no interior do bloco no poder. O plantio excessivo, aliado a colheitas excepcionais, levava a uma superprodução e acúmulo de estoques do café, de sorte que o governo Getúlio Vargas inovou em matéria de valorização do café não apenas por destruir parte dos estoques, mas sobretudo por criar, a partir de 1931, uma política de sacrifício que implicou a aceitação de menores lucros no setor exportador cafeeiro.

Isso, porém, não significava ao capital mercantil uma posição rendida frente à indústria. Considerando o perfil de algumas medidas de política econômica - monetária, fiscal, creditícia -, pode-se verificar o seu papel para a estabilização monetária e a contenção no desenvolvimento industrial. Esses enclaves de políticas “ortodoxas” se explicam pela força que o capital agromercantil ainda tinha para influenciar as diretrizes da política econômica, uma vez que era o principal beneficiado com os resultados de uma orientação neoliberal.

O capital mercantil exportador/importador manteve uma postura de burguesia compradora, ou seja, dado o seu enfeudamento no capital estrangeiro, aquela fração tendeu ao alinhamento com as diretrizes do imperialismo internacional. Isso pôde ser visto, por

exemplo, no apoio ao tratado comercial com os EUA, assinado em 1935, que desonerava os produtos industriais americanos importados em troca da isenção dos produtos primários brasileiros, em especial o café, naquele mercado. Nessa direção, a Confederação Nacional do Comércio e a Associação Comercial do Estado de São Paulo apoiaram o relatório da Comissão Abbink, publicado em 1949, cuja preocupação era criar condições (institucionais e políticas) para que o capital estrangeiro pudesse livremente ingressar e sair do país. No entanto várias limitações aos interesses estratégicos da burguesia compradora – como o controle sobre a taxa de câmbio, as moratórias da dívida externa e a redução da dependência “financeira” estrangeira – indicavam que aquela fração já não detinha a hegemonia política no interior do bloco no poder.

O capital mercantil se encontrava, no seu interior, dividido por conflitos regionais. Foi o que apareceu, por exemplo, na análise do capital açucareiro. A substituição do mercado externo pelo interno foi especialmente prejudicial para o Nordeste, onde se encontrava a maior parte da produção açucareira do país. É que, devido à sua localização, desfavorável em relação aos maiores centros de comercialização e consumo, a região passou a sofrer de forma crescente a competição dos produtores do Centro-Sul, beneficiados não só pela sua maior proximidade ao mercado, mas também pela não-coincidência de sua época de safra com a nordestina. O IAA, criado em 1933, buscava um “desenvolvimento equilibrado” para que a ampliação da produção brasileira de açúcar não beneficiasse um estado em detrimento de outros.

Um momento de contraposição entre o bloco mercantil-industrial do polo econômico nacional e o bloco mercantil-industrial da periferia foi a guerra de 1932. As duas hipóteses, tendentes a serem opostas pelos intérpretes, sobre esse episódio são plausíveis: significou tanto a reação da “aristocracia do café”, quanto o descontentamento de todos os setores da burguesia paulista. Interessou-nos aqui reter a segunda dimensão da revolta, pois estava na origem da guerra de 1932 a reivindicação paulista de autonomia estadual, objetivo ao qual se subordinava a bandeira de reconstitucionalização do país. A centralização política implicava que a política econômica (monetária, fiscal, creditícia) deixava de privilegiar os interesses da economia de São Paulo.

A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico. Dados os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil que os capitais comercial

e bancário se apresentem como representando o “interesse geral” da nação. Onde tais capitais dominam, preferem deixar aos setores produtivos – agricultura ou indústria – esse papel. As frações improdutivas do capital procuram evitar a crítica dos setores populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se então que a interpretação da “vocação agrária” do Brasil, sustentada no modelo da agroexportação, estava ligada à ideologia da burguesia mercantil.

O capital mercantil não vivenciou sem luta a perda, em 1930, da hegemonia política nacional. Em diversas ocasiões, os representantes dessa fração burguesa buscaram reconquistar a hegemonia perdida, o que se deu com a guerra de 1932 e com os golpes de 1945 e 1954. Nesses últimos casos, o capital mercantil, tendo chegado ao poder, com a UDN, não consegue mantê-lo, vencido pelas condições da conjuntura econômica e pela eficiência política do PSD.

O equilíbrio político, após 1930, entre a burguesia industrial e o capital mercantil se fez em um terreno econômico em que este perde progressivamente posição relativa. Ora, o declínio econômico desse capital deve-se, em parte, à sua perda de hegemonia política, uma vez que as políticas do Estado, sob a influência dos tenentes nacionalistas, deixaram de privilegiar os interesses dos setores de exportação/importação. Os tenentes nacionalistas, pela própria origem social, aparentavam representar a baixa classe média, interessada em uma industrialização não-monopolista nacional. Na realidade, aquela corrente sustentava a industrialização baseada na grande empresa nacional e defendia um programa, nem sempre explícito, de transformar a burguesia industrial brasileira numa verdadeira burguesia nacional. Tal plataforma política implicava a ruptura com o modelo da economia agroexportadora, no qual dominava o capital mercantil.

As relações de produção no campo, após a Abolição, foram predominantemente de natureza pré-capitalista: o *colonato* e a *moradia* não eram formas de trabalho assalariado. Uma remuneração inteiramente monetarizada da mão-de-obra agrícola era impraticável porque faltava um “exército rural de reserva”; sem ele, o aumento da demanda de braços elevaria os salários e frearia a viabilidade da plantagem nas novas condições pós-escravistas. Nem o colono nem o morador eram um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar, e produziam diretamente uma parte dos seus meios de subsistência, o que destrói o caráter salarial de sua remuneração.

Um indicador de que a grande propriedade fundiária pré-capitalista possuía uma condição subordinada no interior do bloco no poder foram as derrotas de reivindicações estratégicas dos seus setores mais importantes: café, cana-de-açúcar, cacau, algodão e borracha. E uma razão estrutural para sua posição subordinada era a presença de uma estrutura jurídico-política de natureza burguesa (o direito burguês e o burocratismo), instaurada em 1888-1891, que contribuía para que a política do Estado se orientasse prevalentemente para o interesse da classe capitalista ou de suas frações de classe.

O compromisso coronelício funcionava como uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Essa fração de classe pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade, ao longo da industrialização capitalista, da grande propriedade fundiária. Na fase democrática brasileira de 1945-1964, o coronelismo punha-se a serviço dos setores nacionalistas e pró-industrialização da burocracia do Estado central. Esse período democrático brasileiro mostrou a força do partido governista, o PSD, em contraposição ao principal partido de oposição, a UDN, em razão do peso do eleitorado rural. O compromisso do PSD com os coronéis impedia especialmente que o tema da reforma agrária entrasse na pauta do Congresso Nacional. Como o coronel (grande proprietário fundiário) tinha uma vocação localista, nas esferas estadual e nacional os cargos políticos tendiam a ser ocupados por membros ou representantes de outros grupos sociais. Isso fazia parte do compromisso coronelício.

A dimensão interna do coronelismo no município rural era baseada no “voto de cabresto”. Havia uma correlação entre o sistema da moradia na grande propriedade rural e a prática do voto de cabresto. Esse tipo de voto tinha sobretudo o significado de uma obrigação moral, um elemento de *lealdade* ao patrão que cedia o uso da terra ao morador. Assim, normalmente, não era necessária a barganha entre o coronel e o eleitor, nem se fazia necessário o uso (ou ameaça) da violência física para a realização do ato eleitoral; pelo contrário, existia até um componente de lisonja ao votante. A violência era um recurso utilizado, com frequência, para resolver os desacordos entre os próprios coronéis.

Ao voto de cabresto ligavam-se outros elementos: o curral eleitoral, as facções políticas (governo/oposição), a competição partidária restrita, com a ausência dos partidos

das classes trabalhadoras, o significado do voto não como uma escolha (e ato de cidadania), mas como um símbolo de adesão (tal qual o súdito que se identifica com o Monarca). Como o chefe político local impunha invariavelmente os candidatos aos eleitores dependentes, na prática o voto tornava-se vinculado: a votação nos planos regional e nacional seguia a do nível local. Assim, nos municípios rurais, a votação para o partido do prefeito eleito seguia a do candidato mais votado para governador ou presidente. Em contraposição, no município urbano, com um eleitorado “flutuante”, podia ocorrer a dissociação do voto: o prefeito eleito era de um partido e o candidato a governador majoritário pertencia a outro.

O nosso enfoque sobre as causas do fim do predomínio da prática coronelista se opôs aos autores que omitiram a questão agrária como o elemento determinante da desagregação do coronelismo. O crescimento urbano-industrial foi, na verdade, um fator apenas de um declínio quantitativo do coronelismo, fato que explica a trajetória relativamente descendente do partido governista, o PSD. Mas até ao golpe civil-militar de 1964, não houve uma modificação qualitativa importante da estrutura agrária do país.

O movimento das ligas camponesas, eclodido na década de 1950, em prol da reforma agrária, induziu o latifúndio senhorial a sair em defesa da ordem social no campo, tanto que, no início dos anos de 1960, a liderança latifundiária tornou-se receptiva às atividades conspirativas do complexo IPES/IBAD e dos oficiais da ESG. Então, em nome de uma política de ordem, a fração latifundiária apoiou o golpe de 01 de abril de 1964.

O papel adquirido pela burocracia do Estado, no período da industrialização, convertendo-se em força social capaz de orientar o conteúdo de várias políticas e satisfazendo de modo secundário aos interesses específicos, exprime uma situação de crise de hegemonia política no interior do bloco no poder. Nesse sentido, aplica-se a definição poulantziana de uma política *bonapartista*, que mantém uma independência frente aos interesses de frações dominantes, orientando-se pelo interesse global da classe dominante. Este traço essencial do bonapartismo – a crise de hegemonia política – aproxima o caso brasileiro de outros, como os governos de Luís Bonaparte, na França, Bismarck, na Alemanha, e Meiji, no Japão.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. de P.; “Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945”. In M. de P. ABREU (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- ABREU, M. de P.; “O Brasil e a economia mundial (1929-1945)”. In B. FAUSTO (org.), *O Brasil Republicano*. 4º volume, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 3ª. edição, 2004.
- ABREU, M. de P.; *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.
- ACSERALD, V.; *Política econômica e interesses cafeeiros numa etapa de transição (Brasil: 1930-1937)*. Dissertação de mestrado, Iuperj, Rio de Janeiro, 2004.
- ALAVI, H.; “Peasant classes and primordial loyalties”, in *The journal of peasant studie*, v.1, n.1, 1973.
- ALBUQUERQUE, R. e VILAÇA, M.; *Coronel, coronéis*. EdUnb, Brasília, 1978.
- ALBUQUERQUE, R. H. P. L. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. Hucitec, São Paulo, 1983.
- ALMEIDA, L. F. de; *Ideologia nacional e nacionalismo*. Educ, São Paulo, 1995.
- ALMEIDA, L. F. de; *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006.
- ALMEIDA, M. H. T.; *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1978.
- ANDRADE, M. C. de; *A terra e o homem no Nordeste*. Ciências Humanas, São Paulo, 1980.
- AZEVEDO, F. A.; *As ligas camponesas*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- BACHA, E.; “A política cafeeira do Brasil, 1952/67”. In *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª. edição, 1978.
- BACHA, E.; *150 anos de café*. Salamandra Editorial, 1992.
- BAER, W.; *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Editora da FGV, Rio de Janeiro, 5ª. ed., 1983.
- BAER, W.; *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1970.

- BAIARDI, A.; *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. Hucitec, São Paulo, 1984.
- BANDEIRA, M.; *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973.
- BASTOS, E. R.; *As ligas camponesas*. Vozes, Petrópolis, 1983.
- BEASLEY, W. G.; *The rise of modern Japan*. St. Martin's Press, New York, 1990.
- BENEVIDES, M. V. de M.; *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.
- BENEVIDES, M. V.; *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.
- BERGSMAN, J.; *Brazil: industrialization and trade policies*. Oxford University Press, London/New York/Toronto, 1970.
- BIANCHI, A.; “Empresário e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo”. *Revista de sociologia e política*, nº 28, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R.; *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Contraponto, Rio de Janeiro, 5ª. edição, 2004.
- BLACKBOURN, D. & ELEY, G.; *The peculiarities of German history: bourgeois society and politics in nineteenth-century germany*. Oxford University Press, Oxford/New York, 1984.
- BLONDEL, J.; *As condições da vida política no estado da Paraíba*. FGV, Rio de Janeiro, 1957.
- BOITO JR., A.; *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- BONELLI, R.; *Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil*. SENAI-DN, Rio de Janeiro, 1996.
- BOSCHI, M.; *Burguesia industrial no Governo Dutra (1946-1950)*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.
- BOSCHI, R.; *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

- BRAGA, S. S.; *As relações entre o Executivo e o Legislativo e a elaboração da política econômica na primeira experiência de democracia presidencialista pluripartidária brasileira (1946-1964)*. Tese de doutorado, IE-Unicamp, Campinas, 2008.
- BUZANELLO, E.; *La burguesia agrária: organización de clase y representación de intereses em Brasil, 1964-1988*. Tese de doutorado, UNAM, México, 1991.
- CAMARGO, A. C. ; *Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Thèse de doctorat, Université de Paris, 1973.
- CAMARGO, A. de A.; “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In B. FAUSTO (org.), *História geral da civilização brasileira*. Difel, São Paulo, 5a. Edição, 1989.
- CAMPOS, F. A.; *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de mestrado, Campinas, 2003.
- CANO, W.; *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. IE-Unicamp, Campinas, 2ª. Edição, 1998.
- CAPES; *Estudos de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, 1969.
- CARDOSO, F. H.; *As idéias e seu lugar*. Vozes, Petrópolis, 2ª. edição, 1995.
- CARDOSO, F. H.; *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. Difel, São Paulo, 2ª. edição, 1972.
- CARDOSO, M. L.; *Ideologia do desenvolvimento: JK e JQ*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª. edição, 1978.
- CARONE, E.; *A Quarta República (1945-1964)*. Difel, São Paulo, 1980.
- CARONE, E.; *A República Nova (1930-1937)*. Difel, São Paulo, 3ª. edição, 1982.
- CARONE, E.; *A Terceira República (1937-1945)*. Difel, São Paulo, 1976.
- CARONE, E.; *O Estado Novo (1937-1945)*. Difel, São Paulo, 5ª. ed., 1988.
- CARVALHO, G.; *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Forense-universitária, Rio de Janeiro, 1977.
- CARVALHO, O. M.; “A formação dos partidos em Minas Gerais”. In D. FLEISCHER (org.), *Os partidos políticos no Brasil*. Unb, Brasília, 1981.
- CASTRO, A. B. de; “A industrialização descentralizada no Brasil”. In *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Forense, Rio de Janeiro, 1969.

- CASTRO, I. E. de; *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1992.
- CASTRO, N. J.; *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1964)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1985.
- CEPRO, Fundação; *Entrevista com João Clímaco d'Almeida*. Teresina, 1984.
- CHALOULT, I.; *Estado, acumulação e colonialismo interno*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- CINTRA, A. O.; “A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”. In J. BALAN (org.); *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. Difel, São Paulo, 1974.
- COHN, G.; *Petróleo e nacionalismo*. Difel, São Paulo, 1968.
- CORSI, F. L.; *Estado novo: política externa e projeto nacional*. Editora Unesp, São Paulo, 2000.
- COSTA, L. F.; *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. Cultrix, São Paulo, 1978.
- COSTA, P. R. N.; *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. Hucitec, São Paulo, 1998.
- COSTA, V. M. F. *Política de desenvolvimento econômico e crise institucional no segundo governo Vargas: 1951-1954*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996.
- COURTIN, R. ; *Le problème de la civilisation économique au Brésil*. Librairie de Médecis, Paris, 1941.
- D’ALESSIO, M. B. M. ; *Problématique nationale et populisme dans le Brésil de Getúlio Vargas*. Thèse de doctorat, Univ. de Paris I, Paris, 1979.
- DHOQUOIS, G. ; *Pour l’histoire*. Éditions anthropos, Paris, 1971.
- DIAS, G. M.; *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.
- DIAS, M. N.; *Para a história do cacau na economia atlântica*. Museu Paulista, São Paulo, 1974.
- DINIZ, E.; *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- DINIZ, J. A. e DUARTE, A. C.; *A região cacauzeira da Bahia*. Sudene, Recife, 1983.
- DRAIBE, S.; *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1985.

- DREIFUSS, R. A.; *1964 : a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Vozes, Petrópolis, 1981.
- FAORO, R.; *Os donos do poder*. Globo, Porto Alegre, 10a. Ed., 1995.
- FARIAS, F. P.; *Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Piauí*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, Campinas, 1999.
- FAUSTO, B.; “A revolução de 1930”. In MOTA, C. G. (org.); *Brasil em perspectiva*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 20ª. edição, 1995.
- FERNANDES, F.; *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1975.
- FERREIRA, P.; *Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1965.
- FIORI, J. L.; *Instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira*. Tese de Professor Titular, UFRJ, 1988.
- FLEISCHER, D.; “Dimensões do recrutamento partidário”. In *Os partidos políticos no Brasil*. Unb, Brasília, 1981.
- FONSECA, P. C. D.; *Vargas: o capitalismo em construção*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.
- FORJAZ, M. C. S.; *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, s/d.
- FOSTER, G. M.; “The dyadic contract in Tzintzuntzan II: patron-client relationship”, in *American anthropologist*, v. 65, 1963.
- FRANCO, M. S. C.; *Homens livres na ordem escravocrata*. Ática, São Paulo, 1974.
- FRANK, A. G.; *Le développement du sous-développement*. Librairie François Maspero, Paris, 1969.
- FREYRE, G.; *Casa-grande e senzala*. Record, Rio de Janeiro, 42ª. edição, 2001.
- FURTADO, C. ; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 3ª. Edição, 1965.
- FURTADO, C.; *Formação econômica do Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 8ª. ed., 1968.
- GARCEZ, A. N. R. e FREITAS, A. F. G.; *Bahia cacauzeira: um estudo de história recente*. UFBA, Salvador, 1979.

- GOMES, A. M. C. (org.); *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.
- GORENDER, J.; “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In J. P. STÉDILE (org.); *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- GORENDER, J.; *A burguesia brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 8^a. edição, 1990.
- GUIMARÃES NETO, L.; *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Editora Massangana, Recife, 1989.
- GUIMARÃES, C. A. C.; *Bonapartism: the authoritarian regime in Marx's political theory*. Master's Degree, University of Chicago, 1972.
- HEINZ, F. M. ; *Les fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967*. Thèse de doctorat, Université de Paris X – Nanterre, 1996.
- HEREDIA, B.; “Política, família, comunidade”, in PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.); *Antropologia, voto e representação política*. Contra-Capa, Rio de Janeiro, 1996.
- HILTON, S.; *1932: a guerra civil brasileira*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2^a. edição, 1982.
- HILTON, S.; *O Brasil e as grandes potências: aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- HILTON, S.; *O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr e a queda do Estado Novo*. Record, Rio de Janeiro, 1987.
- HOBBSBAWM, E.; “Os camponeses e a política”, in *Ensaio de opinião*, v. 8, 1978.
- HOLANDA, S. B. de; *Raízes do Brasil*. Companhia das letras, São Paulo, 26^a. edição, 1995.
- IANNI, O.; *A formação do Estado populista na América Latina*. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- IANNI, O.; *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 5^a. edição, 1991.
- KERBAUY, M. T.; *A morte do coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1992.

- LEAL, V. N.; *Coronelismo, enxada e voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 2ª. Ed., 1975.
- LEFF, N. H.; *Política econômica e desenvolvimento no Brasil*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1977.
- LEME, M. S.; *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- LEOPOLDI, M. A.; *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- LEVINE, R.; *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- LIMA JUNIOR, O. B.; *Os partidos políticos brasileiros*. Graal, Rio de Janeiro, 1983.
- LIMA, J. L.; *Políticas de governo e desenvolvimento no setor de energia elétrica : do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, 1995.
- LOPES, J. R. B.; *Desenvolvimento e mudança social*. Editora Nacional, São Paulo, 3ª. ed., 1976.
- MALAN, P. e outros; *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977.
- MARINHO JR, I.; *Petróleo: soberania e desenvolvimento*. Edições Bloch, Rio de Janeiro, 1970.
- MARTINS, A. S. e outros; *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Fundação CEPRO, Teresina, 1979.
- MARTINS, J. S.; *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 4ª. ed., 1990.
- MARTINS, J. S.; *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1981.
- MARTINS, L. ; *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Éditions Anthropos, Paris, 1976.
- MARTINS, L.; “A revolução de 30 e seu significado político”, in Vários autores, *A revolução de 30: seminário internacional*. Edunb, Brasília, 1983.
- MARTINS, L.; *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1968.
- MARTINS, R. G.; *O drama do algodão brasileiro*. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1950.

- MARX, K.; “Introdução à crítica da economia política”. In *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. Nova cultural, São Paulo, 1987.
- MARX, K.; *O 18 Brumário*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 6^a. edição, 1997.
- MEDEIROS, A. J.; “Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise”. In *Movimentos sociais e participação política*. CEPAC, Teresina, 1996.
- MEDEIROS, L. S.; *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. Dissertação de mestrado, USP, 1982.
- MEIRELES, J. ; « Notes sur le rôle de l’Etat dans le developpement du capitalisme industriel au Brésil ». *Critiques de l’économie politique*, n° 16/17, 1974.
- MELO, C.; *Piauí: realidade e perspectivas de desenvolvimento*. Tese de doutorado, Roma, 1973.
- MILIBAND, R.; *Marxismo e política*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1979.
- MONT’ALEGRE, O.; *Capital e capitalismo no Brasil*. Ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1972.
- MOTTA, F.; *Empresários e hegemonia política*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- MOURA, G.; *A campanha do petróleo*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- MOURA, G.; *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.
- NASCIMENTO, F. A. do; “A Aliança Nacional Libertadora no Piauí”, in *Cadernos de Teresina*.
- OLIVEIRA, A. C. de; *Estado, empresariado e industrialização (1930-1945)*. Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, Campinas, 1976.
- OLIVEIRA, F.; *A economia da dependência imperfeita*. Graal, Rio de Janeiro, 5^a. edição, 1989.
- OLIVEIRA; F. de; *Crítica à razão dualista*. Boitempo editorial, São Paulo, 2003.
- PALLOIX, C. ; *L’économie mondiale capitaliste et les firmes multinationales*. François Maspero, Paris, 1975.
- PALMEIRA, M.; “Política, facções e voto”, in PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.); *Antropologia, voto e representação política*. Contra-Capa, Rio de Janeiro, 1996.

- PELAEZ, C. M.; “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906-1945: teoria, política e mediação”. In C. M. PELAEZ (org.); *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. IBC, Rio de Janeiro, 1973.
- PELAEZ, C. M.; “As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945”. *Revista brasileira de economia*, 25 (3), 1971.
- PELAEZ, C. M.; “O acordo interamericano de café e o café brasileiro durante a II Guerra Mundial”. In C. M. PELAEZ (org.); *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. IBC, Rio de Janeiro, 1973.
- PELAEZ, C. M.; *História da industrialização brasileira*. APEC editora, Rio de Janeiro, 1972.
- PEREIRA, L. C. B.; *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 8ª. edição, 1979.
- PEREIRA, L. C. B.; *Pactos políticos: do populismo à redemocratização*. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- PEREIRA, O. D.; *Ferro e independência: um desafio à dignidade nacional*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- PERISSINOTTO, R.; *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Editora da Unicamp, Campinas, 1994.
- PINHO NETO, D. M. de; “O interregno Café Filho: 1954-1955”. In M. de P. ABREU (org.); *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- PINTO, N. P. A.; *Política da borracha no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1984.
- POULANTZAS, N. ; *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*. Editions du Seuil, Paris, 1974.
- POULANTZAS, N. ; *Pouvoir politique et classes sociales*. François Maspero, Paris, 1972.
- POULANTZAS, N.; *A crise das ditaduras*. 2ª. ed., Rio: Paz e Terra, 1978.
- PRADO JR, C.; “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In *A questão agrária*. Brasiliense, São Paulo, 5ª. edição, 2000.
- PRADO JR., C.; *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 7ª. edição, 1987.
- PRICE, R.; *The french second empire: an anatomy of political power*. Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

- QUEIROZ, M. I. P. de; “O coronelismo numa interpretação sociológica”, in B. FAUSTO (org.); *História da civilização brasileira*. Difel, São Paulo, 5a. Edição, 1989.
- RAMOS, P.; *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1999.
- REY, P.-P.; *Las alianzas de clases*. Siglo Veintiuno Editores, México, 1976.
- ROUQUIE, A. ; «L’analyse des elections non concurrentielles: controle clienteliste et situations autoritaires », in HERMET (org.), *Des elections pas comme les autres*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1978.
- ROWLAND, R.; “Classe operária e Estado de compromisso”. *Estudos Cebrap*, n.8, 1974.
- SADER, E.; *Estado e política em Marx*. Cortez editora, São Paulo, 1993.
- SAES, D.; “Estado capitalista e classe dominante”, in *Crítica Marxista*, n. 12, 2001.
- SAES, D.; “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”. *Estudos avançados*, 15 (42), 2001.
- SAES, D.; “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”. In *Estado e democracia: ensaios teóricos*. IFCH-Unicamp, Campinas, 2^a. ed., 1998.
- SAES, D.; “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, in *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. Boitempo editorial, São Paulo, 2001.
- SAES, D.; “Prefácio”. In COSTA, P.; *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. Hucitec, São Paulo, 1998.
- SAES, D.; *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1985.
- SAES, D.; *Classe média e sistema político no Brasil*. T. A. Queiroz, São Paulo, 1984.
- SALES, T.; *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- SANTA ROSA, V.; *O sentido do tenentismo*. Alfa-Omega, São Paulo, 3^a. Ed., 1976.
- SANTANA, R.; *Evolução histórica da economia piauiense*. Cultura, Teresina, 1964.
- SANTOS, E. P.; “Evolução da vida política no município de Picos, Piauí”. In *Revista brasileira de estudos políticos*, n.10, 1961.
- SCHUMPETER, J.; *Capitalismo, socialismo e democracia*. Zahar, Rio de Janeiro, 1984.

- SCHWARTZMAN, S.; *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campus, Rio de Janeiro, 3^a. ed., 1988.
- SCHWARTZMAN, S.; *São Paulo e o Estado nacional*. Difel, São Paulo, 1975.
- SILVA, H.; *1932: a guerra paulista*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- SILVA, H.; *1964: golpe ou contragolpe?* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- SIMÃO, A.; “O voto operário em São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 1, 1956.
- SINGER, P.; “A política das classes dominantes”, in O. IANNI (org.); *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- SKIDMORE, T.; *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4^a. edição, 1975.
- SMITH, P. S.; *Petróleo e a política no Brasil moderno*. Artenova, Rio de Janeiro, 1978.
- SOARES NETO, C. J. A.; *O Seridó e os votos “de porteira batida”*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 1984.
- SOARES, G. A. D.; *Sociedade e política no Brasil*. Difel, São Paulo, 1973.
- SODRÉ, N. W.; *O tenentismo*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985.
- SOLA, L.; *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. Edusp, São Paulo, 1998.
- SOUSA, A. M.; *Estado e dependência no Brasil*. Annablume, São Paulo, 2001.
- SUZIGAN, W.; *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- SZMRECSÁNYI, T.; *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. Hucitec, São Paulo, 1979.
- TAJRA, J. E. e TAJRA FILHO, J. E.; “O comércio e a indústria do Piauí”. In SANTANA, R. (org.); *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Halley, Teresina, 1995.
- TORRES, A.; *A organização nacional*. Brasília: Edunb, 4^a. edição, 1982.
- TRONCA, I.; “O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)”. In FAUSTO, B. (org.); *O Brasil republicano*. V. 3, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 3^a. edição, 2004.
- VIANNA, L. W.; *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2^a. ed., 1978.

- VIANNA, S. B.; “Duas tentativas de estabilização: 1951-1954”. In M. de P. ABREU (org.); *A ordem do progresso : cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- VICTOR, M.; *A batalha do petróleo brasileiro*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.
- VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W.; *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. IPEA, Rio de Janeiro, 1973.
- VINCENZI, N.; *O algodão na economia brasileira*. CME, Rio de Janeiro, 1944.
- WANDERLEY, M. N. B.; *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- WEFFORT, F.; *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3ª. edição, 1986.
- WEINGROD, A.; “Patrons, patronage, and political parties”, in *Comparative studies in society and history*, v. X, n. 4, 1968.
- WIRTH, J.; *A política do desenvolvimento na era Vargas*. FGV, Rio de Janeiro, 1973.
- ZEITLIN, M. & RATCLIFF, R.; *Landlords & capitalists: the dominant class of Chile*. Princeton University Press, Princeton/New Jersey, 1988.

Outras Fontes :

Gleba, publicação da CRB, n°s 01-128, 1955-65.

Revista da Sociedade Rural Brasileira, n°s 304-516, 1945-64.

O Estado de São Paulo, 01-31/03/1964.